

AS FORÇAS ARMADAS: POLÍTICA E IDEOLOGIA NO BRASIL
(1964-1969)

por

Eliêzer Rizzo de Oliveira

Dissertação apresentada ao Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciência Política.

Campinas

1976

<u>Pág.</u>	<u>Linha</u>	<u>Onde se lê</u>	<u>Leia-se</u>
9	14	e praticamente,	e praticamente
10	15	planejamento a pesquisa	planejamos a pesquisa
12	9	o estabelecimento,	o estabelecimento
20	24	na medida,	na medida
22	21	e ESI se propôs	a ESI se propôs
23	5-6	ao qual está diretamente	ao qual está diretamente
25	18-19	que, criado	que, "criado
30	16-17	da legitimidade espécie	da legitimidade - espécie
30	28	elemento	elementos
49	28	se fundamenta,	se fundamenta
51	23	na complementaridade,	na complementaridade
53	23	impõem-se	impõe-se
53	26	somos responsáveis	<u>somos responsáveis</u>
56	3	relativamente,	relativamente
56	8	garantido,	garantido
57	16	do Estado,	do Estado
58	21	(página 3)	(página 22)
58	22	- e do papel que, nele	- e do papel que, nele,
58	23	organismo política	organismo político
59	16	a comunidade nacional,	a comunidade nacional
65	6	capitalista	capitalismo
67	20	influência,	influência
73	11	intensificam	intensificam
73	15	para a "ofensiva,	para a "ofensiva",
74	25	força popular"	"força popular"

<u>Pág.</u>	<u>Linha</u>	<u>Onde se lê</u>	<u>Leia-se</u>
76	17	Não cabe aqui as tentativas	Não cabe aqui analisar as tentativas
81	10-11	"explosivas",	"explosivas"
84	1-2	Assim parecia vários setores civis,	Assim parecia a vários setores civis,
86	11	grupo estrangeiros	grupo estrangeiro
86	27-28	uma primeira significativa	uma primeira e significativa
93	13	do Exército uns se dizem	do Exército - uns se dizem
94	10	concreto	concreto
96	21-22	Essa centralização, da repressão,	Essa centralização da repressão,
98	9-10	seria ausência dos fatores	seria a ausência dos fatores
105	6	do poder constituinte;	do poder constituinte,
140	19-20	<u>mudança do caráter da luta oposicionista</u>	<u>mudança do caráter da luta oposicionista</u>
141	8	interlocutores	interlocutoras
143	9	orientação governamental,	orientação governamental
146	13	tentam inocular	tentam inocular
148	24	'desde então'	<u>desde então</u>
150	20-21	examinando Albuquerque Lima	examinando - Albuquerque Lima
152	8	responsabilidade,	responsabilidade
153	18	oportunidade,	oportunidade
153	24-25	política e econômicas	políticas e econômicas
173	11	ideologia superou a dicotomia	ideologia - superou a dicotomia
176	2-3	(ao nível político)	(ao nível ideológico)
207		Na ORDEM ALFABÉTICA, após FERNANDES ...	FERREIRA, Oliveira S. - vários artigos publicados em O Estado de São Paulo.

AS FORÇAS ARMADAS: POLÍTICA E

IDEOLOGIA NO BRASIL (1964-1969)

- Eliêzer Rizzo de Oliveira
 - Tese de Mestrado em Ciência Política
 - Departamento de Ciências Sociais
 - IFCH - UNICAMP
 - Março de 1976
-
- Orientador: Prof. Dr. Paulo Sérgio de M. S. Pinheiro

Agradecimento:

ã FAPESP - Fundação de Amparo ã Pesquisa do Es
tado de São Paulo - de quem recebemos uma boll
sa de estudos para a realização do Mestrado em
Ciência Política na Universidade Estadual de
Campinas (março de 1974 a fevereiro de 1976).

Este trabalho faz parte de um projeto de pesquisa sobre aparelhos ideológicos de Estado no Brasil, dirigido e orientado por Paulo Sérgio de M. S. Pinheiro e financiado pela FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

Defini o tema no primeiro semestre de 1974, durante um curso sob a orientação de Michel Debrun, com quem primeiro debati a viabilidade da pesquisa. A seguir, tive a oportunidade de discutir longamente todas as fases da pesquisa e desta redação com Evelina Dagnino e, a partir de março de 1975, também com Décio Saes, aos quais sou especialmente reconhecido; encontrei nelas não apenas a orientação acadêmica, mas também a amizade e a paciência indispensáveis a quem está envolvido com uma redação de tese. A Manoel T. Berlinck, diretor do IFCH, devo a doação de uma complementação à minha bolsa de estudos, o que me possibilitou pesquisar no Rio e em Brasília.

No Rio, contei com a atenção e colaboração das seguintes pessoas: Celina Amaral Peixoto Moreira Franco, que me franqueou o acesso ao Arquivo Humberto de Alencar Castelo Branco, na Fundação Getúlio Vargas; Comandante Paulo Viana Castelo Branco, que explicou detidamente a organização do referido Arquivo e me indicou ao General Walter de Menezes Paes (Comandante da Escola Superior de Guerra) e ao Major Cavagnari Filho (Instrutor da Escola de Comando e Estado Maior do Exército), os quais abriram as portas de suas respectivas instituições à minha pesquisa; Generais Reformados Agenor Monte, Pedro Celestino Silva e Peri C. Bevilacqua. Sou grato a todos esses Oficiais pelas paciências, e longas entrevistas que significaram um grande acréscimo ao meu conhecimento sobre as Forças Armadas. Finalmente, à Anama-

ria e César Dentzien e Iracema, que bondosamente me hospedaram.

Durante duas temporadas pesquisei nos arquivos do jornal O Estado de São Paulo, onde levantei a cronologia política, referente ao período 1964-69: a boa vontade de sua direção e de seus funcionários foi de extrema valia para a realização desta tarefa.

Com os colegas de Mestrado em especial, e com professores do Departamento de Ciências Sociais tive inúmeras oportunidades de debater essa pesquisa, o que representou uma tentativa de trabalho coletivo, na medida do possível, sem que isso implique, todavia, na repartição da responsabilidade acerca de tudo que se encontra nesta tese.

A todas essas pessoas - e a muitas que aqui não foram relacionadas - agradeço o apoio e a compreensão com que participaram, de um modo ou de outro, deste trabalho.

Campinas, março de 1976.

Eliézer Rizzo de Oliveira

I N D I C E

INTRODUÇÃO	8
Cap. 1 - <u>Segurança Nacional: Doutrina e Ideologia</u>	18
1 - A Escola Superior de Guerra (1948-69)....	18
- Criação e organização da ESG.....	22
- ESG: aparelho ideológico e aparelho de Estado.....	26
2 - Segurança Nacional: Doutrina.....	31
- "A guerra deixou de ser um simples hiato trágico num mundo de tranquilidade e de paz".....	32
- "O planejamento da segurança nacional é um imperativo da hora que passa".....	34
- A geopolítica.....	37
3 - Segurança Nacional: Ideologia.....	43
- Doutrina de Segurança Nacional e "pensamento autoritário".....	43
- Doutrina de Segurança Nacional e classes sociais.....	51
- Doutrina de Segurança Nacional e Estado.....	56

4 - Doutrina de Segurança Nacional e Revolu-	
ção de 64.....	60
- A crise de 1964.....	64
- Radicalização militar e radicalização po	
lítica: a conspiração.....	70
Cap. 2 - <u>O Governo Castelo Branco</u>	78
1 - O significado da aglutinação.....	79
2 - A questão da hegemonia militar.....	85
3 - Fechamento do poder: arena política e apa	
relho militar.....	92
4 - Os discursos de Castelo Branco.....	103
Cap. 3 - <u>O Governo Costa e Silva</u>	119
1 - Novas alianças e sua superação.....	120
2 - A centralização militar do poder.....	135
3 - A definição do "Sistema".....	148
4 - Os discursos de Costa e Silva.....	160
Conclusões.....	174
Notas.....	177
Bibliografia.....	206

I N T R O D U Ç Ã O

Dentre as manifestações históricas que caracterizam sociedades onde o capitalismo industrial intensificou sua penetração especialmente nos anos 30 - e isso se deu, por exemplo, no México, Argentina e Brasil, se nos detivermos na América Latina - desponta o que genericamente se tem designado militarismo. Em termos simples e provisórios, tratar-se-ia da intervenção e participação de setores militares (ou das Forças Armadas, como um todo) na gerência econômica e política do Estado, atividade à qual, até então, estiveram ligados os políticos civis.

De um modo geral, as análises do "militarismo" tem pecado pelo seu formalismo: é comum a ênfase nos aspectos quantitativos (sobre demografia, orçamentos, etc) do desenvolvimento capitalista como condicionante da maior presença e expressão das Forças Armadas no conjunto das classes e grupos sociais; de outro lado, como correspondente a esse aspecto quantitativo, indica-se a transformação das Forças Armadas de "agentes das oligarquias" em "agentes da modernização", assim como se trabalha sobre a dicotomia "preparo técnico x participação política" (1).

Se as intervenções militares fizeram com que a atenção dos analistas se voltasse aos aspectos internos das Forças Armadas, muitas vezes a elas foi associada a "fragilidade das instituições políticas". Desta forma, procurou-se associar às inter

(1) LIEUWEN, E., JOHNSON, J. J., ALBA, V., PYE, L. W., Militarismo e política na América Latina, Rio: Zahar, 1964 (especialmente o artigo de Edwin Lieuwen).

venções militares uma certa inevitabilidade, na medida mesma em que as "elites civis" não conseguiam acertar suas diferenças. Criou-se até uma espécie de regra sociológica básica (para este tipo de análise) segundo a qual haveria maior probabilidade de intervenção militar quanto menor fosse a capacidade das elites civis para "resolver seus próprios problemas."

A Revolução de 64 trouxe ao conhecimento do leitor brasileiro (no caso, praticamente restrito às universidades) esse tipo de análise que estudiosos estrangeiros, especialmente americanos, já utilizavam em pesquisas sobre o "militarismo" em vários países latino-americanos. Tornaram-se conhecidos alguns nomes de "brazilianists" tais como Skidmore, Stepan, Schneider, Linz, etc., ao mesmo tempo em que a intelectualidade brasileira era duramente atingida pela nova ordem política e praticamente, cerceada nas atividades de pesquisa sobre a vida brasileira. Por essa razão, alguns trabalhos chamaram a atenção não apenas pelo seu fundamento teórico, pois, afinal, ele não era novidade àquelles que, de algum modo, tinham conhecimento da ciência política norteamericana. O mais significativo - o que de fato dava importância aos trabalhos dos "brazilianists" - é que aquelas análises vinham geralmente muito bem documentadas em fontes as mais diversas: entrevistas com ministros civis e militares, oficiais que participaram da articulação do golpe de 64, documentos das instituições militares, visitas a unidades e escolas militares, etc. Em suma, a leitura dos "agradecimentos" em qualquer daqueles autores certamente indicava que os "brazilianists" tinham ido a fontes dificilmente acessíveis a estudiosos brasileiros. É o caso de Ronald M. Schneider (The political system of Brazil :

emergence of a "modernizing" authoritarian regime, 1964 - 1970) que, às páginas XII e XIII, indica inúmeras pessoas e instituições - das universidades, imprensa, governo e Forças Armadas - "whose cooperative attitude was particularly important for this book..." Na verdade, uma situação como essa evidenciava a existência de acervos documentais de que aqueles pesquisadores foram os frequentadores privilegiados: Schneider entrevistou praticamente a metade do ministério de Castelo Branco, além dos principais líderes militares.

Estendemo-nos intencionalmente das referências ao método dos "brazilianists" para a questão das fontes documentais porque estamos convictos de que a sua utilização tem fortes condicionantes históricos. Como se verá no decorrer do trabalho, fomos garantido o acesso a fontes que supúnhamos inacessíveis ao planejamento a pesquisa que fundamenta esta redação de Mestrado. Pudemos pesquisar arquivos e documentos de rara importância, assim como nos foram franqueadas as portas das duas principais escolas militares do país: a Escola Superior de Guerra e Escola de Comando e Estado Maior do Exército, em cujas Bibliotecas tivemos contato com obras e documentos de outro modo inatingíveis. A nosso ver, isto não seria possível fora da situação de debate institucional que tem marcado o primeiro ano e meio do governo Geisel, nem sem o apoio decisivo do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas. A conjugação destes dois fatores, aliada à boa vontade de algumas pessoas, foi responsável pela concretização do plano de pesquisas, que incluiu a realização de algumas entrevistas. Estamos também convictos de que a limitação da primeira das condições apontadas

significará o cerceamento de outras pesquisas sobre o mesmo tema; sem uma situação social de debate e participação política e fora de universidades que forcem a ocupação dos atuais espaços para a pesquisa (bem como propugnem a criação de novos) será cada vez mais restrita a contribuição dos pesquisadores brasileiros ao conhecimento de nossa história recente, e cada vez maior a nossa dependência historiográfica em relação aos "brazilianists" no tocante à divulgação de fontes documentais. A menos que os interesses das universidades americanas se voltem para outras áreas!...

Dissemos acima sobre o formalismo da maior parte das análises sobre o "militarismo". Pretendemos que nosso trabalho se distinga (em relação àquelas análises) não apenas pelo abandono de abordagens formais, mas também pelo tratamento e definição do objeto de estudo. Temos a preocupação de analisar o processo político que se desenvolve no interior das Forças Armadas após a derrubada de Goulart, caracterizando os grupos que expressam as diversas tendências políticas que se aglutinaram para impedir a continuidade da ascensão do movimento popular em 1964. De outro lado, procuramos acompanhar a ideologia manifesta pelos discursos políticos de dois agentes "privilegiados", no caso os presidentes Castelo Branco e Costa e Silva, cujos governos são cobertos por este trabalho. A hipótese central é que as Forças Armadas, a partir da ação política e da difusão ideológica levadas a efeito pela Escola Superior de Guerra, intervêm decisivamente no processo político em 1964 quando o acirramento da luta de classes e, ao nível externo, a debilitação das relações econômicas e políticas com os Estados Unidos, configu-

ram uma crise de hegemonia no Estado brasileiro. Nesta situação, a intervenção das Forças Armadas assume também um significado de contestação da própria dominação burguesa, na medida em que esta se mostrava incapaz de - nos limites do regime instituído em moldes liberais em 1946 - preservar as relações fundamentais do sistema capitalista implantado no Brasil. A atuação decisiva da Escola Superior de Guerra na definição dos novos rumos políticos se deveu tanto à sua posição estratégica nas Forças Armadas (a qual lhe garantia, inclusive, o estabelecimento, de vínculos políticos e ideológicos da instituição militar com as "elites civis") quanto ao desenvolvimento de uma doutrina que propugnava a subordinação política da classe trabalhadora e a firme participação do Brasil na defesa do "mundo ocidental", sob a hegemonia política dos Estados Unidos. Desta forma, é no contexto da ampla luta política que os diversos setores dominantes se aglutinam em torno de uma doutrina e de uma instituição do Estado (a Doutrina de Segurança Nacional e as Forças Armadas), - quando as próprias Forças Armadas eram penetradas pela ascensão do movimento popular que ocorre o golpe de 1964. Na verdade, tratava-se de uma crise geral em que tanto a economia quanto as instituições políticas apresentavam evidentes sinais de debilitamento. No entanto, não há como localizar no fenômeno político apenas um reflexo da crise econômica que se apresentava ameaçadora. É certo que o desempenho da economia ofereceu uma excelente oportunidade para as classes dominantes fecharem o cerco sobre as organizações políticas dos trabalhadores, cada vez mais confundidas com o próprio esquema político governamental. Contudo, somente a crise econômica não pode responder pela unidade de ação de um grupo militar que se manteve relativamente coeso

desde a experiência da Força Expedicionária Brasileira e que, a partir da fundação da Escola Superior de Guerra, assumiu papel de destaque em todas as crises do estado brasileiro. Parte da resposta a esta complexa questão das relações entre estrutura e superestrutura há que ser fornecida por uma relativa coesão do grupo esguiano em torno da Doutrina de Segurança Nacional, cujos fundamentos ideológicos procuramos desvendar ainda no primeiro capítulo. É mesmo possível distinguir nesta doutrina uma espécie de projeto onde o Estado e o grande capital são condições indispensáveis à concretização dos objetivos nacionais, definidos pelas Forças Armadas.

Devemos chamar a atenção para algumas questões finais: a periodização dos governos Castelo Branco e Costa e Silva e as relações entre poder e Forças Armadas. Para a definição da primeira questão, levamos em conta a ordem de acontecimentos e fatores conjunturais responsáveis pela definição de um determinado "momento". Tomados em conjunto, os "momentos" apontam para as duas faces de uma mesma moeda; a predominância de determinados grupos militares sobre o conjunto das Forças Armadas (questão que, no governo Castelo Branco, chamamos impropriamente de "hegemonia militar") e a sucessão de etapas na direção de um determinado tipo de Estado, cuja configuração plena se dá com a edição do Ato Institucional nº 5 e com a definição do sucessor de Costa e Silva pelo "Sistema".

A segunda questão é evidentemente mais complexa; a nosso ver, o poder político não pode fundamentar-se nas Forças Armadas, ainda que elas - em seu conjunto - expressem esse poder. Ocorre que o poder político passa a definir-se (o que é diferen

te de fundamentar-se) nas Forças Armadas à medida em que elas assumem as funções centrais do Estado, tanto no tocante à gerência da economia quanto aos rumos e limites do regime político. Ao intervirem em 1964, as Forças Armadas tiveram ativado dentro delas mesmas um processo político cujas dimensões não haviam sido percebidas pelos seus principais líderes, nem pelos políticos liberais, para os quais os militares logo retornariam aos quartéis. Na expressão feliz de Fernando Pedreira, em 1964 "nem o sr. Magalhães Pinto nem os seus colegas Lacerda e Ademar, para não referir outros nomes menos conhecidos, tinham idéia do que era, na realidade, o movimento que aparentemente chefiavam. O mesmo pode ser dito dos comandantes militares de 31 de março, um dos quais, o bravo e espontâneo General Mourão, chegando ao Rio à frente de suas tropas, tomou um banho de chuveiro e foi visitar o sr. Juscelino Kubitschek em seu apartamento de Ipanema" (2). A partir de 1964, as classes dominantes (ou setores delas) só tem podido manter-se como tais através da instituição e dos órgãos principais de definição das políticas. De certo modo, o poder fundamentado nas distintas posições que as classes ocupam ao nível estrutural somente se atualiza em "políticas" na medida em que se define como poder de Estado através das Forças Armadas, reforçando pela dominação militar as posições dos setores economicamente dominantes. Ainda assim, as tensões sociais

(2) Fernando Pedreira - (artigo) "Itamarê, outra vez", O Estado de São Paulo, 16.4.67.

Aliomar Baleeiro, considerado uma das maiores expressões civis da Revolução de 64, escreveu recentemente: "Os que se dispuseram a arriscar a pele e a tranquilidade nos dias in-

certos que precederam o 31 de março de 1964, não argumentavam com a volta sonsa ao Estado Novo, nem a queriam no fundo do coração ou da consciência. Não sonhavam com o Brasil que scholars estrangeiros friamente equiparam ao Congo ou a Quênia (...). Nunca passou pela cabeça dos revolucionários históricos que se urdisse e outorgasse, à maneira de D. Pedro do grito, uma Constituição tão perigosa que se possa temer o risco efetivo de sermos governados segundo suas normas por um governo de adversários vitoriosos em eleições limpas e honestas. (...) Acreditava-se nas virtudes do livre debate, na publicidade completa dos negócios públicos, na ampla crítica às decisões governamentais, na aplicação da lei punitiva somente por processo contraditório, sem sigilo nem restrições à defesa ou denegação desta", Artigo: "Memórias dum defunto político", Folha de São Paulo, 20.1.76, pg. 2.

encontram eco nas Forças Armadas, como comprovam as inúmeras movimentações militares produzidas pela "linha-dura": em certo sentido, a luta entre altos escalões e escalões intermediários expressa - no governo Costa e Silva - as tensões produzidas pelo predomínio paulatino do grande capital. Finalmente, o caráter sigiloso de boa parte destas disputas aumenta a dificuldade para se caracterizar os vínculos possíveis entre grupos militares e interesses de classes sociais.

Em terceiro lugar, este trabalho não pretende apresentar uma análise global do período 1964-69. Mais precisamente, estudamos o processo político responsável pela emergência do Estado pós-64 privilegiando os aspectos militares deste processo.

Trata-se de uma tarefa difícil, mas isso não diminui nossa responsabilidade no tratamento das fontes. Mas é certamente nesta área que a questão mais se complica. As evidências das dificuldades são inúmeras: acompanhamos o processo político "intra-militar" pelo noticiário da Imprensa diária, visto que é praticamente impossível o acesso a fontes mais diretamente ligadas aos fatos do período; as entrevistas com antigos participantes daquele processo ofereceu, de outro lado, um rico material de informação e de análise, do qual muito nos valem, especialmente nas análises sobre a ideologia. Portanto, reforçamos a negativa de que esse trabalho seja uma análise global, porque não queremos criar expectativas que não serão atendidas, nem sermos responsabilizados pela sua não-concretização. As referências ao processo global terão sempre a finalidade de sustentar a necessária historicidade da análise, numa tentativa de vincular o "fenômeno militar" - que é aqui examinado através de um processo político específico - às condicionantes que se localizam ao nível das relações entre as classes sociais.

Finalmente, não examinaremos o militarismo "em si". Muitos trabalhos tem procurado esclarecer as condições de surgimento e de manutenção do militarismo, no espaço que lhe seria deixado pela "instabilidade" dos sistemas políticos. Divergimos dessa orientação: a nosso ver, a intervenção militar - que resulta de um processo que se definiu politicamente sobre as condições de crise da acumulação - gerou a emergência de um processo político no interior das Forças Armadas que se relacionou, durante o seu desenrolar, com as tensões e interesses produzidos pela implantação de uma nova fase da acumulação capitalista no

Brasil. Procuramos examinar na Doutrina de Segurança Nacional as orientações ideológicas plausíveis de se "cristalizarem" em instituições históricas, na medida em que o seu corpo doutrinário (como pretendemos deixar claro na exposição) já vislumbra, na década de 50, a necessidade de se alterarem as relações entre capital e trabalho e propugnava a prática do planejamento econômico como condição indispensável ao desenvolvimento industrial no Brasil. Em suma, procuramos discutir no "projeto esquiano" o sentido das negações com que sentenciou as condições que se propunha superar, com vistas ao estabelecimento de uma nova ordem - a ordem da segurança nacional.

Cap. 1 - SEGURANÇA NACIONAL: DOCTRINA E IDEOLOGIA

O pensamento e a ação política dos militares brasileiros no pós-guerra têm sido insuficientemente estudados. É sintomático o pequeno número de obras que abordam este tema. Embora o presente trabalho se proponha analisar a questão no período 1964-69, é necessária alguma referência à divisão político-ideológica que permeou as Forças Armadas nos anos 50. O que se verá a seguir é uma tentativa de análise ideológica do pensamento militar cristalizado na Doutrina de Segurança Nacional - DSN - e do papel desempenhado pela agência responsável pela sua criação e propagação: a Escola Superior de Guerra (ESG).

1 - A Escola Superior de Guerra (1948-69)

A criação e fundação da ESG está intimamente associada a dois fatores na história militar brasileira: a participação na II Guerra, através da Força Expedicionária Brasileira (FEB) (1) e o debate político sobre a exploração do petróleo.

Na realidade, nesses dois acontecimentos se manifestam as divisões políticas do corpo de oficiais das Forças Armadas,

especialmente do Exército.

Após a queda do Estado Novo, nos debates sobre os caminhos da exploração do petróleo, tanto os oficiais que se alinharam politicamente ao Governo Dutra quanto os que encaminharam sua ação através do Clube Militar se colocavam perante um tema que muitas vezes aparece subjacente ao debate principal: a segurança nacional. E a própria questão do nacionalismo (tomado no sentido da possibilidade do desenvolvimento econômico autônomo e auto-sustentado), que empolga politicamente o país na década de 50, não se separa dos problemas de segurança nacional ao nível do debate militar.

Essas questões põem em evidência as mudanças políticas que se vinham processando ao nível do Estado e da sociedade. Gabriel Cohn analisa corretamente a questão: "É altamente significativo que a iniciativa de trazer à tona o problema da orientação a ser imprimida daí por diante (1947) à política do petróleo coubesse a militares, em conferências públicas. Numa clara demonstração das mudanças nas relações de poder ocorridas em 10 anos, aqueles setores militares que consideravam o problema do petróleo como de relevância prioritária em suas cogitações - vinculando-o ao grande tema de sua profissão, que é a segurança nacional - optaram por uma diretriz de ação que não mais implicava em acionar diretamente os centros de poder, através dos Estados-Maiores ou do Conselho de Segurança Nacional, quando não pelo próprio Ministro da Guerra, mas sim em realizar discussões abertas do problema, através do Clube Militar. Com isso, sancionava-se um padrão novo de atuação, com profundas implicações: tratava-se de encaminhar as grandes decisões através do esforço

por sensibilizar aqueles grupos sociais cuja mobilização se reconhecia ser indispensáveis como suporte dessas decisões. É ainda neste sentido que (....) essa época configurava a emergência ao primeiro plano da dimensão propriamente política dos problemas econômicos e sociais básicos: as grandes opções nacionais, cujo tratamento antes estava restrito a uma esfera fechada de poder, eram trazidas ao palco aberto da sociedade global (...) num reconhecimento da diferenciação dos grupos de interesse e da necessidade de levá-los em conta em todos os níveis do exercício do poder (...) É por isso que a polêmica desencadeada no Clube Militar, em 1947, entre os Generais Juarez Távora e Horta Barbosa, a respeito da orientação mais adequada para a política do petróleo no Brasil, tem profunda importância: porque contribuiu de modo decisivo para levar esse problema a áreas novas, por vezes insuspeitadas, da sociedade" (2).

É em relação a esta situação de redefinição dos "dispositivos estratégicos do poder" (a expressão é de Cohn), quando o debate sobre o petróleo supera os limites do Estado para ganhar a opinião pública, que se deve compreender a criação da ESG. Promovida por oficiais de um modo geral identificados com a orientação de Juarez Távora quanto à questão do petróleo⁽³⁾, a criação da ESG assume o alto significado político de um "movimento" em direção oposta àquela apontada por Cohn. Neste sentido, a ESG significa (a) a garantia da presença política de um grupo militar em alta posição no aparelho de Estado, na medida, em que é órgão subordinado diretamente ao Estado Maior das Forças Armadas (posteriormente, o regulamento de 4.12.63 a define como "órgão da Presidência da República", mantendo o mesmo vín-

culo com o EMFA); conseqüentemente, (b) a ESG garante a não dispersão deste agrupamento político-militar, que (c) se especializa no estudo da Segurança Nacional no âmbito da guerra fria, inicialmente, e no da "guerra revolucionária", no contexto seguinte, (d) assegurando-se a possibilidade de difusão ideológica entre as "elites civis e militares". Conforme se verá nas seções seguintes, enquanto a corrente nacionalista das Forças Armadas dirige sua ação política para fora do Estado, em direção a "áreas novas, por vezes insuspeitadas, da sociedade", em atitude aberta de mobilização da opinião pública, os criadores da ESG tem o objetivo (não expresso em documentos) de um reforço de sua posição no aparelho de Estado, através de estudos geralmente sigilosos e circunscritos a pequenos grupos, e de mobilização política das "elites".

O caráter de classe desta atuação da ESG torna-se mais claro à medida em que essa instituição aumenta sua importância nos contextos políticos posteriores. Como tentaremos demonstrar, a mobilização política e ideológica levada a efeito pela ESG reveste-se do significado de um reforço da tendência à predominância do grande capital (no meio do qual ressalta o capital estrangeiro) como meio indispensável ao desenvolvimento econômico e à implementação de uma política de segurança nacional. Resulta daí, no plano econômico e no político, o estabelecimento de limites "toleráveis" à organização e participação política dos setores populares.

Criação e organização da ESG

Examinemos alguns dados sobre essa questão⁽⁴⁾. Nas palavras do General Augusto Fragoso, "o primeiro ato oficial relativo à Escola Superior de Guerra é um decreto baixado, no Governo DUTRA, em fins de outubro de 1948 (Dec. nº 25.075, de 22.10.48), determinando ao então Estado-Maior Geral, predecessor do atual Estado-Maior das Forças Armadas, que organizasse a Escola Superior de Guerra, com a finalidade expressa de ministrar a oficiais do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, o chamado curso de Alto Comando, referido na Lei de Ensino do Exército (D.L. nº 4.130, de 26.2.42) (...) Dez meses após a assinatura do Decreto que mandava organizar a Escola Superior de Guerra, para a realização do Curso de Alto Comando comum às três Forças, surgia a Lei nº 785, de 20 de agosto de 1949, decretada pelo Congresso, sancionada pelo Presidente DUTRA ..." (5)

A ESG recebe a influência direta da experiência da congênera norte-americana, a National War College. Sua criação, inclusive, contou com a colaboração de uma Missão Norte-Americana, "encarregada de orientar a implantação da Escola Brasileira"⁽⁶⁾, embora a comissão organizadora, sob a direção do General Cordeiro de Farias, examinasse a experiência inglesa e francesa no setor⁽⁷⁾. Ao contrário da escola americana, a ESG se propôs a inclusão de estagiários (alunos) civis, oriundos dos setores governamentais (Ministérios, autarquias, etc.), dos demais Poderes e organizações profissionais, com a condição de que fossem

de nível universitário ou equivalente.

Destes dados iniciais, convém destacar que os cursos a serem ministrados na ESG não foram especificados pela Lei que a criou, o que certamente possibilitou uma margem ampla de liberdade para a Direção da ESG e para o EMFA, ao qual está diretamente ligada. De outro lado, e a par do objetivo de preparar "elites civis e militares" para o exame das questões referentes à segurança nacional, a obrigação de que os "civis tivessem o equivalente à educação universitária virtualmente significou a ausência total de representação das associações sindicais" (8). Finalmente, a partir de 1964 os altos escalões da administração federal têm sido ocupados por ex-estagiários da ESG, fato que fica especialmente claro já no Ministério do governo Castelo Branco (9).

Não abordaremos aqui o pensamento militar desenvolvido na ESG, mas faremos uma referência, embora superficial, aos aspectos centrais da Doutrina de Segurança Nacional em duas fases diferentes, distinção que retomaremos à frente. Ao terminar a sua participação na guerra, parece ter-se tornado um pensamento generalizado entre os oficiais da FEB a idéia da proximidade e inevitabilidade de um conflito total entre os blocos ocidental, sob a hegemonia dos Estados Unidos, e oriental, sob a liderança da União Soviética. O General João Bina Machado assim se expressa: "Lembro-me que ainda na Itália, enquanto na FEB, era crença corrente (entre as tropas aliadas lá estacionadas e devido talvez às divergências sobre a divisão de Berlim) o prosseguimento da Guerra, entre os aliados democráticos e o bloco comunista" (10). No entanto, a reflexão sobre a Guerra da Coreia resulta

numa mudança substancial, refletida na internalização do conceito de Segurança Nacional. Se, no caso de um conflito total entre Ocidente e Oriente, o comunismo seria enfrentado pela aliança das nações democráticas liberadas pelos Estados Unidos, no segundo caso, o comunismo é tomado como "inimigo interno" que manipula e potencia as tensões sociais próprias do estágio de desenvolvimento do Brasil, através de: (a) o despreparo e ineficiência das elites políticas; (b) a inadequação das estruturas políticas e instituições governamentais ao encaminhamento das questões de desenvolvimento econômico e segurança nacional; (c) a ingenuidade política e as características culturais do povo brasileiro, que o tornam "presa fácil" da ação comunista; (d) infiltração do movimento comunista internacional em todas as áreas, setores e instituições sociais, numa ação que caracteriza uma agressão interna.

A internalização do conceito de segurança nacional reflete-se também nos Regulamentos que regem as atividades da ESG. O primeiro Regulamento (28.9.49) recomendava estudos sobre a segurança nacional através de "um método de análise e interpretação dos fatores políticos, econômicos, diplomáticos e militares que condicionam o conceito estratégico". O segundo Regulamento (11.3.54) precisava que o estudo e o equacionamento dos problemas de segurança nacional deveriam pautar-se na "sistematização da análise e interpretação dos fatores políticos, econômicos, psicossociais e militares que condicionam a formulação de uma política de segurança nacional" (11), objetivando-se a difusão do conceito de segurança nacional "que servisse de base à co ordenação das ações de todos os elementos, civis e militares,

responsáveis pela formulação e execução da política de segurança nacional" (12). À frente se demonstrará que os fatores condicionantes da política de segurança nacional indicados no segundo Regulamento correspondem à uma nova abordagem que se processa no interior da DSN e que apontamos rapidamente acima.

Em termos de organização dos Cursos, aos fatores indicados no 1º e 2º Regulamentos correspondem as divisões que constituem o Departamento de Estudos da ESG. O 1º Regulamento estabeleceu as Divisões de Assuntos Nacionais, Assuntos Internacionais e Assuntos Militares. O 2º, as Divisões de Assuntos Políticos, Assuntos Psicossociais, Assuntos Econômicos e Assuntos Militares, que substituem as anteriores. O 3º Regulamento (17.3.61) acrescenta duas Divisões, a de Assuntos Doutrinários e de Coordenação e a de Assuntos Científicos e Tecnológicos. Finalmente, o Regulamento de 4.12.63 suprime a última Divisão e cria duas outras: a de Assuntos de Logística e Mobilização e a de Assuntos de Informações e Contra-Informação (13).

A ESG mantém o Curso Superior de Guerra (CSG) que, criado pelo Regulamento de 49, está em funcionamento ininterrupto desde 1950, havendo formado 18 turmas num total de 1.276 diplomados: 646 civis e 630 oficiais; o Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas, instituído pelo Decreto nº 33.357, de 23.7.53 (...) está em funcionamento ininterrupto desde 1953, havendo formado 15 turmas, num total de 436 diplomados; o Curso de Mobilização Nacional, criado pelo Decreto nº 40.835, de 24.1.57., funcionou apenas nos anos de 1958 a 1959, havendo formado 2 turmas, num total de 42 diplomados: 20 civis e 22 oficiais; o Curso de Informações, criado primeiramente pelo Decreto nº 43.810,

de 29.5.58, com funcionamento suspenso a partir de 1960 (...) e, de novo, instituído por Decreto nº 55.791 de 23.2.66" formou, em quatro turmas, 60 diplomados: 32 civis, e 28 militares (14).

ESG: Aparelho Ideológico e Aparelho de Estado

Com base nas informações transcritas acima, indicaremos os pontos centrais de uma análise da ESG enquanto Aparelho Ideológico dentro do Aparelho de Estado, que também será retomada no item 3 deste capítulo. Examinando sua atuação segundo as características que Althusser atribui aos Aparelhos Ideológicos de Estado, veremos que a ESG se encontra numa situação específica. De fato, Althusser aponta o "funcionamento mediante violência" como o elemento que distingue o Aparelho de Estado do AIE (que funciona "mediante a ideologia"). É certo que os casos concretos podem dificultar o enquadramento de uma instituição num dos tipos; contudo, dever-se-ia levar em conta que um Aparelho de Estado "funciona massivamente com a repressão (inclusive física), como forma predominante, e só secundariamente com a ideologia", ao passo que os AIE, de modo inverso, "funcionam massivamente com a ideologia como forma predominante" (15).

Dissemos que a situação da ESG seria específica com relação aos dois tipos apontados. Em que se basearia essa especificidade? Antes dessa discussão, convém adiantar novos elemen-

tos que possibilitem a compreensão do papel da ESG. A grosso modo, dado que esses temas serão analisados na parte final do Capítulo, pode-se afirmar que a ESG criou, desenvolveu e difundiu entre as "elites" (leia-se: classes dominantes) uma determinada concepção dos problemas relativos ao desenvolvimento econômico, instituições políticas e vinculações do Brasil ao campo das relações (econômicas, políticas e ideológicas) internacionais que se transformaram em instrumento de ação política do que se pode chamar de "fronteiras internas ao socialismo". Não se pode atribuir inteiramente ao setor militar localizado na ESG a criação do tipo de pensamento político-ideológico difundido por ela. Em outras palavras, há elementos oriundos de etapas anteriores, do pensamento político brasileiro bem como se podem perceber vínculos nítidos com o pensamento militar que se desenvolveu nos Estados Unidos do pós-guerra. A questão complica-se se levarmos em conta que a burguesia brasileira, na situação de desenvolvimento econômico periférico e dependente, ao contrário das burguesias dos modelos clássicos europeus, dirige sua luta política não apenas "para consolidar vantagens de classes relativas ou para manter privilégios de classes. Ela luta simultaneamente, por sua sobrevivência e pela sobrevivência do capitalismo (o que) nos coloca, certamente, diante do poder buguês (...) que se impõe sem reboços de cima para baixo, recorrendo a quaisquer meios para prevalecer, erigindo-se a si mesmo em fonte de sua própria legitimidade e convertendo, por fim, o Estado nacional e democrático em instrumento puro e simples de uma ditadura de classe preventiva" (16).

Aqui talvez seja possível examinar a especificidade que

atribuímos à ESG. Em primeiro lugar, embora seja parte de um a parêlho repressivo (Forças Armadas), a ESG é, antes de tudo, uma escola (uma redundância talvez desnecessária ...) com objetivos técnicos e político-ideológicos: técnicos, na medida em que oferece o curso que está no topo da formação do militar brasileiro, o Curso de Estado Maior e Comando das Forças Armadas (CEMCA); político-ideológicos, pois seus demais cursos, especialmente o CSG, tem a intenção de garantir um tratamento básico e uniforme a civis e militares direta ou indiretamente ligados a questões de segurança nacional. Desta forma, embora não possa ser dissociada de uma instituição (Forças Armadas) que funciona "massivamente através da repressão", a ESG desenvolve atividades claramente ideológicas, quer promovendo o treinamento técnico (que não pode ser tomado separadamente do preparo ideológico) de oficiais, quer articulando as "elites civis" e difundindo entre elas a Doutrina de Segurança Nacional. Poder-se-ia argumentar, em outra direção, que a ESG ocuparia um espaço talvez reservado à ideologia vinculada à "técnica militar", que estaria situada entre o emprego "total" e o emprego "massivo" de repressão. No entanto, a questão não é quantitativa, como pode sugerir essa argumentação. Na verdade, trata-se de uma função nova que setores militares se atribuíram, função que impregna paulatinamente, e com expressão crescente, o âmbito das Forças Armadas e o âmbito social propriamente dito.

Em segundo lugar, através da DSN, a ESG assume a frente da crítica às instituições do Estado brasileiro da década de 50 como incompatíveis ao equacionamento das questões de desenvolvimento econômico e segurança nacional, ao mesmo tempo em que

"fecha" ideologicamente a "via socializante", quase sempre presente no horizonte das crises do estado de dominação burguesa. Neste sentido, difunde nas Forças Armadas (e fora delas) a predisposição a intervenções no quadro político-institucional, em que pese o conteúdo democrático-liberal aparente das principais formulações sobre a Doutrina de Segurança Nacional, posto que, simplificando, "o Estado é o agente na condução da Estratégia" (17). De outro lado, a trajetória política dos militares vinculados à ESG na década de 50 e na renúncia de Quadros, que culmina com a Revolução de 64 (18), corrobora as afirmações feitas acima; nos manifestos dos Generais (1954), nas crises de 1955 e 1961 percebe-se uma continuidade de nomes, intenções e objetivos políticos que se tornam mais claros em 1964.

Finalmente, a Doutrina de Segurança Nacional é concebida num momento em que se operam transformações profundas na sociedade brasileira e no contexto internacional. A insistência no combate ao "neutralismo", a propugnação do envolvimento incondicional do Brasil no Bloco Ocidental, a ênfase na defesa do continente americano de agressões "externas", apontam para além de uma identificação ideológica com o "Mundo Livre". No quadro latino-americano, em relação ao qual a hegemonia americana implicava na contenção dos movimentos políticos populares, a DSN e a ESG, especialmente, aparecem como também ligadas a essa estratégia de preparação econômica, política e ideológica para o embate, então considerado muito provável, entre Ocidente e Oriente, entre Democracia e Comunismo. Ao se processar a internalização do conceito de segurança nacional, a DSN estará refletindo também a mudança de orientação do pensamento político-militar ame-

ricano, embora, conforme pretendemos demonstrar mais à frente, esta não seja a única fonte na origem e nas variações da DSN. Se, como afirma Stepan ⁽¹⁹⁾, essa mudança se processou no pensamento militar da ESG antes que os "conflitos limitados" (exemplificados pela Guerra da Coréia) passassem a fazer parte do pensamento militar americano, em qualquer dos casos a explicação deve estar voltada para a situação histórica brasileira. Em ambos os casos, está-se criando a "fronteira interna ao socialismo", anteriormente referida, que permite estabelecer a conexão principal da ESG/DSN com o campo político da luta de classes.

Retomando a questão proposta, a especificidade da ESG como um aparelho de Estado "misto", portador de funções marcadamente ideológicas, poderia ser definida na seguinte proposição: a presença e atuação da ESG tendem a tornar-se diretamente políticas à medida em que se configuram críticas as funções do Estado como orientador da acumulação capitalista e agenciador da legitimidade espécie de "fiel da balança" de uma precária aliança de classes - e, ideologicamente, esta ação vincula-se ao estabelecimento de limites às crises da dominação burguesa, ou seja, vincula-se fundamentalmente à própria preservação do capitalismo. Do ponto de vista da ação propriamente política, acrescenta-se que a ESG promove uma relativa integração dos interesses maiores dos diversos setores das classes dominantes na medida em que, diretamente articulada com as Forças Armadas, servia de elo entre estas e aquelas. De outro lado, a DSN é um elemento potencialmente aglutinador daquelas forças sociais, ao nível ideológico, na medida mesma do seu anti-comunismo. A combinação destes elementos fornece o germen para um fator historicamente novo

na sociedade brasileira, que se desenvolve celeremente a partir de 1964: a posição dominante das Forças Armadas no conjunto dos aparelhos de Estado e do próprio Estado. Esta última questão, que será examinada nos Capítulos 2 e 3, será ainda antecédida - pela análise da Doutrina de Segurança Nacional.

É o que veremos a seguir.

2 - Segurança Nacional: Doutrina

É extremamente vasto o campo de reflexão da DSN. A evolução desse tipo de pensamento se processa pela passagem das considerações econômicas para as considerações políticas como ponto central de análise. Anteriormente à concepção propriamente, dita da Doutrina vinculada à ESG, e devido em parte à divisão dos oficiais quanto ao possível envolvimento na II Guerra, a segurança nacional, tomada como mobilização para a "defesa nacional", é um conceito vinculado à exploração do potencial econômico (aço, carvão, petróleo, etc.). A partir da II Guerra, passa a ser um conceito fundamentalmente político, referido à participação do Brasil no Ocidente e à continuidade da sociedade capitalista (20).

Na concepção propriamente política, a DSN processa a internalização do conceito, como vimos, que pode ser sumariamente indicado como a passagem da "agressão externa" para a "agressão

interna". Nesta parte, examinaremos os pontos centrais da DSN conforme elaborações de seus principais pensadores: Golbery do Couto e Silva, Cordeiro de Farias, Juarez Távora e Humberto Castelo Branco. As referências se concentrarão no primeiro autor, cujas obras ganharam um relativo conhecimento público, sendo que os demais ficaram circunscritos às Forças Armadas. De outro lado, a DSN recebe de Golbery do Couto e Silva a sua forma mais elaborada, na qual se percebe a tentativa de um tratamento teórico que não se restringe ao pensamento militar propriamente dito.

"A guerra deixou de ser um simples hiato trágico num mundo de tranquilidade e de paz"

O conflito ideológico permanente, a possibilidade de uma guerra total (em função da qual toda nação deve mobilizar-se integralmente) entre Ocidente e Oriente fornecem o primeiro e fundamental elemento nas etapas de formulação da segurança nacional: em 1967, escreve o General Golbery que "o antagonismo entre o ocidente cristão e o oriente comunista domina ainda a conjuntura mundial" embora um certo policentrismo tenha substituído a bipolarização da guerra fria da década anterior ⁽²¹⁾. Há contudo um elemento subjacente ao conflito apontado, fornecido pelas formas de organização política conhecidas no Ocidente e no Oriente. Em outras palavras, o pós-guerra assiste ao confronto entre o "liberalismo otimista" e o "Estado guarnição do totali-

tarismo", confronto que evidencia a "negação do planejamento estatal", do lado dos países ocidentais, e, nos países comunistas, "a tirania do planejamento pelo Estado" (22).

Esta idéia central comporta subdivisões: (a) a realidade social e histórica, pela sua complexidade, promove a superação (e se recusa a adaptar-se) dos "modelos tradicionais, desgastados e corroídos". Decorre daí a necessidade de criação de novos modelos políticos, adequados às situações históricas onde surgirem; (b) a penetração dos meios de comunicação de massa e a mobilidade social rompem as barreiras sociais entre indivíduos, estamentos, classes e Estados, e o consequente "processo de interação das culturas não se poderia furtar, porém, à conhecida fórmula tri-partida - domínio, conciliação ou conflito"; (c) a crença na existência e atuação de mecanismos auto-reguladores dos ajustamentos sociais faz com que o Estado Liberal delineie sua ação pelo postulado "ótimo de governo = mínimo de governação", convencido de que o "liberalismo econômico gera riquezas e corrige as injustiças sociais", excluindo, deste modo, a necessidade do planejamento; (d) os Estados totalitários implantam a "tirania do planejamento" em todos os âmbitos da vida social; (e) o planejamento democrático é a saída para a dicotomia anomia/totalitarismo, através do qual as sociedades modernas poderão alcançar a "liberdade, a justiça e o desenvolvimento das potencialidades individuais" (23).

Portanto, é neste quadro de conflito entre Ocidente e Oriente que a DSN promoverá, no seu corpo doutrinário, a submissão das atividades básicas da Nação à sua política de segurança (24), a exemplo dos países-líderes dos dois Blocos: "Nos dias a

tuais, de embates perfeitamente caracterizados entre dois blocos mundiais antagônicos - o mundo ocidental democrático e o mundo oriental totalitário - são tão vivos e constantes os mecanismos revelados em todos os quadrantes do mundo na chamada guerra fria e já transformados em focos incandescentes em várias partes do Extremo Oriente (...) que, quando menos para os Estados líderes do mundo, toda a atividade política está voltada, direta ou indiretamente, para a segurança nacional (de tal forma) que nenhum plano de desenvolvimento econômico, cultural ou social do país, pode ser traçado independentemente das múltiplas e, por vezes, rigorosas servidões impostas pelos imperativos da Segurança Nacional." (25) .

"O planejamento da segurança nacional é um imperativo da hora que passa"

A determinação de Objetivos Nacionais Permanentes (ONP) e Objetivos Nacionais Atuais (ONA) são os pilares sobre os quais se define a Segurança Nacional. Os primeiros são objetivos políticos que resultam da interpretação dos interesses e aspirações nacionais "que motivam, em dada época histórica, toda manifestação de um povo como Nação" (26); os segundos são derivados da análise conjuntural dos impedimentos ou oposições à realização dos ONP. Desta forma, os ONP e os ONA são diversos, necessariamente; a segurança nacional (em seu primeiro sentido) apa-

rece como um "operador qualitativo" que, aplicado aos ONP, produz os ONA.

Vejamos as etapas de formulação da política de segurança nacional, cujo planejamento se relaciona com a política governamental de alocação de recursos para o "bem estar". Esta questão aparece de modo diverso em autores distintos e com duas abordagens do Gen. Golbery. Em seu primeiro livro, chama a atenção para o fato de que um planejamento voltado exclusivamente (ou predominantemente) para o bem estar da população poderá destinar recursos insuficientes (ou desproporcionais, em relação às possibilidades de investimentos) aos encargos da segurança nacional. Sentencia que "o que mais está a Segurança Nacional a exigir, num país do tipo do nosso, é sobretudo a ampliação da nossa infraestrutura econômica, a redução dos pontos de estrangulamento de nossa economia tão desordenadamente evoluída ... " (27). Em 1967, escreve que "não há como fugir à necessidade de sacrificar o Bem-Estar em proveito da Segurança, desde que esta se veja realmente ameaçada. Os povos que se negaram a admiti-lo aprenderam, no pó da derrota, a lição merecida" (28), advertindo que o sacrifício total de uma pode significar a perda irremediável da outra. Sendo o bem-estar um Objetivo Nacional Permanente, admite-se que o seu sacrifício parcial e conjuntural possa configurar um elemento reforçador da segurança nacional que, por sua vez, promoverá os instrumentos para o seu atingimento futuro.

Como se viu, os ONP pretendem expressar as aspirações da "consciência nacional"; fazemos aqui sua citação com a intenção de esclarecer a formulação da política de segurança nacio-

nal: "1 - a salvaguarda intransigente de nossa independência política, admitidas, embora, autolimitações, nunca essenciais, da soberania nacional, em benefício da cooperação e da paz internacionais; 2 - a manutenção de um estilo de vida democrático, com bases cada vez mais amplas na participação efetiva e consciente do povo; 3 - a garantia das liberdades regionais (sentido federativo) e de autonomia local (municipalismo); 4 - a consolidação da unidade do grupo nacional, através de crescente integração social, com fundamentação nos princípios de justiça social e de moral cristã; 5 - a incorporação de todo o território nacional, humanizando-se e valorizando-se os largos espaços ainda vazios; 6 - o fortalecimento equilibrado da estrutura econômica, de modo a assegurar elevados índices de bem-estar e cultura a todo o povo (...) e garantindo-se o grau de auto-suficiência realmente indispensável ao pleno exercício da própria soberania nacional; 7 - a manutenção do status quo territorial na América do Sul (...); 8 - o robustecimento da solidariedade e cooperação entre os povos da América, para o progresso geral e a defesa continental; 9 - o fortalecimento do prestígio nacional no âmbito externo, com base no princípio de igualdade jurídica dos Estados, e a crescente projeção do país no Exterior com vistas, à salvaguarda eficaz de seus próprios interesses e em benefício também da própria paz internacional" (29).

Tomados à luz da análise de conjuntura (fatores políticos, econômicos, psicossociais e militares, em âmbito nacional e internacional), redefinem-se como objetivos estratégicos, numa adaptação dos fins aos meios disponíveis (ampliáveis ou não). A política de segurança procede inversamente no tocante aos ONP,

cuja realização pode acarretar a mudança, desenvolvimento ou abandono dos meios com que se pode contar numa determinada conjuntura. Dito de outro modo, ambos os tipos de objetivos são mutáveis, regidos por princípios diversos: os ONA, pelo princípio de adaptação dos fins aos meios, os ONP, pelo princípio de adaptação dos meios aos fins.

O Conceito Estratégico Nacional (CEN) estabelece as diretrizes da política de segurança nacional ao analisar os ONP à luz da conjuntura nacional e internacional. As premissas básicas que informam a análise de conjuntura são o valor do potencial nacional (recursos diversos e mobilizáveis) e as pressões dominantes ao nível interno e externo, que significam obstáculos à realização dos ONP. A política de consecução define a maneira pela qual serão atingidos os ONA, e sua ação será exercida nas áreas estratégicas, as "zonas geopolíticas de maior sensibilidade". Finalmente, esses procedimentos fazem resultar as diretrizes governamentais, destinadas aos órgãos governamentais de planejamento para a elaboração de programas que serão aplicados nas áreas política, econômica, psicossocial e militar.

A geopolítica

A geopolítica fundamenta-se nos princípios de espaço político e posição geográfica para a definição da política de se-

gurança nacional: trata-se de uma "arte que se filia à Política e, em particular, à Estratégia ou Política de Segurança Nacional, buscando orientá-las à luz da geografia dos espaços politicamente organizados e diferenciados pelo Homem. Seus fundamentos se radicam, pois, na Geografia Política, mas seus propósitos se projetam dinamicamente para o futuro (...) A Geopolítica adota sempre um ponto de vista único e privativo - o do espaço físico, que este deve ser o elemento, não exclusivo por certo, mas sim dominante, da paisagem que ela procura interpretar, com a finalidade prática de aí discernir a margem de possibilidades a aproveitar na construção de maior grandeza, do progresso crescente e da segurança interna e externa do Estado, beneficiando-se das vantagens positivas que a terra oferece e neutralizando, na medida do possível, os aspectos negativos que ela apresenta ..." (30)

Aplicada ao caso brasileiro, distingue três características geopolíticas fundamentais: 1) o espaço político, que compreende as características gerais do território (extensão; forma; regiões físicas, demográficas e econômicas; fronteiras; regiões culturais, étnicas e linguísticas, etc.); 2) a posição do Brasil, situada à margem das principais rotas do comércio mundial e das geodésias "segundo as quais se tem manifestado até hoje (...) as tensões mais fortes e perigosas dos antagonismos internacionais" (31); 3) os blocos continentais de poder que definem as probabilidades de ocorrência de conflitos com o Brasil, definidas nas hipóteses de guerra.

A definição da segurança nacional em função das características geopolíticas cabe à Estratégia, a qual, na medida em

que visa o fortalecimento do poder nacional, se confunde com a própria segurança nacional. No entanto, há que se diferenciar a Política, responsável pela tarefa de interpretação dos objetivos nacionais e de preservação da paz, da Estratégia, vinculada primordialmente à mobilização do poder nacional para a guerra (32).

Não apenas o Gen. Golbery, mas praticamente todos os pensadores militares vinculados à ESG tratam dos laços do Brasil com o Ocidente. A questão assume formas variadas, ora enfatizando-se os aspectos econômicos, ora os políticos-ideológicos da aquela ligação. A participação política do Brasil no Ocidente é realçada tanto no contexto da guerra fria, que tornava provável uma "guerra total", quanto após a internalização do conceito de segurança nacional, que promove considerações sobre a "guerra localizada" ou a "guerra subversiva". Já se tratou da "guerra total" nas páginas anteriores, e se destacou que uma possível participação do Brasil se daria sob a liderança e por uma solidariedade (de fundamentos histórico-geográficos, culturais, político e ideológicos) com os Estados Unidos. No caso da "guerra subversiva", tratar-se-ia não apenas de uma agressão direta às instituições da sociedade brasileira, mas de uma nova tática comunista de agressão aos Estados Unidos; da mesma forma, a guerra fria não representava uma ameaça direta ao Brasil, na medida que a liderança e a parte substancial dos recursos e da mobilização partiriam dos Estados Unidos, mas requereria uma disponibilidade total de recursos visando ao desenvolvimento do potencial nacional.

Na formulação mais elaborada do Gen. Golbery, o Ociden

te ganha uma dimensão filosófica e "ideal". O autor busca as fontes do Ocidente na desintegração do mundo grego-romano, na difusão do cristianismo pela Igreja Católica; a ênfase em uma das fontes responde pelos diferentes conceitos ou visões com que a Filosofia tem abordado o tema Ocidente. Contudo, diz o Autor, o único Ocidente que realmente "vale como um todo duradouro e coeso, o Ocidente que se pode de fato distinguir, nitidamente, de tantas outras civilizações e culturas, dotado de uma individualidade própria, original e marcadamente característica, é, para nós, o Ocidente como ideal, o Ocidente como propósito, o Ocidente como programa. Sua atualização perfeita na Terra talvez nunca seja mesmo possível, mas, nem por isso, deixou ele em tempo algum ou deixa realmente, ainda hoje, de estimular toda essa aventura extraordinária, cheia de êxitos surpreendentes, de falhas irremediáveis, de fracassos tremendos, de deserções e arrependimentos, de dedicações e renúncias que é a longa história em verdade vivida pela sociedade ocidental". A seguir, o Autor define esse ideal: " - a Ciência - como instrumento de ação; - a Democracia - como fórmula de organização política; - o Cristianismo - como supremo padrão ético de convivência social" (33).

O Ocidente está duplamente ameaçado: em primeiro lugar, pela possibilidade sempre presente de uma guerra total com o mundo comunista; em segundo lugar, embora a cultura e os padrões ocidentais se tenham espalhado na maior parte dos continentes, a democracia ocidental não dispõe de recursos eficientes para combater a infiltração comunista, especialmente entre a juventude, posto que o respeito à consciência individual e à dignidade humana dificultam a repressão eficaz da "atuação desa-

gregadora da quinta-coluna soviética". Sendo vulnerável à penetração comunista nos países desenvolvidos, onde ocorre profunda crise de valores, o Ocidente é mais débil ainda no tocante à sua preservação nos países sub-desenvolvidos. Desta forma, somente os Estados Unidos e as grandes nações européias poderão defender as áreas sub-desenvolvidas da expansão comunista, pois isto inclui a própria sobrevivência do Ocidente.

O Ocidente, na atuação de sua nação-líder, escolhe uma dentre várias estratégias possíveis no combate ao comunismo. O "isolamento" e a "repulsão" se mostraram impraticáveis; a primeira, por ser inviável num mundo cada vez mais indivisível e por não garantir a inatingibilidade dos países europeus e americanos pelos "engenhos de guerra" sociéticos; a segunda, pela pouca probabilidade de se conseguir a redução das fronteiras comunistas pela rebelião dos países que compõem o bloco soviético. A estratégia adotada é a de "contenção", cujo propósito "é o de conter o expansionismo comunista em suas atuais fronteiras já dilatadas, impedindo-o de transbordar, onde quer que seja, pelo ataque militar ou pela penetração pacífica, pela agressão tanto ostensiva quanto disfarçada, tanto direta como indireta, e prevenindo o lançamento à distância de novos rebentos que venham, numa metástase de que são o comunismo e o carcinoma descobriram o segredo maligno, a promover, aquém da cortina de ferro, novos focos da perniciosa infecção, de extinção muito mais difícil de pois" (34). Na "estratégia da contenção" é primordial que os países latinoamericanos forneçam aos Estados Unidos um apoio básico, que pode ser traduzido por: (a) apoio nas deliberações da ONU; (b) fornecimento de material estretético, cujas fontes de

produção possam encontrar-se em regiões de alta instabilidade; (c) apoio geográfico e logístico ao transporte aéreo e marítimo; (d) estruturação de um sólido sistema de segurança continental; (e) aproveitamento do potencial demográfico em operações fora do continente, de duração breve ou prolongada. O potencial humano e a disponibilidade de riquezas minerais, bem como sua posição geopolítica, colocam o Brasil em situação de importância especial para o atendimento das necessidades de defesa do Ocidente. De outro lado, o Brasil depende do Ocidente para o desenvolvimento de suas potencialidades econômicas e para a garantia de sua segurança. Nesta tarefa, a democracia deveria sair fortalecida pois, como sentencia o Autor que mais aparece nesta seção, "a liberdade democrática é um valor inestimável para a civilização do Ocidente, e renegá-la, em face do agressor totalitário, seria, no fundo, confessar-se a priori vencido" (35).

Em resumo, estabelecidos os Objetivos Nacionais Permanentes, a Política de Segurança Nacional (conjunto de planos, regulamentos, leis e programas da área de segurança nacional) aciona o poder nacional ("expressão integrada dos meios de toda ordem de que dispõe efetivamente a Nação, numa época considerada, para promover, sob a direção do Estado, no âmbito interno e externo, a consecução e a manutenção dos Objetivos Nacionais" - (36) que compreende os poderes Político, Psicossocial, Econômico e Militar para a realização daqueles Objetivos, através do "grau relativo de garantia" que o Estado oferece à Nação. Em outras palavras, "- a Política comanda a Estratégia, fixando-lhe os Objetivos; - o Estado é o agente na condução da Estratégia; - o Poder Nacional é o instrumento de ação da Estratégia" (37).

3 - Segurança Nacional: Ideologia

Na secção anterior tivemos a preocupação de articular uma "leitura" ordenada dos temas centrais da Doutrina de Segurança Nacional. A intenção foi a de fazer alguns autores "falar" por si mesmos através de uma escolha de questões e enfoques no vasto material produzido sobre a segurança nacional. Essa preocupação resultou num sem número de longas citações, que nos pareceu o único caminho viável ao exame do corpo doutrinário propriamente dito. Assim, nossa tarefa se resumiu a escolher e enfatizar textos e aspectos da DSN.

Contudo, torna-se necessária uma re-leitura da segurança nacional do ponto de vista dos fundamentos que a informam. Se é certo que toda ideologia esconde de si mesma os seus fundamentos ⁽³⁸⁾ e se posta perante relações sociais historicamente determinadas, ressalta-se a necessidade de um esforço no sentido de apanhar os fundamentos ideológicos da DSN. Se esse esforço resultar profícuo, certamente contribuirá para a compreensão dos valores que informaram a ação dos militares no movimento de 1964 e nos passos em direção a um determinado tipo de Estado, temas que estarão presentes neste trabalho.

DSN e "pensamento autoritário"

A primeira questão sugere o exame das "fontes" ideoló-

gicas da DSN. Este é um tema que dificilmente poderá ser abordado com precisão. Nossa hipótese é que, do ponto de vista dos vínculos mais nítidos com o pensamento político brasileiro que lhe é anterior ou contemporâneo, a DSN tem claras ligações com o chamado "pensamento autoritário" de Alberto Torres, Oliveira Vianna, etc. Essas ligações, que preferimos chamar de "pontes com o pensamento autoritário", podem ser inicialmente questionadas pela argumentação de que são diversos os atores e forças sociais num e noutro caso, isto é, não seriam os mesmos agentes sociais que criaram as críticas ao Estado da I República e a DSN. A veracidade aparente desta primeira contestação às "pontes com o pensamento autoritário" salta aos olhos; contudo, a questão é mais complexa e deve ser aprofundada.

O fato de uma situação histórica conhecer "reminiscências" de uma ideologia de um momento histórico anterior não é uma questão nova em termos teóricos ou práticos, embora não se possa descartar, ao nível analítico, as razões de determinados aspectos de uma ideologia terem permanecido em circunstâncias diversas daquelas que lhe deram origem bem como as formas de que se revestiram no novo contexto histórico. Também é um tema relativamente desenvolvido nas Ciências Políticas a adoção, por um grupo ou classe social, de elementos próprios da ideologia de outros grupos ou classes sociais. Assim é que se encontram valores de uma ideologia dominante na visão de mundo de classes dominadas, evidenciando que o qualificativo dominante, além de sugerir a existência de relações sociais subjacentes às ideologias, evidencia, de um lado, a existência histórica de ideologias diversas e, de outro, que estas estão ligadas por canais de di-

fusão ideológica. Finalmente, parece-nos que o fato de uma ideologia dominante conter elementos de ideologias não dominantes (e vice-versa) é uma das condições para a sua permanência enquanto tal. Não é por outra razão que Poulantzas ressalta a necessidade de o Estado capitalista promover o atendimento de certos interesses das classes dominadas e de Marx apontar para o "reformismo" do proletariado em certas situações históricas (39).

Há pelo menos dois "canais" históricos entre o "pensamento autoritário" e a DSN: em primeiro lugar, praticamente toda uma geração de militares participantes dos eventos apontados no início deste capítulo (FEB, ESG e Clube Militar - campanha do petróleo -) foi contemporânea do "pensamento autoritário" - nos primórdios de sua formação militar. Este fato pode ser constatado simplesmente pela idade atual dos componentes desta geração, todos com mais de sessenta anos. Não se nos acuse de apresentar uma resposta tão simples para uma questão tão complexa. Nem pretendemos que a contemporaneidade apontada dê conta de toda a questão; se assim fosse, não teria sentido a indicação que fizemos, páginas atrás, da profunda divisão ideológica no corpo de oficiais. Contudo, é provável - como pretendemos esclarecer - que certo setor militar tivesse buscado um apoio teórico no "pensamento autoritário" para fundamentar um projeto, no qual se encontrariam proposições acerca de um re-arranjo das relações entre Estado e sociedade, diverso do possível projeto dos pensadores "autoritários". Em segundo lugar, a produção intelectual de alguns militares, especialmente Juarez Távora (que inclusive foi Comandante da ESG), evidencia vários pontos de contacto com o "pensamento autoritário"; afastada, por definição, uma hipótese,

fundada na coincidência, devemos examinar os conceitos da DSN que sugerem uma ligação mais ou menos estreita com o "pensamento autoritário".

Embora a DSN não tenha realizado uma elaboração teórica tão extensa quanto a de Alberto Torres e Oliveira Vianna acerca da "incapacidade continuada de organizar-nos como nação" (40), do despreparo das elites para as tarefas de "construção nacional", da importação de modelos constitucionais e da necessidade de colaboração do corpo social em função de uma espécie de vontade coletiva (41), é certo que o pensamento militar que ora examinamos se ampara largamente nestes pontos; ainda, ambos os autores vislumbravam o Estado "forte" e centralizado (42).

Contudo, há diferenças importantes. Uma delas diz respeito ao fato de os Tenentes haverem se apropriado, nas décadas de 20 e 30, de algumas das principais formulações dos pensadores citados. Ocupando uma posição subalterna na organização militar - cujos oficiais superiores, de um modo geral, eram peças indispensáveis à manutenção da dominação política das "elites" agro-exportadoras - os Tenentes voltam-se ao mesmo tempo contra os oficiais superiores e contra as "elites". Na verdade, os Tenentes manifestam um receio pela presença política das massas urbanas, na medida em que elas eram (ou poderiam ser) manipuladas pelas "elites", que visavam à conservação de suas posições no Estado e no conjunto das classes sociais.

Ao contrário dos Tenentes que foram, os mentores da ESG ocupam agora altas posições e funções no aparelho militar; contudo, manifestam o mesmo receio em relação às massas, com a di-

ferença significativa, qual seja, de que elas se organizassem em função de um projeto alternativo ao capitalismo. Compreende-se, deste modo, a dimensão do conceito de agressão interna, já tratado anteriormente. Assim, o "estatismo" esguiano difere qualitativamente do "estatismo" dos Tenentes, embora em parte fundamentado no mesmo aparato teórico de crítica às "elites".

Feitas essas considerações iniciais, passemos ao exame mais detalhado da questão. Na introdução ao seu livro Organização para o Brasil, Juarez Távora se apóia justamente de Alberto Torres e Oliveira Vianna na crítica ao despreparo das elites e afirma, acerca das instituições políticas: "são-lhe (ao Brasil), assim, inviáveis as soluções por cópia - sobretudo para os problemas-chaves, como aqueles ligados às instituições políticas. Entretanto, procuramos imitar o parlamentarismo britânico, ao fundar o Império; e o substituímos por cópia servil do presidencialismo norte-americano, ao proclamar a República, sem indagarmos se o comportamento tradicional de nossa gente, seu grau de cultura política e as próprias inclinações de nossa elite se enquadravam ou seriam facilmente enquadráveis dentro desses elevados padrões anglo-saxões". O despreparo das elites, por sua vez, resulta do desconhecimento da realidade nacional e da "indisciplina mental dessa elite que, distanciada do terra-a-terra de tais realidades, perde-se, comumente, em devaneios fatasis-tas que vão, sem transição, do ufanismo ao derrotismo, mas quase sempre atentatórios do senso elementar de proporção e de oportunidade" (43). Não apenas as elites são despreparadas, mas todo o corpo social. Essa visão certamente está presente na DSN no tocante à definição dos Objetivos Nacionais por uma "outra e

lite" cujo preparo técnico e afastamento simétrico das tensões, geradas pelo confronto de interesses diversos a habilitam para tanto. Oliveira Vianna aborda esta questão ao tratar da representação, perante o Estado, do "povo-massa do Brasil (que) não teve, nem tem educação democrática": "não devíamos, por outro lado, confundir a seleção dos órgãos de representação legislativa com a seleção dos órgãos do Executivo: a função executiva exige dos ocupantes predicados que não se devem confundir com os simples predicados dos representantes do povo. Há necessidade, sem dúvida, de estabelecermos, ou melhor, de restabelecermos a velha distinção - que existia nos começos do Período Colonial e que o direito político dos Romanos reconhecia como fundamental - entre o jus suffragii e o jus honorum, isto é, entre o direito de eleger e o direito de ser eleito, entre o direito ao voto e o direito aos cargos (cursus honorum)" (44). Estas citações certamente remetem nossa memória para as eleições indiretas do Presidente da República e Governadores por um colégio eleitoral, instituída pela Revolução de 64. Aqui, a referência à idéia e ao fato histórico não tem a intenção de estabelecer uma relação de causa e efeito, como pode aparecer à primeira vista. O mais significativo é que, em ambos os casos, retiram-se das massas a plenitude da cidadania e a participação direta no processo eleitoral de escolha dos governantes.

A entrada das massas no cenário político aparece como um elemento perturbador da ordem "liberal", tanto na DSN quanto nos discursos presidenciais que examinaremos nos capítulos seguintes, pois as massas seriam facilmente manipuláveis pelo comunismo. Francisco Campos, que já via o liberalismo como uma

criação artificial do mundo político à imagem do mundo forense, atribui à presença das massas as crises institucionais do regime liberal. Nas suas palavras, "o sistema democrático liberal fundava-se, com efeito, no pressuposto de que as decisões políticas são obtidas mediante processos racionais de deliberação e de que a dialética política não é um estado dinâmico de forças, mas de tensão puramente ideológica, capaz de resolver-se num encontro de idéias, como se se tratasse de uma pugna forense"⁽⁴⁵⁾. Segue-se que somente o Estado é capaz de promover uma política articulada e, conseqüente, a organização da vontade coletiva através da arbitragem dos diversos interesses sociais: "Somente o Estado, porém, está em condições de arbitrar ou de exercer um poder justo. Ele representa a Nação, e não é o instrumento dos Partidos e das organizações privadas" ⁽⁴⁶⁾.

Já vimos, assim, algumas "pontes com o pensamento autoritário" evidenciadas pelo tratamento das elites, instituições políticas e massas. Outro ponto de contacto aparece no tratamento da convergência ou complementaridade dos interesses das classes sociais, expressas na necessidade de segurança econômica e social. Ainda segundo Juarez Távora, "o problema social, cuja solução angustia o mundo moderno, é um problema em cuja equação se incluem funções de ordem ideológica e cujas raízes democráticas devem ser a unidade e a cooperação - na família, na comunidade nacional e sociedade internacional em contraste com os princípios de incompatibilidade e divisão com que as está intoxicando a ideologia comunista", elementos que poderiam fornecer a solução para o "complexo problema" das relações entre capital e trabalho ⁽⁴⁷⁾. A proposição de Távora se fundamenta,

mais uma vez em Alberto Torres, para quem "o problema social não é um problema de classes, e o ponto de vista dos interesses de classe é um dos agentes perturbadores de sua solução, causa de seus conflitos e de suas crises (...) o problema social, em sua verdadeira e profunda feição, não exprime outra coisa senão a investigação dos meios de estabelecer a sociedade sobre bases que garantam a todos os indivíduos uma segurança econômica, que, não só os liberte da possibilidade e do temor da miséria, senão lhes assegure, também, os meios de bem-estar, de educação e de cultura, em todas as situações de fortuna. O problema do proletariado é apenas uma das faces do problema social. As medidas diretas de proteção ao operário (...) transformam-se, quando exageradas e isoladas, de qualquer sistema amplo de política social, em causas de desequilíbrio" (48).

Destacamos aqui um elemento muitas vezes presente na DSN e em alguns discursos presidenciais pós-64: o conflito entre capital e trabalho é concebido como um "corpo estranho" nas suas relações naturais, estas marcadas pela cooperação e complementaridade. Resulta que as greves devem ser abandonadas como instrumento de pressão para conquistas trabalhistas e o Estado deve alçar-se como mediador e regulador das "tensões" entre capital e trabalho. Aparece em alguns autores, por exemplo Castelo Branco, a condenação do capitalismo "individualista" e expoliador e a proposição da difusão social dos resultados do crescimento econômico; como veremos no capítulo 2, um discurso de Castelo Branco (1.5.64) trata desses temas que aparecem, nove anos antes, numa conferência realizada na ESG. Negando que o Brasil necessitasse de um "golpe de força" nas suas instituições para

poder evoluir, Castelo Branco afirma que um golpe interessaria apenas aos "homens de grandes negócios (que) desejam, simplesmente, um regime de força para ter todas as facilidades conservadoras, a saber, proibição de greves, lucros não controlados, algumas negociatas sem fiscalização do Congresso e da imprensa" (49). Contudo, se confrontar-mos essa afirmação com a condenação das "greves ilegais" e a ligação da defesa das instituições políticas com o combate à "república sindicalista", teremos o reforçamento da concepção do Estado como um organismo capaz de, pela sua "neutralidade", reger as relações entre as classes proprietárias e trabalhadoras (50). Ao proceder de outra forma, o Estado atentaria contra a "legalidade". As divergências aparentes dos resultados da presença política dos militares no aparelho de Estado com as premissas acima indicadas são uma questão que trataremos nos capítulos seguintes. Por ora, procuremos sistematizar os fundamentos ideológicos da DSN a partir do que já foi exposto até aqui.

DSN e classes sociais

A DSN, ao postular a possibilidade de definição de Objetivos Nacionais, subentende a noção de um interesse coletivo cuja determinação seria prejudicada, ou impedida, pelo despreparo das elites e das massas. A noção de interesse coletivo deve ser desdobrada; como vimos, fundamenta-se na complementaridade,

de interesses não contraditórios entre capital e trabalho. De outro lado, posto que sua definição se encontra obstaculizada por fenômenos que ocorrem ao nível do "arranjo" social, sua compreensão (e implementação) só pode ser levada a termo por uma ação a se processar ao nível do Estado. Em outras palavras, a DSN de fende implícita e explicitamente que a definição e implementação do interesse coletivo, expresso nos Objetivos Nacionais, se torna possível somente pela atuação de uma "contra elite" localizada no aparelho de Estado, que é exatamente o setor militar. Esse caminho (o do interesse coletivo), parece-nos, estabelece os elos ideológicos entre a DSN e as classes sociais.

Do ponto de vista do caráter ideológico do interesse coletivo, essa noção pode manifestar, dissimulando ou ocultando as determinações históricas, fenômenos que se processam ao nível da divisão social do trabalho e das relações de produção. O interesse coletivo apresenta como natural (e isso vimos claramente em Juarez Távora) a divisão social do trabalho na qual se distribuem os agentes sociais, atribuindo-lhes interesses que são determinados não pelo conflito de agentes diferenciados pelo processo de produção, mas pela integração (apresentada como uma espécie de somatório) dos interesses particulares no interesse geral (51). Está sempre no horizonte a possibilidade de intervenção militar no sentido de garantir a continuidade da produção das relações de produção no sentido apontado por Althusser de que "toda formação social, para existir, ao mesmo tempo que produz, e para poder produzir, reproduz as condições de sua produção. Deve, pois, reproduzir: 1) as forças produtivas; 2) as relações de produção existentes" (52). Essa intervenção, por

sua vez, ocorreria de duas formas: diretamente, pela alteração do quadro político-institucional, e indiretamente, pelo controle e sujeição de outros aparelhos (escolas, Igreja, etc.) de uma forma ou outra ligados à "reprodução da qualificação da força de trabalho".

O que temos visto são os fundamentos ideológicos da DSN no tocante ao campo das relações entre capital e trabalho. Tentemos examinar separadamente as ligações da DSN com cada um destes elementos.

O primeiro ponto de importância nos fundamentos ideológicos acerca do capital é a defesa intransigente da sociedade capitalista. De outro lado, os objetivos claramente enunciados da DSN a vinculam ao preparo e articulação política das elites, nas quais deve predominar "a vocação de bem servir, o espírito público dos homens do governo, o espírito de luta das oposições ...". (53). De resto, como foi visto, esta é uma das razões da criação da ESG. Citamos mais uma vez Juarez Távora: "penso que a ESG está fazendo quanto pode para cumprir a delicada tarefa de preparar elementos selecionados de nossa elite civil e militar, para o adequado equacionamento desse problema (planejamento da segurança nacional) essencial para a nossa sobrevivência, como nação soberana (...) Não há como ignorar tais problemas, ou tentar elidir, com subterfúgios, sua gravidade. Impõem-se ao contrário, que os ataquemos, de frente, corajosamente, sob pena de desacreditar-nos, como elite, perante o povo, por cujo destino somos responsáveis, e perante o mundo exterior, contra cujas ambições e concorrências devemos defendê-lo" (54). Ou, conforme o Gen. Antônio Jorge Correia, atual chefe do EMFA, a idéia inspiradora da criação da ESG foi "a consciência de era que mister

criar uma elite preparada para a missão de interpretar as legítimas aspirações e autênticos interesses nacionais, de formular, através de método científico, a política e estratégia nacionais", além da "consciência de que o Brasil já possuía os requisitos para chegar à categoria de grande potência (e que) o desenvolvimento vinha sendo retardado pela incapacidade de planejamento e de execução" (55). Assim, ao julgar elites e massas despreparadas, a DSN se propõe habilitar as primeiras para a interpretação e implementação dos Objetivos Nacionais.

Em segundo lugar, o que foi dito acima evidentemente não acarreta a diminuição do papel dos militares na definição da aqueles objetivos; ao contrário, na sua posição estratégica no a aparelho de Estado, após 1964 os militares desenvolveram, como se fossem seus, os objetivos da burguesia (56).

Em terceiro lugar, a predominância do grande capital no conjunto das atividades produtivas aparece implícito no projeto de Poder Nacional. De um modo geral, as necessidades de rearmamento periódico se relacionam com o desenvolvimento industrial e, de um modo indireto, com o funcionamento global da economia. De outro lado, o desenvolvimento econômico e a ocupação econômica do território são vistos como o "antídoto" ideal à penetração do comunismo. (57). Assim é que após 1964 "carrear recursos externos para fortalecer o Poder Nacional" se tornou uma das premissas norteadoras da política externa brasileira (58).

Acerca das relações entre DSN e trabalho, os movimentos trabalhistas são suspeitos, a priori, de serem orientados, dirigidos ou inspirados pela ação comunista; de outro lado, de-

ve-se disciplinar o trabalho, isto é, sujeitá-lo às necessidades da acumulação, se o movimento sindical, por exemplo, criar obstáculos à consecução dos Objetivos Nacionais previamente definidos, dentre os quais, como vimos, ressalta a manutenção da sociedade capitalista. Essa predisposição ao estabelecimento de limites à presença política das massas populares, presença que se manifesta também na atuação dos Partidos populistas, é o primeiro e fundamental elemento ideológico da DSN com relação ao trabalho. Com efeito, também com relação às massas populares o pensamento militar apresenta o binômio "controle-promoção" como alternativa a "controle-participação" que talvez melhor caracterize as relações do Estado com as massas populares urbanas na década de 50. O primeiro binômio é basicamente desmobilizador, ao passo que o segundo, conquanto mantivesse o "controle", acentava-se certamente numa mobilização contraditória que poderia converter-se numa ameaça ao status quo.

A segunda vinculação ideológica da DSN com o trabalho é dada pela proposição de que o sacrifício do bem estar poderia vir a ser uma pré-condição da realização dos Objetivos Nacionais, especialmente da Política de Segurança Nacional. Na verdade, essa proposição dissimula, além do controle político que deveria ser levado a efeito para que pudesse ser implementada, a maximização da exploração da força de trabalho. Neste sentido, o rompimento do "controle-participação" promovido pela Revolução de 1964 responde em parte pela política de "arrocho salarial"; trata-se ao mesmo tempo de uma submissão política e econômica do trabalho para com o capital, que se tornará um "fato histórico" no Estado pós-64.

O certo, contudo, é que os setores militares articulados pela DSN/ESG se mantiveram durante a década de 50, e especialmente nos primeiros anos da década seguinte, relativamente, coesos em torno da "questão sindical" que sempre examinaram como um alvo predileto da "agressão interna". De outro lado, o funcionamento do sistema democrático, passível de ver seus limites institucionais forçados pela pressão das massas por participação política mais ampla, poderá ser paradoxalmente garantido, pelo abandono temporário das regras que o orientam. Essa concepção da crise do sistema democrático nos remete para a questão seguinte: a noção de Estado na DSN.

DSN e Estado

Inicialmente, devemos estabelecer uma distinção entre Estado e Nação, tal como aparece em alguns autores que estamos examinando. De um modo geral, o Estado é tomado como a estrutura jurídico-política de uma comunidade que ocupa determinado território; por sua vez, Nação é concebida como a comunidade portadora de tradições, objetivos e valores comuns. Segundo Antônio Saturnino Braga, Estado "é o organismo de natureza política que promove a conquista e a manutenção dos Objetivos Nacionais, através da utilização ordenada e efetiva dos meios de toda ordem que a nação dispõe"; Nação é a "estrutura histórico-cultural formada por determinada parcela da humanidade (em um dado territó-

rio) sob costumes, hábitos (...) comuns, que visa a preservar os valores alcançados e a realizar os objetivos colimados" (59). Portanto, os Objetivos Nacionais são representações de interesses da Nação, cuja realização depende da superação de antagonismos internos (nacionais) e externos (internacionais). Um tipo de antagonismo interno pode ser representado, em determinadas situações históricas, pela própria estruturação do Estado; pode tratar-se da falta de organismos de planejamento econômico, como pode referir-se às estruturas de representação e poder. No primeiro caso, a realização dos objetivos nacionais seria comprometida pela inadequação dos meios técnicos à disposição dos governantes. No segundo, o projeto que resulta do equilíbrio ou repartição do poder político entre forças sociais distintas pode significar alternativas, mesmo negação, dos objetivos definidos pela interpretação que a DSN faz da "consciência nacional". As relações internacionais do Estado, podem configurar-se como um tipo de antagonismo externo, ao lado de projetos específicos de outros Estados, interesses cujos confrontos são examinados, a través de análises de conjuntura, como hipóteses de guerra.

A questão do regime político, derivada dessas distinções se traduz na proposição de que o "jogo democrático" nem sempre oferece garantias de que os Objetivos Nacionais serão alcançados. Referindo-se a eles, que resume no binômio desenvolvimento/segurança, o Gen. Meira Matos afirma, sobre a doutrina política da Revolução de 64, que "o Estado de Direito não pode transformar-se na ruína da democracia. Não se trata, na presente conjuntura mundial, de escolher entre a ordem e a liberdade, e sim entre a liberdade com ordem e a anarquia sem ambos" (60).

E ao subordinar a segurança ao poder, este se torna o setor primordial no Estado, pois "sem poder não há segurança" (61). Desta forma, as crises do regime democrático não devem ultrapassar, além do que já representa o seu funcionamento "normal" (e temos visto como são considerados o despreparo e a desorganização dos dirigentes políticos e das massas), certos limites do poder e da segurança interna. Por outra parte, o "conceito defensivo" de segurança nacional (por oposição ao "ofensivo", que significa a ocupação de um espaço econômico crescente pela economia brasileira nas relações econômicas internacionais, especialmente na América Latina) destaca o papel das Forças Armadas contra o avanço do comunismo através do próprio funcionamento das instituições democráticas; nestas, o comunismo poderia comprometer a unidade nacional.

Nestas condições, o planejamento da segurança nacional se processaria numa espécie de tubo de ensaio do planejamento global do Estado, conforme sugere o autor de Planejamento Estratégico; a rápida análise destas questões nos remetem para o significado da ação política dos setores militares responsáveis pela criação da ESG e pelo desenvolvimento da DSN, apontado no início deste capítulo (página 3). Tudo que examinamos até aqui se dirige para uma concepção do Estado - e do papel que, nele seria desempenhado pelas Forças Armadas - como organismo política com a função primordial de criar os mecanismos de planejamento econômico e da segurança nacional. Como vimos nas diversas referências bibliográficas, trata-se da subordinação daqueles às necessidades desta e da posição destacada das instituições militares na definição de ambos: são pontos que procuraremos desven-

dar mais detalhadamente na análise da intervenção militar de 1964 e nos governos que a sucederam.

Michel Schooyans, em seu importante livro Destin du Brasil, afirma que a distinção entre Estado e Nação se transforma num amálgama em que as diferenças se reduzem a zero. O autor se refere especialmente ao Estado pós-64: "... sob a pressão do antagonismo dominante, a diferença entre o Estado e a Nação foi reduzida ao ponto em que os dois coincidem. O amálgama Estado-Nação assim formado é erigido em entidade absoluta e transcendente. (...) O Estado é o exclusivo intérprete autêntico dos objetivos permanentes da nação, onde figura em primeiro lugar a segurança. De outra parte, é o imperativo absoluto de segurança que fundamenta a legitimidade do Estado. É o Estado que define o impacto do antagonismo dominante sobre a nação, mas é esse antagonismo que legitima a concentração de poder do Estado. A ameaça externa e interna que pesam sobre a comunidade nacional, são definidas pelo Estado, que aí encontra o fundamento de sua autoridade. O Estado é assim o órgão de expressão da "vontade geral", que se traduzirá na definição dos objetivos nacionais". (62). Diga-se de passagem que é lamentável que esta obra não tenha sido ainda editada no Brasil, e que seja inexpressiva a sua divulgação entre nós. No tocante à ideologia dos militares brasileiros, Schooyans certamente se distingue entre todos os estudiosos estrangeiros que se dedicaram a esta questão. Voltando ao trecho citado, parece-nos conveniente reforçar as distinções entre Estado e Nação, por nós indicadas, como componentes de uma forte motivação ideológica à intervenção militar. De fato, esta se justificaria perante a Nação como a garantia de realiza-

ção de seus objetivos, tidos então como comprometidos pela atuação do Estado. Como veremos a seguir, esta concepção se expressa na premissa da "intervenção contra o caos"; em outros termos, tem por referência a crise verificada entre o Estado e a Nação, segundo a concepção ideológica que se manifestou preponderante entre os militares, após a derrubada de Goulart.

4 - DSN e a Revolução de 64

Temos realizado até aqui uma dupla leitura do pensamento político da Escola Superior de Guerra: uma, correspondente à doutrina propriamente dita, procurou destacar os postulados mais relevantes do corpo doutrinário; outra, cujo propósito foi o de analisar os fundamentos ideológicos da Doutrina de Segurança Nacional a partir de seus vínculos com o que se convencionou chamar "pensamento autoritário". A análise da criação da ESG e do papel político e ideológico por ela desempenhado chamou a atenção para a existência de um grupo militar relativamente coeso ideologicamente, portador de propostas para a "questão institucional" que transparecem claramente tanto na DSN quanto nos episódios apontados da década de 50.

O propósito desta seção final do primeiro capítulo é o de examinar o significado do movimento político-militar à luz

do que já foi exposto e da análise da crise do Estado brasileiro que se tornou aguda na conjuntura de 1963-64.

O quadro político-institucional dos primeiros anos da década de 60 é marcado por uma instabilidade cujo significado e dimensão aparentemente oferecem respostas satisfatórias às principais indagações sobre a intervenção militar. Os obstáculos à posse do substituto constitucional de Jânio Quadros, os rumos da política externa, as alterações nas relações de força entre os Partidos, etc., fatos que se reforçam no Governo Goulart, tem bastado a boa parte dos analistas do período para analisar a intervenção militar como resultado da incapacidade dos grupos civis para "resolver os seus problemas". Em função deste parâmetro mais geral, seguem-se discussões a respeito de as Forças Armadas terem sido convocadas pela nação para garantir a legalidade ou se o golpe político teve um caráter primordialmente militar. Paralelamente, algumas análises dão um grande destaque aos aspectos organizacionais das Forças Armadas, tanto em relação aos demais setores do aparelho de Estado quanto em relação à organização das classes sociais: enquanto entidade que estende sua organização sobre todo o território nacional, além de ser dotada de rígidos critérios de funcionamento interno, as Forças Armadas teriam o atributo de sondar e definir (além dos interesses das classes sociais) interesses econômicos e políticos e de promover sua integração e realização pelo Estado. Em suma, a intervenção militar teria decorrido da incapacidade das "elites civis" para resolver uma crise que ameaçava romper os limites do regime político definido pela Constituição de 1946.

No entanto, a questão da intervenção militar é bem mais

complexa. Vários fatores - de significação diversa - marcam o quadro político do Governo Goulart: o crescimento da representação parlamentar de esquerda e a relativa perda de posição dos Partidos identificados com a direita ⁽⁶³⁾; o agravamento das relações Executivo-Legislativo no tocante à ampliação das prerrogativas legais do primeiro, relativas especialmente ao programa de reformas de base; a divisão política entre as lideranças populares (de um modo geral articuladas no esquema de apoio político a Goulart), e as bases desses movimentos, que pressionavam no sentido de maior autonomia de participação política; o surgimento de organizações armadas de direita; o acirramento das divisões político-ideológicas nas Forças Armadas ao nível dos oficiais e entre os escalões inferiores, especialmente os sargentos. Deve-se considerar ainda o agravamento das relações com os Estados Unidos no tocante à adoção de uma política econômica anti-inflacionária, segundo os cânones do Fundo Monetário Internacional, a cujo atendimento se condicionava (da parte do governo americano) o fornecimento de novos investimentos, assim como o refinanciamento da dívida externa. Outro ponto de divergência com os Estados Unidos dizia respeito ao caráter "terceiro-mundista" da política externa brasileira: neste particular, o atendimento das pressões norteamericanas implicaria no engajamento brasileiro na defesa do continente contra a "agressão comunista", o que acarretaria internamente a limitação das ações da esquerda e, externamente, a participação no isolamento político e econômico de Cuba, promovido pela Organização dos Estados Americanos (OEA).

Em que pese o seu alto significado conjuntural, os fa-

tores acima indicados devem ser compreendidos no contexto de uma crise econômica e política de caráter estrutural. Antes que examinemos os aspectos centrais desta crise, convém avançarmos a hipótese de que o movimento político-militar de 1964 (no qual a intervenção militar é um episódio, talvez o mais significativo) ocorre numa conjuntura em que o quadro institucional encontrava-se em face da quase superação de seus limites: esta tendência ao transbordamento do regime político vincula-se à crise da dominação e acumulação capitalistas, decorrentes da composição de um novo contexto político (criado pelo desenvolvimento econômico a partir de 1956) e de sua inadequação às formas de dominação expressas no pacto populista.

Denunciado pelas classes trabalhadoras (que cada vez menos participavam dos resultados do crescimento econômico) e combatido pelos setores capitalistas (que pleiteavam o aumento da taxa de exploração como condição para a dinamização da economia), deteriora-se o pacto populista por já não atender aos interesses dos seus antigos componentes, nem os dos novos agentes sociais. Ao nível dos aparelhos de Estado, o sistema de representação e decisão praticamente se imobilizava, na medida em que a radicalização política da luta de classes encontrava expressão no próprio Estado. É o caso, inclusive, do nacionalismo dos governantes, responsável por boa parte das dificuldades verificadas nas relações do Estado com as classes proprietárias, ao nível interno, e com os Estados Unidos, ao nível externo.

Neste sentido, a intervenção militar assume o duplo significado de um movimento primordialmente voltado a impedir a continuidade da ascensão dos movimentos populares e, secundariamen

te, de contestação da dominação burguesa (tal qual se estabele-
cera no Estado populista) que se demonstrava incapaz (através
das antigas alianças que se encontravam em crise) de assegurar a
dinamização (no limite, a permanência) do Estado capitalista bra-
sileiro. Em outros termos, da acumulação capitalista.

A crise de 1964

Examinaremos a crise de 1964 nos seus aspectos mais pro-
priamente políticos, mas indicaremos suas ligações com a crise
econômica. A experiência do Plano de Metas, verificada no gover-
no Juscelino, acentuou diversas transformações que se operavam
na economia brasileira. Ao seu final, em que pese a constata-
ção de que o desenvolvimento econômico e a inflação dificilmen-
te poderiam ser sustentados (pois a convivência dos dois termos
comprometia o processo de formação de capital), a substituição
das importações de bens de capital se responsabilizava por uma
das condições para um possível "processo de desenvolvimento au-
to-sustentado e independente". Assim, embora tivessem sido man-
tidas (mesmo acirradas) as disparidades regionais, setoriais e
sociais, no final do Plano de Metas a evolução econômica "dis-
põe as pré-condições necessárias para a correção destas dispari-
dades, ao montar uma estrutura industrial integrada" (64).

Neste período ocorre o que Lessa denomina "estatização

formal" da economia: a ocupação pelo Estado de importante espaço econômico, como produtor direto de bens estratégicos e controlador das decisões mais gerais sobre a economia privada. Essa participação do Estado como produtor direto, assim como a aceleração da economia que se verifica durante o Plano de Metas não derivam de uma estratégia "externa" promovida pelo capitalista internacional. Antes, como enfatiza Francisco de Oliveira, a estratégia nacional tornou-se viável nas "brechas do policentrismo" (em função da reemergência dos países do Mercado Comum Europeu), sendo "muito mais o resultado concreto do tipo e do estilo da luta de classes interna que um mero reflexo das condições imperantes no capitalismo internacional" (65).

Ao lado de outros fatores determinantes da crise econômica, a presença do Estado-produtor (embora viesse beneficiando diretamente as classes produtoras) é responsável pelo temor (compartilhado por vários grupos empresariais) "de um salto dialético, pelo qual o acúmulo quantitativo de novas funções tenha engendrado ou esteja em vias de engendrar um ente com qualidades novas" (66). Ao mesmo tempo, o decréscimo dos indicadores do crescimento econômico e as pressões externas para que fossem alterados os procedimentos pelos quais o Estado vinha conduzindo a economia são fatores que caracterizam os aspectos políticos mais relevantes da crise econômica. Além da redução do ritmo do crescimento (o produto real, que havia crescido 7% em 1961, tem o índice 2,1% em 1963) e do agravamento da inflação (no mesmo período, ela passa de 25% para 73%), os organismos financeiros internacionais colocavam os novos investimentos e empréstimos (que seriam utilizados para equilibrar as contas externas) na dependên

cia da adoção, pelo governo brasileiro, de uma política anti-inflacionária; esta teria o duplo significado de conter os níveis salariais (a taxa de exploração da força de trabalho aumentava, constantemente, em que pese o aumento nominal dos salários) e, ao nível da sustentação política do governo Goulart, fazer diminuir as atividades da esquerda, que se postava contrariamente às pressões do FMI.

Esta "tendência à desaceleração" é evidenciada também pelo comportamento de outras variáveis, como o debilitamento dos investimentos nos setores mais dinâmicos: a redução dos investimentos públicos e o ataque direto ao capital estrangeiro (mais à frente examinaremos o sentido deste nacionalismo) tornam-se responsáveis pela detenção dos planos de investimento nos setores mais dinâmicos da economia (67). No entanto, como aponta Francisco de Oliveira, a queda das inversões não explica os fundamentos da crise, pois a questão se define ao nível político: "A luta reivindicatória unifica as classes trabalhadoras, ampliando-as: aos operários e outros empregados, somam-se os funcionários públicos e os trabalhadores rurais de áreas agrícolas críticas. Tal situação alinha em polos opostos, pela primeira vez desde muito tempo, os contentores até então mesclados num pacto de classes (...) a inversão cai não porque não pudesse realizar-se economicamente mas sim porque não poderia realizar-se institucionalmente" (68). A nova aliança entre Estado e capital estrangeiro, garantida pela situação política erigida em 1964, fundamentar-se-á numa solidariedade de políticas e interesses cristalizados numa reativação de investimentos. Estes estarão ligados, na política econômica do governo Castelo Branco, ao aumen-

to da taxa de exploração da força de trabalho: a redução absoluta dos salários se constituirá numa fonte importante para o financiamento da recuperação econômica (69).

Ainda que apresentados ligeiramente, estes indicadores revelam a existência de uma crise econômica, ao lado da reorganização das bases sociais sobre as quais se haviam acentado, até então, o desenvolvimento econômico e o regime político. A "solução" política instaurada pelo novo regime não estava circunscrita obrigatoriamente no quadro estrutural. Antes, correspondeu a um arranjo que os novos setores sociais (os militares, predominantes no Estado; os setores ligados ao capitalismo internacional, predominantes na estrutura econômica) implementaram ao nível do poder político: a nosso ver, o processo político que se desenrola - a partir de então - no interior das Forças Armadas é em grande parte responsável pela "solução" política encontrada. Segundo Fernando Henrique Cardoso, "neste novo contexto, ganharam importância os grupos sociais que expressam o capitalismo internacional, sejam eles compostos por brasileiros ou estrangeiros, por empresas brasileiras que se associam às estrangeiras ou por estas diretamente. Entretanto, também ganharam influência, os setores das Forças Armadas e da tecnocracia que - por serem anti-populistas - estavam excluídos do sistema anterior, mas que em função de suas afinidades ideológicas e programáticas com o novo eixo de ordenação política e econômica constituíram-se em peça importante do regime atual: assumiram tanto funções representativas no plano social, como modernizadores, no plano administrativo" (70).

A caracterização do Estado populista como resultado de um equilíbrio entre diversas classes que não conseguiram estabelecer uma hegemonia particular não obscurece a tendência, revelada a partir de 1945, de um aumento progressivo da taxa de exploração da força de trabalho. Esta contradição do Estado populista - a tendência a tornar-se aguda a defasagem entre o nível político (caracterizado como um equilíbrio na relação de forças sociais) e o econômico (no qual novos setores, vinculados ao capital internacional, alteram significativamente sua posição relativa) - é responsável pelo caráter mais geral deste Estado: as massas populares participam do poder (na medida em que há compromisso entre os interesses dos grupos dominantes) ao mesmo tempo em que se reduz a sua participação nos resultados do crescimento ou da expansão da economia. Nas palavras de Weffort, "a gravidade da situação desde a renúncia de Quadros (1961), está em que se revela inconsistente a estrutura de compromisso (...). Na medida em que se reduz o âmbito do compromisso entre os grupos dominantes, ou seja, exatamente nas circunstâncias em que se impõe ao Estado provar a realidade de sua soberania, reduzem-se também as condições que lhe vinham permitindo manipular as massas, e portanto, preservar e ampliar as bases do seu efetivo domínio. Exatamente nestas condições, as organizações populares de esquerda passam a exigir do governo uma ação política pautada em critérios explicitamente ideológicos" (71).

Na verdade, nesta conjuntura em que se revigora o nacionalismo (expresso principalmente no antiamericanismo) as massas populares pressionam o Estado no sentido do estabelecimento de uma política reformista, que deveria vincular-se tanto ao cer-

ceamento das bases políticas dos setores conservadores (reforma agrária) como ao combate aos interesses estrangeiros (do que as encampações e nacionalizações são exemplos). Como bem aponta Weffort, nesta situação ocorre uma mistificação do Estado, da parte dos agentes mais importantes. As ações políticas dos setores populares passam a orientar-se pela crença de "um Estado democrático de todo o povo", capaz de enfrentar a ação dos grupos reacionários. Estes, por seu lado, vêem o Estado como revolucionário e passam a opor-se radicalmente a ele.

É significativo também que as massas populares passem a denunciar o pacto populista. Recorremos novamente a Francisco de Oliveira: "A crise que se gesta, repita-se, vai se dar ao nível das relações de produção da base urbano industrial, tendo como causa a assimetria da distribuição dos ganhos da produtividade e da expansão da economia. Ela decorre da elevação à condição de contradição política principal da assimetria assinalada: serão as massas trabalhadoras urbanas que denunciarão o pacto populista, já que sob ele, não somente não participavam dos ganhos, como viam deteriorar-se o próprio nível de participação na renda nacional que já haviam alcançado" (72). O autor recorre a uma pesquisa realizada pelo DIEESE em São Paulo, segundo a qual, no período de 1958 a 1969, houve uma redução de 39,3% no salário-real do chefe de uma família trabalhadora-tipo, enquanto que a renda-real da família decaiu 10% neste mesmo período; como resultado, no esforço para equilibrar esta situação, dobrou o número de membros-trabalhadores por família, passando de 1 para 2.

Neste sentido, ao radicalizarem-se as posições políti-

cas em função do esgotamento do pacto populista, o Estado, ao mesmo tempo em que se torna o objetivo da ação estratégica dos interesses contraditórios das classes (e dos diferentes setores das classes dominantes), conhece uma crise na sua legitimidade, na medida em que não mais esconde seu caráter de classe (do ponto de vista das classes trabalhadoras) nem apresenta condições para garantir a dominação capitalista (do ponto de vista dos interesses das classes burguesas). A conjuntura da crise de 1964 evidencia ambos os fatores, além de apontar para o fato de que as articulações golpistas consideravam o Estado como o instrumento indispensável à articulação de um novo arranjo político e de um novo modo de acumulação, no qual predominariam os setores vinculados ao capital internacional.

Radicalização militar e radicalização política: a conspiração.

Acima, falamos rapidamente sobre a atuação dos Estados Unidos na crise dos anos 60; no entanto, é necessário compreender os aspectos políticos das pressões americanas, de um modo geral encobertos pelo seu caráter econômico.

O aspecto mais geral da política norteamericana para a América Latina (em especial para o Brasil) dizia respeito à contenção dos movimentos populares a respeito dos quais o exemplo cubano falava bem alto. Moniz Bandeira cita um episódio bastante eluci

dativo, ocorrido na Reunião de Punta del Este, em janeiro de 1962: "San Tiago Dantas levou para Punta del Este a idéia da neutralização de Cuba, mas os Estados Unidos não a aceitaram e recorreram a todos os expedientes de chantagem, corrupção e ameaça, a fim de impor seus objetivos aos demais países do Continente. O Secretário de Estado, Dean Rusk, declarou a San Tiago Dantas, cinicamente, que não entendia o significado de não intervenção. Argumentou que uma potência, como os Estados Unidos, sempre intervinha nos negócios internos de outras nações, mesmo quando deixava de fazê-lo. E citou que o Departamento de Estado recebeu solicitações de intervir no Brasil quando ocorreu a renúncia de Quadros, e decidiu não atendê-las, o que, segundo ele, foi também uma forma de intervenção. Rusk mostrou-se atento à situação interna do Brasil, com a qual os Estados Unidos se preocupavam, temendo a possibilidade de uma convulsão social, sem dúvida alguma fato mais grave que a revolução cubana" (73). A atuação americana na crise que estudamos, contudo, assumiu formas mais diretas, como a infiltração de cerca de 4.000 americanos, especialmente no nordeste - para a eventualidade de uma luta anti-guerrilha - assim como os entendimentos para o reconhecimento do "estado de beligerância" de Minas Gerais, em caso de uma guerra civil, quando seriam fornecidos armas e combustíveis pelo porto de Vitória (74). Acrescente-se ainda o apoio financeiro aos Estados que se opunham à política econômica do governo federal (é o caso de Minas Gerais), assim como as ligações pessoais e políticas do adido militar com membros eminentes da conspiração, alguns deles estreitamente ligados à ESG.

O programa de reformas de base, especialmente a agrá-

ria, ofereceu um forte elemento de coesão aos setores que se empenhavam na conspiração, especialmente aos que gravitavam em torno do grupo que até então se mantivera relativamente coeso, tanto política quanto ideologicamente: os militares ligados à Escola Superior de Guerra. A diversidade das motivações para as inquietações militares ⁽⁷⁵⁾ não obscurece (ao contrário, ressalta) o caráter de unidade e articulação dos "esguianos", numa situação em que as Forças Armadas conheciam um novo tipo de divisão ideológica: a que se desenvolve entre os quadros inferiores.

De fato, trata-se de uma divisão vertical, pela qual sargentos e marinheiros organizam suas próprias reivindicações, alheios ao controle da hierarquia e disciplina militares. Até então, as Forças Armadas se encontravam horizontalmente divididas, ⁽⁷⁶⁾ isto é, ao nível dos oficiais. Poder-se-ia obstar esta argumentação, no sentido de que há pouca "horizontalidade" entre um general e um tenente, ambos oficiais. Ocorre que a primeira divisão evidencia a penetração dos movimentos populares nas Forças Armadas, numa contestação tanto das posições políticas dos oficiais superiores quanto das prerrogativas militares acentadas na hierarquia e na disciplina, enquanto a segunda, se bem que não possa divorciar-se da radicalização política que se verifica ao nível das classes sociais, marca-se mais pelos aspectos constitucionais da posição dos oficiais frente ao regime. Neste sentido, são comuns as qualificações de oficiais "conspi-radores" e oficiais "legalistas".

No entanto, há que se criteriar o papel da ação política dos quadros inferiores na definição dos rumos da conspiração. É possível que aquela ação tenha contribuído para a adesão de o

ficiais "centristas" ou "legalistas" ⁽⁷⁷⁾ ao movimento de conspiração, o qual, no entanto, já se desenrolava com muita antecedência em relação aos acontecimentos ligados aos quadros subalternos.

Com efeito, a mobilização política dos quadros inferiores e dos altos oficiais está intrinsecamente ligada ao quadro político e institucional da crise brasileira. As narrativas disponíveis sobre as etapas da conspiração militar, os entendimentos entre diversos grupos, etc., indicam que as articulações contra o Governo Goulart se iniciam a partir do plebiscito (que decretou o retorno do Presidencialismo) e se intensificam por ocasião da divulgação do programa de reformas de base ⁽⁷⁸⁾. Na classificação dos militares envolvidos na conspiração, esta passa de uma fase "defensiva" (expectativa de reação a um possível golpe de Estado, a ser promovido pela esquerda) para a "ofensiva, pela qual se passava a aguardar a ocasião mais propícia à derrubada de Goulart. Os conspiradores, de origens muitas vezes distintas, estabelecem uma unidade mínima em torno do combate à implantação da "República Sindicalista", que estaria nos objetivos políticos de Goulart: como foi dito, as lutas de sargentos e soldados pelo pleno direito de cidadania (no caso, direito de se diplomarem em cargos eletivos), ao assumirem aspectos de autonomia em relação aos padrões hierárquicos, contribuem acentuadamente, para a adesão de militares até então considerados "legalistas".

Em que pese a ação estratégica de algumas personalidades com relação ao movimento militar, o significado deste não pode ser reduzido àquela ação, por mais fundamental que tenha sido. Este fato fica claro quando, após a derrubada do governo

constitucional, os diversos grupos (passando à fase de negociações políticas) evidenciaram as motivações distintas que os levaram à mobilização. Enquanto Mourão Filho conspirava desde 1962 no Rio Grande do Sul, a propósito da escalada política de Brizola, o movimento militar se restringia a ações de grupos que se articulavam, separadamente, com setores empresariais, financeiros e parlamentares.

A possibilidade de convergência destes grupos se manifesta na atuação de Castelo Branco no Estado Maior do Exército, cargo no qual é empossado em setembro de 1963. Até então, além de Mourão Filho, acima citado, outros grupos se organizavam no Rio e em São Paulo, o que é exemplificado pelo projeto do 1º Ato Institucional, encaminhado por Julio de Mesquita Filho ao Marechal Denys, ao Almirante Heck e ao Brigadeiro Moss, em janeiro de 1962 (79).

Na Chefia do EME, Castelo Branco assume uma função proeminente na definição dos objetivos que norteariam a ação conjunta dos grupos que, então, agiam isoladamente. Um documento de sua autoria, dirigido ao Ministro da Guerra em outubro de 1963, indica os "aspectos essenciais do exame da situação": reflexos intra-militares da radicalização de posições no campo político-partidário; os vínculos de oficiais e comandantes de Exército com alguns governadores dão "a impressão de que o Exército se transforma num arremedo de milícia ou vive o estágio inicial de força popular"; envolvimento político, indisciplina militar e formação de uma "classe ilegal" de Sargentos; ligações destes com o CGT (80). E, em fevereiro de 1964, escreve a um militar; "cresce a convicção de que se deve reagir ativamente com inicia

tiva, no caso do sempre desejado golpe estatal. Há, mesmo, um trabalho aberto, nada de conspiração, para mostrar aos camara-das, que é preciso, pela legalidade, agir ofensivamente. Neste trabalho, apresenta-se a definição de legalidade, baseada na evidência da conjuntura: "assegurar o funcionamento do Congresso, em coexistência com o Executivo e o Judiciário; garantir o processamento eleitoral, as eleições e a posse do eleito para 31 de janeiro de 66. Tem você aí a atualidade militar. O IV Exército, na reação legalista, é básico. Basta durar umas 48 horas. Não ficará só" (81). Finalmente, em 20 de março de 1964, Castelo Branco faz circular um seu documento reservado aos oficiais do EME e organizações subordinadas, cujo tema central é o seguinte: "São evidentes duas ameaças: o advento de uma constituinte como caminho para a consecução das reformas de base e o desencadeamento em maior escala de agitações generalizadas do ilegal poder do CGT. As Forças Armadas são invocadas em apoio a tais propósitos", mas devem estar prontas "para a defesa da legalidade, a saber, pelo funcionamento integral dos três poderes constitucionais e pela aplicação das leis, inclusive as que asseguram o processo eleitoral, e contra a revolução para a ditadura e a Constituinte, contra a calamidade pública a ser promovida pela CGT e contra o disvirtuamento do papel histórico das Forças Armadas (...). A insurreição é um recurso legítimo de um povo. Pode-se perguntar: o povo brasileiro está pedindo uma ditadura militar ou civil e Constituinte? Parece que ainda não" (82).

Estes documentos evidenciam uma ruptura que precede o 31 de Março: a ruptura entre o "comando legal" (Ministério) e o "comando de fato" do Exército, especialmente na conjuntura mar-

cada pelo comício do dia 13 e pelas reações de rua que provocou ("Marcha da família com Deus") sob a direção de setores das classes dominantes. Neste caso, tem sido um equívoco, até aqui, atribuir sua organização às classes médias. Em São Paulo, a "Marcha" foi coordenada pelas seguintes entidades: FACUR (Fraterna Amizade Urbana e Rural), SRB (Sociedade Rural Brasileira) e UCF (União Cívica Feminina) (83).

A divulgação do último documento tem por consequência o reforço da posição do EME em relação ao Ministério e em relação aos setores militares que conspiravam mais ou menos isolados⁽⁸⁴⁾. A isso se deve o fato que, tendo partido de Juiz de Fora dias antes do prazo combinado, Mourão Filho encontrou no Rio um comando já articulado, ao qual se submeteu.

Essa brecha aberta no setor militar cria um espaço político pelo qual a ESG, através dos vínculos diretos com a Chefia do EME, pode estender sua anterior organização política, que já foi apontada. Não cabe aqui as tentativas isoladas de resistência ao golpe, nem a ineficiência (ou impossibilidade) do "dispositivo militar" governista em coordená-las. Importa destacar, nesta situação, que a DSN, de longa data divulgando a necessidade de contenção das classes trabalhadoras, surge como um elemento aglutinador das tendências que tomaram corpo nos preparativos que visavam a alteração da ordem constitucional.

Nesta conjuntura, as Forças Armadas, como instituições estatais, aparecem mais nitidamente como instrumento estratégico da manutenção da "fronteira interna ao socialismo". Sendo as Forças Armadas também atingidas pela tendência ao transbordamen

to do sistema político, os fatores intra-militares (disso decorrentes) respondem parcialmente pelo movimento que culminou na transformação da ordem constitucional. A nova ordem política baseia-se em novas alianças, acentuando o significado do movimento de março de 1964 como vinculado à contenção dos movimentos populares e representando, em última instância, a contestação de um tipo de dominação política que se mostrava débil na preservação dos fundamentos do Estado capitalista brasileiro.

Capítulo 2 - O GOVERNO CASTELO BRANCO

O capítulo inicial examinou a Segurança Nacional dos pontos de vista doutrinário e ideológico, seus vínculos com a Escola Superior de Guerra e com o movimento de Março de 64. Examinaremos agora o primeiro governo da Revolução, na tentativa de enfocá-lo numa dupla perspectiva: a primeira cuidará de uma periodização política, através da qual procuraremos identificar os momentos do processo político que, no seu início, apresentava traços de um projeto "liberal" e, contudo, no final do Governo Castelo Branco, denotava o fechamento do sistema político; a segunda perspectiva será a do acompanhamento analítico dos pronunciamentos do Presidente Castelo Branco em relação às etapas referidas acima. Este método será mantido na análise do Governo Costa e Silva, que comporá a parte final deste trabalho.

A questão da periodização é crucial para qualquer análise histórica. Por si mesma mereceria um cuidado especial, na medida em que cristaliza relações entre acontecimentos (algumas vezes aparentemente fortuitos ou desconexos), conjunturas e estrutura. A nossa expectativa é que o exame do processo político via periodização contribua para a compreensão dos fenômenos mais significativos que, além de singularizarem uma etapa, estejam inseridos na constituição paulatina de um determinado tipo de Estado que emerge com a Revolução de 64. Gramsci vê as conjunturas políticas como "movimentos de curto prazo" que caracterizam o "momento atual" de um processo histórico; o autor chama a aten

ção para a necessidade de identificação de níveis de relações de força entre os agentes sociais, advertindo para a dificuldade de se distinguir com clareza os "movimentos de curto prazo" dos movimentos orgânicos ou estruturais ⁽¹⁾.

Nossa análise procura levar em conta essa advertência. Seu objetivo é percorrer os passos da constituição do Estado pós-64, através da singularização de cada etapa política em função da presença e atuação de grupos sociais e setores militares cujo embate define sua permanência ou exclusão (temporária, como regra) da arena política e as "probabilidades" históricas dos momentos subsequentes.

1 - O significado da aglutinação

A primeira etapa (abril/junho-64) do governo Castelo Branco conhece dois fenômenos políticos complementares. O primeiro diz respeito ao jogo político que define as diversas posições e aspirações dos grupos sociais e militares que momentaneamente se aglutinaram em torno de um ponto comum: como já dissemos no capítulo anterior, este ponto comum é o combate aos movimentos populares que, acoplados ao Estado, pareciam dirigir-se (na linguagem de muitos expoentes políticos e militares) para a implantação de uma "república sindicalista". Do ponto de vista das posições militares, esta questão deve ser desdobrada. Uma

posição é exemplificada por um documento do Gen. Peri Bevilacqua a Goulart, sobre a situação política, datado de 31 de março de 1964. Na Chefia do Estado Maior das Forças Armadas, o Gen. Bevilacqua não fez parte da conspiração ⁽²⁾ e assumiu, ainda no Governo Castelo Branco, como Ministro do Superior Tribunal Militar, posições críticas face aos rumos constitucionais do regime. O documento aborda dois temas: a oposição do "poder sindical" ao "poder militar" e as condições para a permanência de Goulart na Presidência. Sobre o primeiro ponto: "O sistema comuno-sindical-grevista, na medida em que se fortalece e amplia, torna-se cada vez mais perigoso para a segurança do país (...) as Forças Armadas não podem dividir com nenhuma organização as suas atribuições constitucionais; a segurança do governo e das instituições democráticas só pode repousar nas Forças Armadas - na sua lealdade e em sua honra militar. Não é possível, nesse terreno, a coexistência pacífica do Poder Militar com o "poder sindical" subversivo e fora da lei (...) A facção sindicalista revolucionária que nos ameaça, através de hierarquias paralelas, visa ao enfraquecimento do princípio da autoridade e, mediante graves parciais e sucessivas, tais como engajamentos preliminares, pretende chegar à greve geral, equivalente à batalha de aniquilamento, com que conta tomar o poder político (...) A ditadura comuno-sindical que nos ameaça, como ficou exposto anteriormente, poderá implantar-se sobre o cadáver moral das Forças Armadas e os destroços da Democracia". A seguir, apresenta as condições para o restabelecimento da confiança do Comando Supremo das Forças Armadas no Presidente: "uma formal declaração de V. Excia de que se oporá à deflagração de greves políticas, anunciadas pelo CGT, e que ordenará a intervenção nos sindicatos

que, porventura, infringirem os claros dispositivos legais a respeito e determinará a aplicação de sanções penais adequadas de conformidade com a legislação em vigor..." (3) De certo modo, esta é uma posição defensiva, no sentido de que, escudada no aparato constitucional, combate o transbordamento do regime pelo movimento sindical.

É provável que nesta primeira posição se identifiquem alguns elementos básicos que teriam informado a mobilização política de setores de classes médias, contrários à "comunização" que estaria sendo promovida pelo Estado em camadas sociais "explosivas", (tais como o proletariado urbano e o campesinato), especialmente através do incremento da sindicalização.

A segunda posição tem o anti-comunismo como elemento comum com a primeira. Mas não se restringe a isso. Trata-se do setor militar vinculado à Escola Superior de Guerra que, como vimos, já havia desenvolvido as linhas gerais de um projeto nacional, no qual o planejamento da segurança nacional subordinaria as demais atividades da nação. Um documento de Castelo Branco, Chefe do Estado Maior do Exército, evidencia uma posição ofensiva, isto é, contém os elementos centrais de um programa político a ser estabelecido após a derrubada do governo Goulart: "Restaurar a legalidade:- restabelecimento da Federação;- eliminar desenvolvimento plano comunismo de posse de poder;- defender as instituições militares que começam a ser destruídas;- estabelecer ordem para o advento de reformas legais" (4). A diferença básica entre uma e outra posição talvez resida no fato de que a primeira não implicasse na derrubada do regime, mas na contenção dos movimentos sindicais dentro dos limites legais. A

segunda, ao contrário, estabelecida no momento em que a queda do regime já estava em marcha, sugere uma espécie de plataforma para um futuro regime político.

Uma terceira posição, ainda no âmbito militar, completa um quadro que prenuncia as divisões que permanecem durante o governo Castelo Branco. Trata-se de um documento firmado por oficiais da ESAO (Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais) que apresenta sugestões a serem dirigidas ao Comando Revolucionário: 1) cassar os mandatos de parlamentares comunistas e os direitos políticos dos ex-integrantes do Ministério de Goulart; 2) afastamento imediato de Oficiais ligados à situação anterior; 3) impedir que ambições políticas favoreçam os oportunistas; 4) "É de máximo interesse que os chefes militares continuem tutelando, efetivamente, as decisões dos poderes civis responsáveis, de forma a obviar conchavos e fórmulas acomodatórias que favoreçam, como já ocorre, a ação psicológica esquerdista" (5). Talvez o mais significativo desta terceira posição é que ela prenuncia certos conflitos no âmbito militar. De fato, da ESAO surgirão as principais pressões identificadas como de "linha-dura", configurando uma tensão inter-setorial (melhor dizendo, entre escalões diferentes) cuja solução será encontrada apenas no final do governo seguinte.

Do ponto de vista dos grupos civis, dois pontos definem suas posições: o combate ao comunismo e a retomada do desenvolvimento econômico, no qual o capital estrangeiro deveria ter papel preponderante. Em relação a estas posições a DSN já surgira como um elemento aglutinador, na medida em que o "regime pluralista" era tomado como um dos obstáculos à implementação dos

objetivos da nação; Segundo aquele tipo de pensamento militar, a conciliação dos interesses partidários não garantiria, necessariamente, a defesa dos interesses nacionais. Também destacamos o papel articulador da ESG, que, nos primeiros momentos após o golpe, a colocou em posição estratégica para a negociação dos passos seguintes. De fato, alguns expoentes da ESG se responsabilizaram pela articulação da escolha do primeiro Presidente, contra o desejo manifesto de outros grupos militares ⁽⁶⁾. O ponto fundamental de aglutinação era a desarticulação dos instrumentos de pressão e defesa das classes populares como pré-condição para a dinamização do processo de acumulação ⁽⁷⁾.

Neste sentido, a primeira etapa do Governo Castelo Branco promove a desarticulação das organizações populares através do alijamento de suas lideranças. Esse processo atinge também inúmeros militares, das mais diversas patentes. Convém destacar, contudo, que as instituições populares são atingidas especialmente em suas lideranças. Essa diferenciação é importante, visto que algumas instituições (não necessariamente ligadas com os movimentos populares, mas com a "opinião pública") serão atingidas em momentos seguintes. Agora, afastam-se líderes partidários, mas são mantidos os Partidos. Cassam-se jornalistas e jornais são fechados; contudo, a Imprensa não é ainda enquadrada por uma legislação específica ou pela ação da censura.

O significado da escolha de Castelo Branco para a Presidência é o último fator que caracteriza esta primeira etapa. Tomado como militar a-político e legalista, ocupante do segundo nível de autoridade no Ministério do Exército, Castelo Branco parecia oferecer a garantia do retorno da "normalidade democrá-

tica", após um período de exceção e expurgo. Assim parecia vários setores civis, que inclusive trataram de articular o apoio parlamentar ao primeiro governo. Além disso, o "namoro" com a UDN ⁽⁸⁾ ofereceu a Castelo um elemento estratégico em suas disputas com os "duros", na medida em que, com apoio parlamentar, pode garantir o funcionamento do Congresso, cujo fechamento era uma das principais reivindicações daquele grupo. Os vínculos do "novo Poder Executivo" com o Congresso apresenta aspectos contraditórios: de um lado, especialmente nas etapas posteriores se tornará claro que o Executivo não consegue estabelecer pleno controle sobre o Legislativo; em segundo lugar, parte do Legislativo a decisão final da prorrogação do mandato de Castelo, cuja posição contrária não teve força suficiente para impedir que a iniciativa - propugnada pela "linha-dura" - encontrasse solução no Congresso.

A prorrogação do mandato de Castelo Branco esteve ligada a duas questões, às quais se atribuía importância fundamental para a definição do regime político. Em primeiro lugar, a prorrogação adiou por um ano a realização das eleições presidenciais, que seriam diretas, conforme a Constituição. Segundo os "duros", a Revolução não deveria correr o risco representado - por essas eleições, visto que se revestiram de impopularidade as medidas relacionadas com o combate à inflação e ao afastamento de inúmeros personagens políticos de grande prestígio. Em segundo lugar, a prorrogação vinculou-se à idéia de que os militares deveriam alongar-se na "tutela" do regime, contrariando a provável expectativa dos setores "liberais" (agrupados no golpismo udenista). Ambas as questões faziam parte da plataforma

da "linha-dura".

2 - A questão da hegemonia militar

A segunda etapa (junho/64 - outubro/65) conhece a definição da hegemonia militar; atribuímos ao termo "hegemonia" o sentido de condução do processo político que se desenvolve no âmbito militar, em função da presença preponderante de um determinado setor das Forças Armadas. É baseada no jogo político entre os diversos grupos militares - o que inclui, entre outros fatores, a possibilidade de levantes armados - que se define a hegemonia militar. Esse conceito restrito de hegemonia não corresponde, portanto, ao sentido que lhe é atribuído por Gramsci.

Ao mesmo tempo, a unidade derivada da aglutinação política que resultou na queda de Goulart se mostra precária quanto à definição dos novos rumos do regime e da política econômica.

De fato, no tocante ao último ponto, assume destaque a questão da participação do capital estrangeiro na economia. Enquanto medidas governamentais procuram atrair novos investimentos, alterando inclusive a Lei de Remessa de Lucros (à qual se atribua boa parte das dificuldades para o afluxo de capitais estrangeiros ao país), algumas divisões políticas se relacionam diretamente a elas. É o caso - apenas para citarmos um exemplo - das divergências de Magalhães Pinto, governador de Minas

Gerais, com o governo federal. Em carta dirigida a Castelo Branco, este governador afirma que "o povo e o governo deste Estado assistem, com melancolia e crescente sensação de frustração, à transferência gratuita de suas riquezas para grupos inteiramente alheios aos seus interesses. A legislação minerária (instituiu), a partir de 1934, o sistema das concessões, por simples decreto do Presidente da República, sem qualquer contra-prestação do concessionário. São riquezas fabulosas, muitas vezes, que entes privados, principalmente estrangeiros, recebem gratuitamente e sem ônus, como se fossem dâdivas governamentais. (...) Em uma palavra, um grupo estrangeiros (Hanna) se apropria das riquezas minerárias nacionais e deste Estado, sem nada pagar. (...) Parece que, na série de reformas constitucionais que V. Excia vem propondo, teria de situar-se entre as mais urgentes e importantes uma que resguardasse adequadamente as riquezas minerais do País, impedindo que o processo de sua alienação gratuita continuasse a nos afrontar" (9). Outro exemplo é dado pela polêmica de Lacerda com Roberto Campos a respeito da política econômica.

Mas a unidade precária rompe-se também no tocante aos caminhos a serem percorridos ao nível do regime político. Como se disse, parte do Congresso a iniciativa da prorrogação do mandato de Castelo Branco. Este manifesta-se contrário à prorrogação, por ver nela um fator de perturbação política (10). A posição de Castelo o distancia dos "duros", cujas reivindicações são canalizadas para o Ministério da Guerra, ocupado por Costa e Silva. E a prorrogação assume, de fato, o aspecto de uma primeira significativa vitória da "linha-dura" no confronto com o projeto -

"esguiano" pela hegemonia política. Castelo Branco aceita a prorrogação como uma situação de fato: "... pessoal e politicamente, preferia terminar o meu mandato em 31.1.66" (11). Na verdade, a prorrogação do mandato presidencial colocava em jogo a definição do "prazo" da Revolução; isto é, ela deveria prolongar-se o necessário para o remanejamento das instituições e lideranças políticas, o que deveria garantir, para o projeto "esguiano", as condições básicas para a retomada do desenvolvimento econômico, depois de afastadas as possibilidades da "república sindicalista". Para os "duros", contudo, a Revolução não deveria estabelecer prazos: neste sentido, alguns setores identificados como liberais levantam a crítica ao prazo para a vigência dos dispositivos excepcionais definidos pelo Ato Institucional (12), assumindo, desta forma, uma das posições políticas da "linha-dura". Este fato se torna relevante na medida em que alguns setores se aproximam de Costa e Silva ao se distanciarem das posições mais "brandas" de Castelo Branco.

Na realidade, esta segunda fase do primeiro governo é marcada por uma crise de definição do poder. O elemento que mais a patenteia é a questão da sucessão presidencial, ao lado das eleições para governadores de alguns Estados. O tema da sucessão assume uma dimensão mais intensa com a cassação dos direitos políticos do ex-presidente e senador Juscelino, cuja candidatura seria promovida pelo PSD. Quanto à UDN, a candidatura Lacerda se define contra as pretensões de Magalhães Pinto (13). Este último Partido vive uma situação dúbia, ao apoiar o Governo Castelo e Lacerda. Para o último, não haveria como sustentar este duplo apoio, de vez que aquele político se alijava paula-

tinamente do esquema de sustentação política do governo. Assim, Lacerda isola-se também da UDN e inicia as articulações da Frente Ampla, movimento que procura unir os antigos e mais expressivos representantes políticos da situação pré-64: Goulart e Juscelino. Desta maneira, a falência do apoio partidário a Castelo Branco assume a dimensão de um rompimento com as bases para as quais a escolha do primeiro Presidente teve o significado de:

1) unidade provisória dos setores militares, pois, segundo palavras de Juarez Távora, "cada chefe militar era potencialmente - um candidato" (14); 2) a possibilidade de um regime político alternativo à ditadura, atribuída esta às intenções de Costa e Silva; 3) a escolha de Castelo é também o resultado de uma articulação política promovida por generais de um modo geral ligados à ESG, tais como Golbery, Lira Tavares, Ademar de Queirós, etc (15); 4) finalmente, a possibilidade de implantação de um regime com algumas conotações "liberais".

O projeto "liberal" de Castelo foi estudado por Carlos Estevam Martins; segundo este autor, o projeto - o "liberal-imperialismo" - teria as seguintes características: 1) posição contrária ao Estado autoritário e à excessiva concentração de poder nas mãos da burocracia; 2) posição contrária ao crescimento desmedido do setor público da economia; 3) a base econômica seria fornecida pelo setor produtivo voltado ao mercado interno (16). A nosso ver, esse projeto comportaria uma quarta característica, qual seja, a preservação do sistema partidário anterior a 1964, fundamentando sua legitimidade na retomada da tradição de nacionalidade. Este é um dos elementos essenciais dos discursos de Castelo Branco.

Ao ruir a base político-parlamentar de Castelo, seu governo, identificado com a arquitetura política da ESG, passa a ocupar uma posição solitária na luta pela condução do processo político, especialmente ao nível militar. A oposição ESG-ESAO, já referida, toma corpo durante esta crise e, em função dela, define-se a candidatura Costa e Silva. Ao mesmo tempo, definha-se a candidatura de Lacerda, cujas pretensões à Presidência eram reconhecidas inclusive por Castelo Branco.

Dissemos acima poucas palavras sobre uma possível luta "estamental" entre ESG e ESAO. Não é ainda o momento de retomar este tema; contudo, para melhor clareza da exposição, citamos trechos de um documento de autoria provável da "jovem oficialidade", em apoio à candidatura de Costa e Silva: "Estamos unidos porque um nome atende aos nossos anseios - COSTA E SILVA. Estamos unidos porque enfim - até que enfim - os nossos Chefes, Generais, Almirantes e Brigadeiros, perceberam a manobra do inimigo comum (...) Enxergaram os verdadeiros ideais da JOVEM OFICIALIDADE. Derrotaram os 'estrategistas palacianos' (...) (Há) indícios da criação de um novo PLANO COHEN para impedir a candidatura COSTA E SILVA e impor a continuação do Marechal Castelo Branco, contra a vontade do Presidente" (17).

Na realidade, os fatores e documentos acima citados evidenciam uma estratégia política que se estabelece à medida em que se configuram as conjunturas políticas de definição do poder: em primeiro lugar, uma desmobilização política dos setores da sociedade civil, primordialmente voltada aos movimentos populares e secundariamente ao próprio aparato político-ideológico das classes dominantes. Neste particular, define-se uma das re

gras básicas do regime, qual seja, a de não-estabelecimento de alianças políticas com os setores politicamente dominados. Em segundo lugar, desenvolve-se concomitantemente a mobilização política das Forças Armadas, o que condicionará, ao nível político, a presença desta organização como instituição, na arena política. Este fator, que corresponde à transferência da arena política do âmbito societário para o estatal, fornecerá a característica fundamental da terceira etapa do governo Castelo Branco.

Por esta razão, aparece como insuficiente a visão de que as divisões políticas, que acarretaram a Castelo Branco a falta de apoio parlamentar, estivessem ligadas tão somente aos interesses partidários pela sucessão presidencial. Esse é o ponto central da análise que Stepan ⁽¹⁸⁾ faz do período. A nosso ver, este autor confunde aspectos conjunturais com fenômenos - mais profundos que eles expressam. As reformas propostas por Castelo Branco, especialmente as de caráter político, encontraram forte oposição no sistema político-partidário então em funcionamento. É o caso específico da extensão do voto ao analfabeto, projeto que foi derrotado no Legislativo. Na realidade, os aspectos reformistas deste governo contribuíram para isolá-lo do aparato político e de setores militares, que viam neles a encampação de propostas que mobilizaram politicamente o governo anterior. No tocante aos Partidos Políticos, que aguardavam a "volta dos militares aos quartéis", a realização das reformas poderia significar-lhes uma incapacidade ainda maior de mobilização política que, como vimos, restringia-se cada vez mais, pois a "modernização" do Estado, ao lado das medidas de natureza eco

nômica (compressão dos salários, combate ao déficit orçamentário, etc.), assumia aspectos anti-populares. Neste sentido, a extensão da cidadania plena aos analfabetos poderia significar um acréscimo de dificuldades eleitorais para os Partidos, já expurgados de suas lideranças populares mais expressivas. Essa fragilidade dos Partidos ilustra-se definitivamente nas eleições de 1965.

De fato, a posição dos "duros" em relação às eleições para os governos de alguns Estados se dirigia, em primeiro lugar, à necessidade de sua não-realização e, em segundo lugar, ao afastamento de nomes ligados à esquerda ou à corrupção. O primeiro caso foi o da candidatura Lott, pelo PTB da Guanabara e o segundo, o de Sebastião Paes de Almeida, pelo PSD de Minas Gerais. Ambas as candidaturas foram impugnadas, com base na nova legislação eleitoral ⁽¹⁹⁾, o que não chegou a garantir a vitória da Revolução naqueles Estados. Elegeram-se, respectivamente, Negrão de Lima e Israel Pinheiro; "a reação dos militares da linha-dura foi imediata e veemente ao que eles encaravam como o sucesso eleitoral da oposição. Pressionaram o Presidente Castelo Branco fortemente no decurso do mês de outubro para que anulasse o resultado das eleições. Houve até pressão para que se submetessem os vencedores a investigação por tribunal militar. Em resultado, o Presidente foi forçado a emitir um novo (Segundo) Ato Institucional em 27 de outubro, restaurando muitos dos poderes que tinham expirado com o primeiro Ato Institucional" ⁽²⁰⁾. A edição do novo Ato prenuncia a configuração do "Sistema" (que examinaremos no próximo capítulo) e consagra a hegemonia da "linha-dura" no processo político intra-militar.

Na realidade, o AI-2 corresponde ao fechamento do sistema político, fato que se relaciona diretamente com alguns dos itens da quele estatuto: a) regulamentação dos prazos para a votação de projetos de iniciativa do Executivo, que seriam considerados aprovados se o Legislativo não se pronunciasse "a tempo"; b) estabelecimento do julgamento de civis pela Justiça Militar nos casos de crimes contra a Segurança Nacional; c) eleições indiretas para a Presidência da República; d) ampliação das prerrogativas presidenciais para a cassação de mandatos e decretação do Estado de Sítio; e) extinção dos Partidos políticos.

3 - Fechamento do poder: arena política e aparelho militar

Em resumo, a unidade precária que sustentou politicamente o governo Castelo Branco, no seu início, rompe-se na segunda fase, quando os fatores militares começam a assumir maior peso na definição dos rumos do regime político. Examinamos a maneira pela qual se processa o fechamento do poder, o que nos permite analisar agora as suas expressões na etapa final do governo Castelo Branco. Na realidade, a transferência do poder político para o âmbito das Forças Armadas corresponde um processo de centralização das decisões, que não se configura plenamente senão no Governo Costa e Silva.

Na sua terceira etapa (outubro/65 - março/67) o Governo Castelo Branco estabelece novas relações com o Poder Legislativo ao mesmo tempo em que despontam novos tipos de oposição. O primeiro elemento decorrente da presença das Forças Armadas, como instituição, nos mecanismos de definição do poder político é dado pelos arranjos da sucessão de Castelo Branco. De fato, a candidatura Costa e Silva tem o caráter de imposição dos setores "duros" contra as normas pelas quais o Presidente pretendia dirigir o processo sucessório. Além disso, impõe-se também sobre os nomes que estariam nas cogitações de Castelo, como Juracy de Figueiredo. Um documento escrito por Castelo Branco ajuda a compreender este caráter impositivo da candidatura Costa e Silva:

"Alguns elementos radicais do Exército uns se dizem da Linha Dura, outros dispostos à ditadura, alguns vinculados a setores políticos inconformados - desejam precipitar as operações da sucessão, mesmo com a divisão das Forças Armadas. Em meio desse ânimo, elementos entusiásticos da candidatura Costa e Silva propugnam, por conta própria, a sua intempestiva adoção. Vê-se, então: um lançamento desordenado, pois antes da formação e fora da ARENA; não considerar a existência de responsáveis pela política nacional, inclusive o Presidente da República; incursão nos meios da oposição em busca de adeptos, apresentação de aspectos de oposição ao Governo; agitar os meios militares para a formação de pressão, crescente e triunfante, etc. Já houve mesmo a previsão incrível de o Ministro da Guerra permanecer na pasta com atos, posição e destino contrários ao Presidente da República" (21). Este documento é transcrito extensamente por Luís Viana Filho, de cuja obra já citada extraímos o seguinte: "É lamentável que oficiais, na propaganda precipitada da candidatura -

Costa e Silva, assoalhem mentiras de humilhações do Presidente face a atitudes dominadoras do Ministro da Guerra, desfigurem a lealdade do Chefe do Exército como um favor ao Chefe da Nação, criem a chantagem de que já houve um levante na guarnição do Rio, justifiquem grosseiramente a precipitação com a desculpa perversa do continuísmo do Presidente, procurem amesquinhar as ações corajosas e leais do ministro Juraci Magalhães, inimizando-o com o Exército, lancem dentro do Exército a desconfiança sobre o ministro Cordeiro de Farias, atribuam maldosamente intrigas ao correito e irrepreensível trabalho do SNI, espalhem mentirosas notícias sobre a conduta honrada do Gabinete Militar da Presidência, etc. Tudo para enfraquecer o Presidente na tentativa de robustecer o candidato com inverdades e agravos, pretendendo apresentá-lo como tutor do país. É profundamente lamenável" (pg. 382).

Com efeito, Costa e Silva lança sua candidatura e, a seguir, viaja para a Europa já como sucessor oficial de Castelo; segundo Viana Filho, "nada indica que Castelo considerasse Costa e Silva o mais apto para prosseguir na obra revolucionária" (22).

Algumas análises vinculam as pressões da "linha-dura" a posições nacionalistas dos jovens oficiais, contra o caráter internacionalista (em termos econômicos) do Governo Castelo Branco. Ainda, os jovens oficiais teriam encontrado no Ministro da Guerra uma brecha por onde canalizar suas pressões: "O Ministro da Guerra Costa e Silva emergiu como mediador entre os oficiais intelectuais internacionalistas do governo Castelo Branco e os jovens oficiais da linha dura, mais autoritários e nacionalis

tas" (23). Embora se atribua um nacionalismo pouco conhecido e mal definido à "linha-dura", nacionalismo que é bem mais divulgado no Governo Costa e Silva através do seu Ministro do Interior (Gen. Albuquerque Lima), parece-nos que a questão central, no momento que estamos examinando, diz respeito ao desencadeamento de uma mobilização política no interior das Forças Armadas, cujo ápice corresponde à desmobilização da sociedade civil. Não se trata da derivação de uma oposição formal entre Estado e sociedade. Ao contrário, tratamos aqui da predominância que o aparelho militar se reserva, paulatinamente, no conjunto dos aparelhos de Estado. Do ponto de vista da "linha-dura", processar-se-ia ao mesmo tempo a desmobilização da sociedade civil, através da repressão de diversos de seus setores. Os "duros" pressionavam tanto pela repressão aos setores de classe média (estudantes, intelectuais, etc.), quanto à Imprensa e Sindicatos de trabalhadores, evidenciando que a presença das Forças Armadas no Estado, como aparelho definidor do poder político, não estava nos cálculos dos setores liberais que propugnavam uma intervenção militar no quadro político institucional em 1964.

A candidatura Costa e Silva recebe o crivo da manutenção da unidade das Forças Armadas, numa antecipação do procedimento político ideológico mais frequente nos momentos de crise institucional, a partir de então: a expressão da unidade burocrática estará frequentemente permeada pelo conflito acerca do poder político.

Por outro lado, a rearticulação das forças políticas em função da extinção dos antigos Partidos não garante a "normalização" das relações entre Executivo e Legislativo; deste modo,

baseada no AI-2, uma legislação complementar disciplina a fidelidade partidária nas eleições indiretas (Ato Complementar 16 - julho de 1966) e as possibilidades de apresentação de emendas às propostas orçamentárias do Executivo (Ato Complementar 18 - agosto de 1966). Talvez o episódio mais elucidador da resistência levada a efeito por setores políticos em abrir mão do aparato político-ideológico seja fornecido pelo "episódio Adauto Cardoso": como presidente da Câmara dos Deputados, aquele parlamentar decide submeter ao Plenário a constitucionalidade das cassações de mandatos políticos, realizadas em outubro de 1966. Resulta disso o fechamento temporário do Congresso e, após sua reabertura, Adauto Cardoso renuncia à Presidência da Câmara, por discordar do parecer favorável às cassações, emitido pela Comissão de Constituição e Justiça (25).

Ao ser levada às ruas das principais cidades, a oposição ao regime - no caso, corporificada no movimento estudantil - também evidencia o processo de centralização do poder nas Forças Armadas (mais propriamente, em função do setor militar que se estabelece hegemonicamente) na medida em que a repressão àquele movimento realiza-se, nos Estados, não pelas forças policiais locais, mas pelo próprio contingente militar. Essa centralização, da repressão, cujo princípio já fora estabelecido pelo AI-2, será regulamentada e efetivada no governo seguinte.

A oposição ao regime se desenvolve, nesta etapa, no interior do próprio Estado. Este é o caso dos diversos pronunciamentos dos generais Mourão Filho e Peri Bevilacqua, ambos ministros do Superior Tribunal Militar. Indagados se consideravam democrático o regime após o AI-2, Bevilacqua responde que "eviden

temente não (...) o Movimento de 31 de Março não teria cumprido a sua missão histórica se não restabelecesse, em toda a plenitude, a autoridade do poder civil, livre de quaisquer pressões espúrias - sindicais ou militares - assim, também, a harmonia e a independência dos Poderes da União..." Resposta de Mourão Filho: "O regime atual nada tem de democrático (...) Não está em vigor a maioria dos direitos individuais que definem um regime democrático (...) Vivemos todos de favor. Nossa situação depende exclusivamente das qualidades pessoais do Presidente(...) o Brasil regrediu à ignomínia de 1937" (26). Este militar, sondado pela Oposição para candidatar-se à Presidência, afirma que se for eleito em pleito indireto submeterá sua escolha à aprovação popular (27). Bevilacqua será afastado do STM, em janeiro de 1969, por aposentadoria decretada com base no AI-5. Cordeiro de Farias, também sondado para concorrer à Presidência pelo MDB, sugere (ao solicitar um prazo para definir-se) uma campanha nacional pelas eleições diretas (28).

Como já dissemos anteriormente, os rumos do regime político se definem "criticamente" em relação às conjunturas; neste sentido, as divisões ocorrem no interior do próprio governo, o que é exemplificado pela renúncia de Mém de Sá ao cargo de Ministro da Justiça, por discordar das cassações de deputados oposicionistas nas Assembléias estaduais com a finalidade de garantir maiorias arenistas. Este foi o caso específico do Rio Grande do Sul, na eleição para o governo estadual em 1966 (29).

Finalmente, uma legislação institucional define novos espaços políticos do regime: eleições indiretas para governadores e indicação de prefeitos das capitais (AI-3), a Lei de Impren-

sa, a Lei de Segurança Nacional e a Constituição de 1967. Neste momento são atingidos instituições e estatutos da sociedade civil. No primeiro caso, redefinem-se as atribuições e responsabilidades da Imprensa, o que se relaciona diretamente com a questão dos Partidos políticos, como veremos em seguida. Por agora, apenas indicaremos um elemento que será analisado nos discursos de Castelo Branco: inicialmente, os Partidos eram tomados como instrumentos políticos responsáveis pela implementação de um novo regime, cuja característica fundamental seria ausência dos fatores que teriam singularizado a situação anterior a 64: corrupção, comunismo, personalismo político, etc. Na etapa que estamos examinando, esta questão é abordada de modo inteiramente diverso: a Revolução e seus objetivos fornecem o elemento de base sobre o qual os Partidos devem fundamentar sua existência. Como temos visto, o Estado estende paulatinamente seu controle sobre setores da sociedade civil, especialmente a Imprensa e os movimentos de organização da política, como o movimento estudantil.

No caso específico da Imprensa, o Governo Castelo Branco parecia esperar que ela viesse a desempenhar funções próprias de Partido político, como a canalização de apoio, consenso, etc., bem como no tocante à difusão ideológica. É justamente neste contexto de indefinição das áreas propriamente partidárias, para as quais são obscuras as fronteiras entre "oposição" e "contestação" ao regime ⁽³⁰⁾, que caberia à Imprensa o desempenho de funções políticas indiretas, de um modo geral atribuíveis a Partidos: segundo Gramsci, "a função política é indireta, pois se não existem outros partidos legais, existem sempre

outros partidos de fato e tendências legalmente incoercíveis, contra as quais a polêmica e a luta é travada como se num jogo de cabra-cega. De qualquer modo, é certo que em tais partidos as funções culturais predominam, dando lugar a uma linguagem política de jargão: isto é, as questões políticas revestem-se de formas culturais e como tal se tornam insolúveis" (31). Por outro lado, a redefinição do espaço político reservado à Imprensa diz respeito ao caráter "fechado" do regime no tocante à divulgação de informações de certo tipo. Esta questão das informações atinge as mais diversas áreas, desde a econômica até a dos procedimentos do Estado em relação aos setores mais caracterizadamente oposicionistas. Deste modo, a imprensa é duplamente delimitada: no tocante às funções políticas indiretas e com relação à própria divulgação das atividades do poder. É seguro que as duas vertentes da questão não se separam e veremos que o "fechamento da informação" ocorre paralelamente ao "fechamento do poder". Tem sido um procedimento relativamente frequente atribuir-se um caráter a-político à burocracia estatal, cuja posição se reforça com o desenvolvimento do processo político em questão. Este procedimento se encontra entre os próprios participantes da tecnocracia, embora muitos pensadores (não diretamente ligados a ela) tenham aceito os seus pressupostos. Não é o caso de debater aqui esta questão; referimo-nos a ela apenas pelas suas relações com o aspecto do regime que estamos abordando e com o papel reservado à Imprensa.

Na realidade, trata-se em primeiro lugar da questão do poder que, ao se implantar, redefine as funções das instituições políticas. No caso dos partidos, vimos que estamos em face

da dependência deles em relação ao poder Executivo. Vimos também que este controle não é total, na medida em que mesmo setores governistas se reservam uma relativa autonomia de decisão. A mudança de caráter deste controle ocorrerá no final do governo Costa e Silva, após o AI-5, caracterizando o que Fernando Henrique Cardoso chama "inversão dos partidos", mas que, como citamos de passagem, já se encontra formulado nos discursos de Castelo Branco (32).

Em alguns autores podemos encontrar a indicação da despolitização e tecnicização do poder, em função do avanço dos setores militares em direção às áreas de definição do poder e do consequente afastamento das representações da sociedade civil, exemplificado pelos novos papéis reservados aos partidos, especialmente a legitimação formal do regime. Cândido Mendes indica que o Governo Castelo Branco teria implementado uma política reformista que visava à consolidação das "elites de poder tecnocrático-militares"; o projeto reformista e sua dimensão estratégica estariam referidos a uma "rigidíssima perspectiva ideológica da realidade brasileira", pela qual aquele governo teria implantado uma plataforma de mudanças apoiado numa extrema capacidade decisória e numa reserva de poder. Na realidade, o autor parece ater-se demasiado ao nível das proposições ideológicas de algumas personalidades políticas, ao mesmo tempo em que substitui as divisões político-ideológicas que apontamos ao nível militar. Sem entrar em detalhes sobre a análise de Cândido Mendes, examinaremos apenas dois de seus aspectos. O primeiro diz respeito à reserva do poder, ou seja, uma "potencialidade de violência" a que Castelo não teria recorrido para aumentar seu po

der pessoal ⁽³³⁾. A nosso ver, se há uma "reserva de poder", ela se define de um modo diverso e não se restringe apenas ao acesso do Executivo. Além disso, o processo político, no final do governo Castelo Branco, foi marcado pela utilização daquela "potencialidade de violência", especialmente na repressão aos movimentos políticos que, nesta época, ganham as ruas e os jornais em boa parte do país. Pensamos que a "reserva de poder" não pode limitar-se (ao nível conceitual) a uma identificação com o estatuto legal definido pelos atos institucionais, como faz Cândido Mendes. Ao contrário, o que define a "reserva de poder" é a probabilidade de ampliação do âmbito estatal de decisão (em diversas áreas) e controle (especialmente na área política) com base na presença política do setor militar. Neste sentido, a "reserva de poder" aparece como a ampliação de direito (isto é, institucional ou constitucionalmente) de um poder que já se exerce de fato, numa adequação (nunca plenamente efetivada) do primeiro ao segundo tipo de poder. De fato, sempre resta uma margem de poder "não-institucionalizado", por exemplo aquele exercido, na linguagem atual, pelos "porões da administração". De outro lado, a própria intenção de combater os excessos do poder de fato não apenas fornece um dos elementos do atual projeto de distensão política como confirma a sua existência extra-constitucional.

Em segundo lugar, Cândido Mendes vê no culto da racionalidade o conteúdo do exercício do poder, o que nos remete às questões inicialmente levantadas. Até onde pudemos avançar a análise, ao nível do regime político é o próprio exercício do poder (fundado na luta política de classes e definido no apare

lho militar) que fundamenta a racionalidade cuja otimização aparece, ao nível das proposições ideológicas, como um elemento gerador de consenso. Agregar a racionalidade ao fundamento do poder significa o risco de tecnicizar o poder, através do desconhecimento das novas formas que assumem as instâncias que canalizam pressões até o poder centralizado, às quais Cardoso denomina "anéis burocráticos" (34). Novamente ao contrário do que propõe Cândido Mendes, estamos em face à politização da técnica, isto é, a utilização da racionalidade para a consecussão de certos fins econômicos e políticos, cuja existência não deriva da relação técnica-racionalidade mas do poder exercido por seus criadores; poder para implementar um projeto entre outros possíveis e alternativos, originários das aspirações de grupos sociais distintos. O poder assume, na nossa perspectiva, uma dimensão referencial que objetiva o seu sujeito (grupo ou classe social) em detrimento de outros grupos ou classes.

Os resultados - as políticas - da ação governamental indicam os setores de classe diretamente favorecidos pelo exercício deste poder: aqueles vinculados ao grande capital. No governo seguinte, ao se configurar uma conjuntura internacional favorável, a economia brasileira conhecerá a intensificação do afluxo de capital estrangeiro, reforçando-se a tendência de se reservar os setores-chave da acumulação.

4 - Os discursos de Castelo Branco

A análise dos discursos de Castelo Branco requer uma constante referência às conjunturas políticas em que são produzidos. Aliás, este nos parece o caminho mais razoável para o estudo das ideologias dos movimentos políticos. O acompanhamento dos discursos pelas conjunturas possibilita um duplo enfoque: em primeiro lugar, o exame das proposições tal como são elaboradas pelos agentes que um estudo propõe destacar. Em segundo lugar, o estudo das conjunturas fornece um elemento muito viável para a confrontação das formulações dos discursos com os acontecimentos que caracterizam determinada época. Deste modo, é possível afirmar que este método garante a percepção dos elementos contidos nos discursos, assim como (e, em alguns casos, principalmente) o que os discursos não dizem. Finalmente, torna-se possível apanhar as mudanças mais significativas que ocorrem nos conceitos centrais dos discursos, nas diversas etapas em que eles se realizam.

Os discursos da primeira etapa evidenciam o esforço ideológico de legitimação da Revolução enquanto um movimento político eminentemente cívico de restauração da nacionalidade brasileira. A restauração estaria referida à renovação de procedimentos políticos internos e externos ao Brasil. No primeiro caso, a Revolução teria sido realizada para defender o funcionamento das instituições democráticas, cuja existência se propõe garantir, e para promover a retomada do desenvolvimento econômico.

No segundo caso, dever-se-ia recuperar a posição do Brasil no mundo ocidental, que estivera ameaçada pela "política externa independente" que inclusive se refletira na despreocupação governamental (especialmente no governo Goulart) com a infiltração comunista. O Ato Institucional legaliza a Revolução e estabelece novas prerrogativas ao Executivo em relação à decretação do Estado de Sítio, cassação de mandatos e direitos políticos, etc; mantém o Congresso "que recebe deste Ato Institucional, resultante do poder constituinte inerente a todas as revoluções, a sua legitimidade" (35). Finalmente, o governo revolucionário - na busca da realização de um projeto de futuro - não admitirá o "diálogo dos poderosos" e, para tanto, precisará da compreensão do povo brasileiro. Castelo Branco admite os riscos derivados de concepções de direita, em função dos quais "torna-se indispensável a colaboração de todos, inclusive dos da esquerda" (36).

A legitimidade da nova ordem política e a busca do consenso nacional fornecem os pontos centrais dos discursos de Castelo Branco nesta primeira etapa. Destacam-se alguns elementos sobre os quais se baseia a legitimidade: a) a Revolução teria resultado de um movimento nacional, articulado pelas forças democráticas, no qual as Forças Armadas desempenharam papel decisivo: a nação "se levantou unida (...) para restaurar a democracia e libertá-la de quantas fraudes e distorções a tornaram irreconhecível" (37); b) seu governo estaria voltado para o futuro, na direção do "constante sentimento de progresso e aperfeiçoamento (que) constitui a marca e também o sentido da nossa história política e social" (38); c) o advento das reformas seria uma imposição ditada pelo desenvolvimento histórico, pois elas

não são incompatíveis com o aperfeiçoamento da democracia. Esta legitimidade deveria encontrar um último elemento, o consenso da nação para os objetivos definidos pelo movimento de março. Em Castelo, o discurso ocupa-se primordialmente com a legitimidade; a legalidade, ao contrário da legitimidade, decorreria do "exercício do poder constituinte; inerente a todas as revoluções"; em outras palavras, o próprio exercício do poder (e a ausência de um poder paralelo) legaliza a nova ordem política, que busca a legitimidade em outro nível ideológico. De fato, a nova ordem fundamentaria sua legitimidade no consenso da nação acerca dos objetivos "regeneradores" da nacionalidade e das práticas políticas e governamentais. Daí as constantes referências à situação pré-64 (nos aspectos econômicos, políticos, sociais e ideológicos) onde as "deformações" teriam origem no próprio Estado, privando a nação da suas "mais autênticas características políticas e sociais" (39); situação agravada ainda pela corrupção administrativa, com o objetivo de "explorar vorazmente o Tesouro e iludir a nação através de desenfreada demagogia" - "o povo foi enganado pelas palavras e pelas promessas com que se tripudiava sobre a sua ignorância, foi traído e roubado, justamente por aqueles que mais tinham o dever de defendê-lo".

Nas relações entre legalidade e legitimidade encontra-se o primeiro movimento de superação da dicotomia Estado-Nação, apontada na análise da Doutrina de Segurança Nacional, no sentido de que a nação, ao criar um novo Estado, terá a garantia da realização de seus objetivos, libertando-se da agressão do comunismo que "não quer dar de comer a ninguém, nem pretende dar terra a pessoa alguma. O que quer é destruir as instituições po

líticas democráticas, desbaratar as Forças Armadas e levar o caos à economia brasileira a fim de implantar a ditadura já instalada em outros países (através da) infiltração de solapamento da vida brasileira" (40).

Portanto, a legitimidade se fundamentaria no consenso da nação acerca da sua própria vontade geral expressa pelos propósitos do movimento de 64 e, mais diretamente, pelo governo Castelo Branco: a retomada do desenvolvimento econômico (e a difusão social de seus resultados) e o aperfeiçoamento das instituições democráticas. Para tanto, concorreriam a ação do Estado e as atitudes dos cidadãos. Ao Estado caberia promover o cumprimento das leis e a realização das reformas indispensáveis (econômicas e políticas): em direção à extensão dos benefícios sociais "caminharemos para a frente com a segurança de que o remédio para os malefícios da extrema esquerda não será o nascimento de uma direita reacionária (pois) creio firmemente na compatibilidade do desenvolvimento com os processos democráticos" (41). Aos cidadãos caberia a participação numa cota de sacrifício (produção e privação, se necessário): não se pode participar dos benefícios sociais "sem dar a sua parte no trabalho e no sacrifício, fonte única donde poderá surgir o bem estar e a prosperidade de todos". Aos abastados cabe o exemplo das propostas e propósitos reformistas ("cumpram, pois, os brasileiros mais felizes, ou mais dotados, o seu dever para com a Nação e verão que o Brasil os imitará para a serenidade, glória e concórdia desta Pátria privilegiada"), a quem Castelo Branco lembra Rui Barbosa: "É nas classes mais cultas e abastadas que devem ter seu ponto de partida as agitações regeneradoras. Demos ao povo o exemplo e ele nos seguirá" (42).

A Revolução de 64 define-se também como "um passo à frente" no tocante às conquistas trabalhistas: "...na longa história das lutas, que não é apenas brasileira, mas universal, a Revolução não será um passo atrás, mas uma caminhada para a frente nas justas e legítimas conquistas dos trabalhadores (...) a contínua e legítima ascensão dos trabalhadores não será levada a bom termo senão pela estrada da democracia, que não ameaça, não corrompe, nem engana. Através dela, num clima desapaixionado e propício ao livre e amplo debate, é que encontrareis (os trabalhadores) - como é desejo e objetivo da Revolução - as conquistas e reivindicações há pouco reclamadas pelos vossos representantes. Conquistas e reivindicações que se efetivarão mediante reformas bem formuladas, convenientemente planejadas e democraticamente incorporadas à vida brasileira (pois) a Revolução não foi feita contra os direitos dos trabalhadores". A ampliação dos direitos trabalhistas terá lugar numa sociedade, que a Revolução procura atingir, livre do desemprego e do contraste de riquezas, "que precisará de capitais nacionais e estrangeiros, mas nunca do capitalismo com as distorções que devemos repelir por já superadas", na qual todo cidadão terá a "liberdade de produzir mais e ganhar tanto quanto for capaz, desde que não viole a lei, não explore os trabalhadores, nem estorve o desenvolvimento do país" e os sindicatos, livres do arbítrio e controle do Estado, "restaurados no seu normal funcionamento e reunindo número cada vez maior de associados, serão os legítimos representantes do pensamento e das reivindicações dos seus componentes. Isso significa que, a fim de assegurar ao trabalhador, sem distinção de qualquer ordem, crescente participação na vida sindical, não será o Ministério do Trabalho o empresário de cúpulas

prepotentes e corruptas. Do mesmo modo que não usará os sindicatos para implantação de um usurpador poder pessoal ou para subversão da ordem, fonte imediata da clamorosa redução do rendimento do trabalho nacional. Assim, livres da corrupção e do arbítrio governamental, voltarão os sindicatos à sua função normal de autênticos mandatários dos trabalhadores" (43).

A permanência do Congresso como instituição representativa da sociedade junto ao Estado (o Congresso é "o legítimo representante dos ideais e aspirações do nosso povo") fornece outro componente da legitimidade revolucionária. De outro lado, já indicamos que esta questão teve um aspecto estratégico nas negociações entre setores políticos, castelistas e "duros" nos primeiros momentos do novo regime. Em resumo, os primeiros discursos de Castelo Branco colocam o país perante a definição de um projeto composto pelas seguintes linhas principais: a) reafirmação das leis, princípios e tradições que "refletem a alma brasileira"; b) sustentação da união e integridade nacionais - ("espero a adesão de todos (...) serei o Presidente de todos eles e não o chefe de uma fração"); c) implantação de uma política externa fundamentada na independência do Brasil, no respeito à autodeterminação das nações democráticas e na preservação das alianças históricas com a América Latina; d) consolidação dos ideais da Revolução, um "movimento cívico da nação brasileira (...) uma revolução para assegurar o progresso sem renegar o passado"; e) promoção do desenvolvimento econômico e bem-estar coletivo, através do aperfeiçoamento da democracia e reformas estruturais (44).

Assim, o tema central dos discursos da primeira etapa é

a retomada de uma tradição da nacionalidade e um projeto social e político para o qual se solicita o consenso da nação. O consenso teria a finalidade de expressar a identificação da nação com os objetivos revolucionários, inclusive através da via eleitoral. Como vimos, a derrota parcial da Revolução nas eleições de 1965 (vitória dos candidatos oposicionistas nos principais Estados) ocasionou a restrição do âmbito de decisão do voto popular pelo estabelecimento de eleições indiretas. Nesta etapa, como em praticamente todo o governo Castelo Branco, a produção intelectual de apoio e oposição teve livre curso em função das garantias constitucionais. A imprensa somente foi atingida por um estatuto específico - a Lei de Imprensa - no final deste governo; deste modo, a imprensa e os Partidos seriam (no projeto em questão) os canais pelos quais a sociedade civil deveria manifestar sua resposta ao apelo ao consenso legitimador.

Alguns temas dos discursos da segunda etapa evidenciam o conflito entre setores militares pela hegemonia do processo político. Castelo Branco é bastante explícito ao classificá-los como participantes da Revolução e críticos do governo. Outros opositores estariam numa segunda classificação, a da oposição ao regime e ao governo. E é em relação aos primeiros que Castelo Branco desenvolve os temas mais significativos.

Segundo Castelo, a Revolução deveria comportar divisões em decorrência do seu caráter aglutinador de forças heterogêneas, circunstancialmente unificadas por alguns pontos políti-

cos comuns. Contudo, os grupos e facções deveriam submeter — se à orientação da Revolução "que é impessoal e não conhece interesses que não sejam os do povo. E o seu vigor reside na contribuição de todos os revolucionários que, afinal, embora chegados de afluentes vários, e por isso mesmo cheio de matizes, encontram o estuário comum, que é a grandiosa obra da reconstrução nacional". Resultando de forças diversas, a Revolução não se identificaria exclusivamente com qualquer delas: "Uma Revolução sem donos e que por isso mesmo não se curva a nenhuma força ou interesse que não esteja em consonância com os rumos revolucionários. Daí ser o governo — e esta é a sua autenticidade — uma resultante decisiva e vigorosa das várias correntes de opinião revolucionária, e jamais o reflexo de qualquer corrente desviada e isolada, incapaz de polarizar as várias tonalidades das aspirações do movimento de 31 de Março. Uma Revolução sem dono, repito, pois eu próprio jamais me consideraria como tal. Até porque não tenho vocação para ditador, do mesmo modo que não possuo a de me submeter a tutelas" (45).

São diretas as referências aos setores militares oposicionistas, os quais pressionavam o governo no sentido do "endurecimento" do regime, especialmente através do fechamento do Congresso: "A verdade é que, muitos dentre os que hoje deixam entrever certa nostalgia por não haverem fechado o Congresso (...) pregaram e fizeram a Revolução empunhando a bandeira da restauração da legalidade (...) Possivelmente não teria sido muíto difícil instaurar uma ditadura no Brasil. Mas como mantê-la sem o apoio da Nação? Bem depressa caminharíamos para um regime policial, destinado a encurralar o Brasil num círculo de força e opressão" (46). Numa palestra em 1955, Castelo Branco defen-

dera a legalidade (mesmo precária) contra a possibilidade de um regime ditatorial. Nós reproduzimos aqui alguns trechos no sentido de esclarecer as questões que estamos tratando ao nível ideológico: "Mas o regime discricionário ou ditatorial, além de acabar com a liberdade humana e os direitos do cidadão, é o mais adequado à corrupção civil e à desmobilização do Exército do que o da legalidade precária (...) Além disso, no Exército, não há vocação para ditador; no caso de ditadura, além da divisão de seus oficiais, as instituições militares seriam profissionalmente desmobilizadas (...) As Forças Armadas não podem, como seguimento de sua tradição, fazer do Brasil mais uma republiqueta sulamericana, levar a República para a camisa de força de um totalitarismo ditatorial. Se adotarmos esse regime, o que entrar pela força, só se manterá pela força e dele só sairá pela força. Que finalidade retardatária e reacional! Assim, não haverá recuperações" (47).

O funcionamento do Congresso e demais instituições do regime forneceu um dos elementos basilares da legitimidade da nova ordem, conforme os discursos do Presidente. As pressões pelo endurecimento são, agora, concebidas como desvios ou não-identificação com o pensamento revolucionário. E, à medida em que se aguçam os conflitos entre o governo e seus opositores (especialmente militares), a Revolução ganha um novo estatuto: o da irreversibilidade: "É verdade que em alguns setores há os que insistem na consumação de medidas chamadas de mais enérgicas. Mas, se nos detivermos no que enunciam, verificaremos estar apenas presos a palavras, não lembrando qualquer providência que se possa considerar como efetivamente condizente com a

Revolução. Quando bem analisadas as intenções dos reclamantes, o que se acaba por encontrar frequentemente, por detrás das frases de censura, é o desejo de ferir ou prejudicar desafetos ou opositores. Será esse o papel dos revolucionários?" (48). "Para bem servirdes às populações que representais nas assembleias estaduais, é indispensável que coloquais a Revolução como um fato irreversível. Assim como a História jamais anda para trás, também o Brasil não recuará. (...) Estas (as pessoas) são e devem ser transitórias, como é normal numa Democracia. A Revolução, no entanto, é definitiva, e, como os cursos d'água, abrirá o seu caminho inelutavelmente" (49). Como, porém, conciliar os objetivos revolucionários com as possibilidades de sua negação pela manifestação das eleições? A nação poderia responder negativamente ao apelo ao consenso da nova ordem? Se a Revolução pode esgotar-se pela via eleitoral - as eleições são consideradas "riscos democráticos" - em que assentaria a sua irreversibilidade? Em primeiro lugar, as eleições não representariam (para o governo) um julgamento popular da Revolução. Apesar das dificuldades em realizá-las, pois setores militares fizeram forte oposição ("esses subestimam a sensibilidade política do povo e, nós, a temos em alto apreço" (50)), o retrocesso é um elemento que não faz parte das cogitações revolucionárias, pois aos eleitos caberá o "indeclinável dever de respeitarem a vontade popular da Nação, hoje representada pelo governo e pelos ideais revolucionários" (51). Em segundo lugar, a Revolução permaneceria como resultado do "alto grau de maturidade política do povo" que não se satisfaz apenas com o progresso material, exigido o aprimoramento das instituições políticas. Este seria o caminho da democracia, concebida como "real seleção de valores

e (que) proporcione a cada qual número cada vez maior de oportunidades para progredir e se afirmar como membro de uma sociedade aberta a todos, sem privilégios de qualquer natureza. Em verdade, almejamos uma democracia que nos propicie a paz interna, a justiça social e o fortalecimento da segurança nacional" (52). Em terceiro lugar, as liberdades democráticas não poderiam voltar-se contra a nova ordem: "cumpre-nos, pois, ficar a postos, não permitindo que as liberdades democráticas sejam utilizadas como instrumentos de ação contra o regime e contra a Revolução, que prosseguirá a sua marcha no sentido da recuperação nacional" (53). Estabelecida esta condição básica, sua não-satisfação poderia significar a restrição dos direitos e liberdades segundo critérios de segurança nacional, sob a garantia da coesão das Forças Armadas.

Os discursos da terceira etapa denotam uma mudança de tratamento de alguns temas centrais. Anteriormente, os Partidos eram concebidos como instituições responsáveis (juntamente com as Forças Armadas) pela definição do regime. A nova situação estabelecida pelo AI-2, a re-composição partidária dos grupos políticos formados nas diversas correntes anteriores aparecem nas considerações de Castelo Branco nesta etapa. O tratamento do "endurecimento" do regime, em vista ao AI-2, nova Constituição e outros estatutos é constantemente relativizado referencialmente à situação pré-64. Esta teria conhecido a degeneração das instituições (efetivamente, o termo instituições é utilizado com

grande frequência, sem que algum sentido lhe seja atribuído em especial): "no Brasil, na fase imediatamente anterior à Revolução, se não tivemos todas aquelas características, nem por isso deixou de ser promovida, desde 1956, uma política de gradativa destruição interna e desmoralização externa do país, completamente contrária aos interesses do povo. (...) Quem, senão a Revolução, defendeu, em 1964, a propriedade, o erário público, e a moral política e administrativa? Quem, senão o movimento de 31 de março, salvou o Brasil de uma subversiva minoria e salvaguardou assim os direitos dos trabalhadores? Com uma Constituição vulnerável a vários tipos de crise, a Nação vinha há muito inquietada entre as alternativas inelutáveis da anarquia e da ditadura. E a Revolução eliminou uma e evitou a outra. Por que não se completar agora a institucionalização da Revolução" (54).

As mudanças mais significativas ocorrem no tratamento dos partidos e da legitimidade da Revolução. Agora, os partidos são o resultado de uma deliberação do poder revolucionário, cabendo à agremiação governista (ARENA) "defender os postulados revolucionários" (55). Como vimos, não é outro o sentido propriamente político, verificado com a presença das Forças Armadas como instituição definidora do poder. É sobre este fato que também se assenta o novo fundamento da legitimidade da Revolução: a irreversibilidade. Ela aparece na primeira etapa na forma de expectativa de consenso da nação aos objetivos revolucionários. Na terceira etapa, em que pese o fato de que aqueles objetivos ainda são tomados como representação dos interesses da nação, a legitimidade baseia-se no exercício de uma hegemonia

política, especialmente na medida em que se controlam (ou eliminam) os opositores "de dentro" e "de fora". Parece-nos que este é um aspecto definidor do regime, na medida em que o Estado, com base na presença política do setor militar, se apresenta como um estado-nação, sem que a isso se ligue a ação de alguma classe em especial. Neste sentido, a legitimidade deste Estado é dada não mais pelo consenso (isto é, pela legitimação formal da expressão dos eleitores) mas pelo fato de que o Estado esconde o caráter de sua dominação política ao se identificar como representante e promovedor dos objetivos nacionais. E, assim, pode-se compreender que o nacionalismo também assuma uma forma específica, a do nacionalismo positivo "na medida em que seja usado como elemento de mobilização do esforço nacional, de aceitação dos sacrifícios que o desenvolvimento exige, de atenuação de conflito de classes (...) Na medida em que é manipulado por certos grupos para evitar a concorrência e manter posições de mercado, em que é usado para dificultar a importação de tecnologia externa, em que se mantêm aprisionados no solo recursos minerais enquanto não se tem capital para explorar, em que é manipulado pela esquerda alienada para impedir o fortalecimento do sistema econômico capitalista e as instituições democráticas do Ocidente - o nacionalismo viciado passa a ser altamente negativo, não só do ponto de vista do desenvolvimento econômico senão também do de segurança nacional" (56). Outros aspectos negativos do nacionalismo devem ser evitados: o seu conceito, "manuseado por extremistas de direita e esquerda, (passou) a assumir dois aspectos negativos, quer para o desenvolvimento, - quer para a segurança: o primeiro é a irracionalidade do comportamento, pelo qual se substituiria a capacidade de análise pelo

poder da invectiva; o segundo, o divisionismo, pois que o pseudonacionalista passou a se arrogar o monopólio do patriotismo, imputando motivações escusas a todos que dele discordam, não hesitando em usar jargões injuriosos contra autênticos patriotas ... " (57).

O último tema tratado longamente por Castelo Branco na última fase de seu governo foi o das relações entre desenvolvimento econômico e segurança nacional numa sociedade democrática. Inúmeros fatores são arrolados na avaliação dos mútuos condicionamentos entre segurança e desenvolvimento: a posição geográfica e os laços históricos com o Ocidente; a necessidade de uma defesa continental coletiva e consentida; a rígida divisão política do mundo entre as superpotências, que não aceitariam, - "quaisquer que sejam nossas emoções e desejos, uma alteração fundamental do balanço de poder numa área de interesse vital" (58). É democrática a sociedade onde há livre manifestação do dissenso, sendo este superado pelas áreas de consenso; nas sociedades subdesenvolvidas, ocorre uma defasagem histórica entre a motivação para resolver os problemas e capacidade técnica para a escolha das melhores decisões (59). A nosso ver, é este o "espaço" que justifica (ao nível ideológico) a presença da tecnocracia como aliada aos centros de poder político. Pois, como pudemos ver no primeiro capítulo, já nas primeiras formulações a DSN fazia incidir uma rígida condenação ao despreparo das elites políticas para a solução dos problemas nacionais. Na verdade, estamos diante da questão que envolve as relações entre autoritarismo e desenvolvimento econômico. Vimos no primeiro capítulo a proposição ideológica da Doutrina de Segurança Nacional

sobre o trabalho ligada a controle/promoção da classe trabalhadora, especialmente do proletariado. Assim, tendo como ponto de referência o modelo econômico criado pela tecnocracia e concebendo-se esta como uma elite técnica e politicamente habilitada para aquela tarefa, a questão diz respeito à mobilização passiva da classe trabalhadora em especial, e da sociedade civil em geral, que são chamadas a manifestarem o consenso. Deste modo, descarta-se a possibilidade de um movimento reivindicatório e politicamente auto-sustentado, pois a mobilização para o consenso significa a participação numa mobilização social (melhor dizendo, mobilidade social); para as camadas menos favorecidas pelo desenvolvimento econômico (ou, dito de outro modo, mais prejudicadas pela ausência - ou pequeno desempenho - deste), a mobilização social significaria a realização plena, a maximização do potencial de trabalho. Do ponto de vista mais claramente ideológico, a performance apresenta-se como um objetivo, um alvo canalizador das potencialidades individuais, desde que realizada numa função e num setor específicos, sem que daí resulte uma participação inter-setorial. Deste modo, diluem-se os germens de participação política na mobilização social, uma vez que os canais para o desenvolvimento da primeira tem um caráter institucional e limitativo. Ideologicamente, garante-se a desmobilização política pois o apelo ao consenso não implica na discussão a-priori do modelo, nem na organização de grupos de pressão política (com a exceção dos "anéis burocráticos" já apontados): como vimos, o projeto (ou modelo) é apresentado como criação técnico-político-intelectual de um grupo especialmente habilitado; portanto, cabe um lugar não privilegiado à política neste Estado (uma entidade não-ética, na expressão

de Delfim Neto) cujo lugar de destaque é paulatinamente assumido pela técnica.

Capítulo 3 - O GOVERNO COSTA E SILVA

Tendo estudado o processo político pós-64 em relação aos seus aspectos mais propriamente militares, isto é, ao nível dos fenômenos políticos que se desenvolveram nas Forças Armadas, examinaremos a seguir o acirramento de algumas tendências já apontadas, tendências que fornecerão os temas principais deste último capítulo. Temos procurado analisar os fenômenos militares em função não apenas do quadro militar "em si", mas em relação ao quadro político e institucional mais amplo, onde as pressões militares são confrontadas com as expressões políticas do confronto entre interesses das classes sociais, que encontram eco especialmente nas instituições legislativas, ao nível dos Estados e da Federação.

Assim, podemos agora avançar as preocupações que norteiam e delimitam este capítulo: ao nível das Forças Armadas, o desenvolvimento da centralização política e organizacional, que subordina aos altos escalões forças regulares e tendências políticas que antes se expressavam ao nível dos Estados (as Polícias Militares, especificamente) e dos escalões intermediários (coronéis e capitães). Essa centralização política e organizacional implica a definição da luta desenvolvida entre escalões diversos, luta que recebera um impulso decisivo com o próprio desencadear do movimento de 64. Ao nível do Estado e das classes sociais, estudaremos a radicalização da luta política, os diversos tipos de oposição política e as relações entre Execu-

tivo e Legislativo. Procederemos a periodização deste governo, tal como fizemos no estudo do governo Castelo Branco.

1 - Novas alianças e sua superação

Com o início da primeira etapa (março-67/abril-68) do governo Costa e Silva, o funcionamento dos Poderes e das Instituições e o estilo político do novo Presidente acenam para a possibilidade de mudanças significativas no regime. De fato, constituiu-se numa espécie de crença geral a idéia de que se acabara de superar uma fase de exceção e se dera início a outra de normalidade democrática. Essa idéia aparece no discurso de Castelo Branco por ocasião da transmissão da faixa presidencial ("Realmente, instituiu-se e praticou-se a legalidade revolucionária, com o objeto primacial de corporificar as aspirações nacionais de aperfeiçoamento da Democracia, de segurança no progresso e de afirmação da soberania. Embora, inerente como é a todas as revoluções e justamente porque lhes cumpre aprimorar e transformar, fosse mister o período do processo revolucionário que hoje se encerra e cuja valia e grandeza a posteridade julgará" (1)), em declarações de Costa e Silva ("Atravessamos o primeiro ano, que a mim se afigurava como o pior do meu governo, o mais difícil, porque passávamos do período de exceção para um regime normal" (2)) e de seu Ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, para quem a primeira fase da Revolução - fase puni-

tiva - já teria sido superada pela fase do diálogo e da construção (3). Além disso, Costa e Silva acena politicamente para as classes médias e trabalhadoras, cujos interesses teriam sido prejudicados pelo combate à inflação, levado a efeito pelo governo anterior: seu governo estaria voltado à recomposição do poder aquisitivo destas classes, tendo por objetivo o homem concreto; finalmente, segundo o Presidente, "é chegado o momento de uma equitativa distribuição de sacrifícios em benefício geral do País; o povo - a grande massa de pobres - vem suportando carga superior às suas forças; impõe-se que parte desse peso mude de membros e recaia em compleições mais aptas a suportá-lo" (4).

Ao mesmo tempo, Costa e Silva e seus principais ministros advertiam aquelas mesmas classes para a necessidade de compatibilizar "as invencíveis exigências do convívio democrático com as necessidades da Revolução" (5). As classes médias, tomadas em sentido genérico, aparecem aqui como o elemento externo à composição do poder que, como vimos, se define ao nível do próprio aparelho militar. E a mobilização ideológica das classes médias (que deveria dar conta, no mínimo, de convencê-las de que estavam sendo representadas junto ao poder) a partir do Estado se mostrará insuficiente, o que levará - como veremos - a que os "símbolos de mobilização" sejam encontrados (ou sugeridos) em elementos tais como "a melhor maneira de impedir o retorno (...) daqueles que foram afastados pela Revolução consiste em se fazer uma administração que infunda confiança ao povo, não sendo, portanto, necessário alterar as regras do jogo democrático" (6). Na ausência de organizações políticas que as represen

tassem, diretamente, as classes médias são convocadas a participar de uma "aliança" política que se comporia no interior de um quadro de relação de forças entre os grupos militares. Desta forma, tal como os partidos políticos para Castelo Branco na primeira fase de seu governo, também aqui um grupo militar toma a iniciativa de buscar aliados fora do círculo de definição do poder. No governo Costa e Silva, contudo, esse chamamento à aliança assume aspecto politicamente mais dramático na medida em que o processo político se torna mais complexo em função da presença das Forças Armadas como organização política, pois é nesse contexto (pouco susceptível de alteração pela atuação direta das classes médias) que se vai esgotando a composição política que sustentou a candidatura Costa e Silva.

Foi dito acima que as classes médias aparecem como elemento externo à composição do poder. De fato, o governo Costa e Silva chega a assumir aspectos de uma aliança formada especialmente pelos setores duros das Forças Armadas e o capital nacional industrial, tomado em seu sentido genérico. E será em função do espaço político criado por essa composição que se definirão os principais enfrentamentos políticos: as tentativas de reorganização do movimento operário, do movimento estudantil, assim como os embates ao nível do Estado. Contudo, é interessante notar que o Estado, ao mesmo tempo que se propõe a defesa dos interesses econômicos das classes "menos favorecidas", reprime paulatinamente a expressão dos movimentos políticos vinculados a elas. Esta defasagem entre os níveis político e econômico - ressaltamos que a defesa dos interesses das classes trabalhadoras ocorre tão somente ao nível ideológico, especialmen-

te nos discursos do Presidente e do Ministro do Trabalho - deve ser compreendida pela atuação dos fenômenos políticos vinculados ao "fechamento do poder", que estudamos no capítulo anterior ⁽⁷⁾. Em outras palavras, a linha-dura, através de seu "nacionalismo", não tinha condições de realizar uma ampla mobilização política porque, enquanto agrupamento político, tudo fazia para não ultrapassar os limites de uma luta intra-militar. Isto é, a mobilização político-militar, realizada nos quadros e por oficiais militares, é a única alternativa nos horizontes da linha-dura, que assume a iniciativa da repressão aos movimentos estudantis, operários e eclesiásticos que, evidentemente, se conduziam por outros canais. Assim, pela primeira vez o regime político pós-64 conhece a iniciativa de um grupo militar de se dirigir "para baixo", em direção às classes médias (às classes - trabalhadoras não se acenaram as mesmas possibilidades), numa tentativa de reforço de uma aliança política; neste sentido, a primeira etapa do governo Costa e Silva conhece uma tentativa de re-abertura do espaço político, caracterizando-se um esforço de buscar fora (através de uma possível mobilização política cujos limites já indicamos) um apoio que aumentasse o poder dos duros em relação a outros grupos políticos. Esses enfrentamentos serão examinados mais à diante. Por ora, veremos a expansão das áreas de oposição.

O governo Costa e Silva recebe uma herança de forte e ampla oposição aos dispositivos legais da Lei de Segurança Nacional, Lei de Imprensa e Constituição de 67. Essa oposição a-

tinge setores os mais diversos: do Legislativo às universidades, dos sindicatos de trabalhadores às associações como Associação Brasileira de Imprensa, Ordem dos Advogados do Brasil, incluindo o Superior Tribunal Militar.

Neste último, os Ministros Gerais Mourão Filho e Peri Bevilacqua intensificam sua crítica constitucional ao regime: em várias oportunidades esses militares se pronunciaram contra a LSN. Segundo Peri Bevilacqua, a LSN "suspende as garantias constitucionais e é, por isso mesmo, inconstitucional", pois estabelece um estado de sítio permanente, uma ameaça que o povo não merece: "O Estado de Sítio previsto na Constituição é suficiente, razão porque essa LSN deve ser eliminada da legislação brasileira" (8). Ainda, criticando o julgamento de civis pela Justiça Militar: "A Revolução veio estabelecer a justiça de botão amarelo para os civis (...) Está entrando pelos olhos de qualquer um que é um absurdo de militarização" (9). Ao ser empossado na Presidência do Superior Tribunal Militar, Mourão Filho define a LSN como atentatória à liberdade dos cidadãos; manifesta-se contrário ao afastamento dos funcionários suspeitos, pois aquela lei comportaria dispositivos pelos quais a denúncia teria o efeito de afastar do cargo o denunciado. Além disso, o Brasil é signatário de Convenção Internacional "que nos obriga a considerar inocente o acusado até sua condenação". A seguir, conclama as Forças Armadas a meditar sobre: a) a punição não pode ser o objetivo mais importante da Revolução; b) "punição não é remédio contra crime político. Urge fazer desaparecer totalmente as causas dos males que nos inquietavam e nos punham em perigo"; c) "Devemos não perder de vista que há uma lei de

quase simetria regendo as ações políticas. A cada ação da direita corresponde uma outra, mais intensa, da esquerda. Não se evita o comunismo com o remédio repugnante de regimes autoritários, tanto mais quanto mais cedo ou mais tarde adormece dialeticamente a vigilância e um tipo de político subversivo ou corrupto apossa-se do poder e, quanto mais forte o governo, mais facilmente domina a Nação. Do mesmo modo, uma fuga muito exagerada e por conseguinte viciosa dos rumos da direita pode produzir um 'efeito doppler' no espectro político, que se deslocará para o vermelho" (10). Em outra ocasião, Mourão Filho indaga "de que cêrebro atormentado pelo ódio ou pelo medo desprende-se a emanação mortífera, cristalizada no Artigo 48 e seus parágrafos" (11); Essa oposição localizada no STM permanecerá durante a maior parte do governo Costa e Silva, sendo que (como já apontamos) Bevilacqua será atingido por aposentadoria baseada no AI-5.

Pelo que temos visto, tanto ao nível das forças militares quanto das classes sociais o governo Costa e Silva ocupa uma posição politicamente frágil. Nas palavras de Oliveiros S. Ferreira, o mais agudo comentarista político do período, uma composição política heterogênea teria marcado o governo Costa e Silva, que "repete o erro trágico em que se constituiu a conspiração contra Goulart: é uma reunião de forças políticas, interesses econômicos e visões de mundo heterogêneas, as quais se uniram por um fator aglutinante negativo: impedir a continuidade da política imposta no país pela aliança sagrada da Sorbonne com a Tecnocracia, ainda que tivessem de, para isso, pagar o preço do Ministério da Guerra ao general Lyra Tavares, e do Ministério da Fazenda ao prof. Delfim Neto" (12).

No interior das Forças Armadas, o "castelismo" é o primeiro grupo a manifestar sua oposição especialmente à política econômica. É possível que, ao nível ideológico, o "castelismo", identificado com a Escola Superior de Guerra (que, significativamente, não faz parte do apoio político ao governo), fundamentasse sua oposição na desnecessidade de mobilização da "opinião pública", (à qual o Exército se identificaria na visão dos "duros"). Como já vimos, as Forças Armadas deveriam representar, no projeto político da ESG, os interesses da Nação e não necessariamente os da opinião pública. Neste sentido, compreende-se (ainda que nos limitemos a este nível de consideração), a oposição da ESG e "castelistas" ao chamamento à aliança "para baixo" que, ao nível das intenções políticas, caracteriza a primeira etapa do governo Costa e Silva. As relações entre setores governamentais e "castelistas" vão desde críticas à política econômica até ao completo alheamento oficial em relação à viagem do ex-Presidente à Europa: no embarque e na sua volta, não havia qualquer representante do governo ⁽¹³⁾. Porém, como ocorrerá nos governos seguintes, os "castelistas" ocupam posições subordinadas, embora importantes e por vezes estratégicas, no aparelho de Estado. Disso resulta que o jogo político entre esses dois setores se defina parcialmente pela capacidade de mobilização militar dos ocupantes desses postos. Tomem-se os exemplos de Adalberto Pereira dos Santos e Orlando Geisel, considerados "castelistas", que ocupam neste governo posições de comando de Exército bem como funções de Estado Maior. Ainda, como já foi dito, Lyra Tavares no Ministério do Exército. E veremos que, ao se definir a sucessão de Costa e Silva, esse procedimento se repetirá, sendo Orlando Geisel indicado para o Ministério do Exército.

to.

Outro ponto de divergência entre esses dois grupos militares diz respeito à política exterior, no tocante à organização de uma força militar interamericana. O Brasil participara da intervenção em São Domingos, promovida pela OEA e realizada através da Força Interamericana de Paz. No governo Costa e Silva, o Ministério das Relações Exteriores, Magalhães Pinto, manifesta-se contrário à criação da FIP ("a preservação da paz e da segurança interna (...) constituem a responsabilidade precípua dos governos nacionais e das forças armadas de cada país americano" (14)) enquanto que o Presidente aparentemente já descartara essa possibilidade: "Não há tampouco lugar para a segurança coletiva em um mundo em que cada vez mais se acentua o contraste entre a riqueza de poucos e a pobreza de muitos" (15).

De um modo geral, a oposição "à esquerda" é formada pelos setores estudantis, operários, eclesiásticos, intelectuais e políticos que retomam um caráter anti-imperialista. Não se trata aqui do nacionalismo ou estatismo de setores identificados com a linha-dura, nem da oposição cristalizada na Frente Ampla. Este é um tema que veremos posteriormente. O fator que provavelmente mais caracteriza aquela oposição "à esquerda", por unificar minimamente seus diversos setores, é o movimento que vai de suas reivindicações específicas iniciais em direção à oposição mais geral ao governo e ao regime. Em alguns setores, como o estudantil, a luta oposicionista assume um caráter francamente anti-imperialista e anti-capitalista.

Outro fator que os unifica é que esses setores são re-

primidos mesmo durante os primeiros meses, quando é mais forte o "chamamento" governamental por uma aliança política. O movimento estudantil sofre, assim, os efeitos das ações policiais-militares ao reivindicar o atendimento da questão do excedente. A seguir, dirige-se contra os acordos MEC-USAID para, finalmente, empreender uma ação mais francamente oposicionista ao regime. Contudo, tal como acontecerá com o setor eclesiástico, o movimento estudantil conhece uma divisão política e organizacional tanto em sua "direita" quanto em sua "esquerda". No primeiro caso, surgem nesta etapa organizações tais como Decisão, em novembro de 1967 com a finalidade de se contrapor à UNE, mantida na ilegalidade desde o governo Castelo Branco (em etapas seguintes surgirão outras organizações estudantis, algumas de caráter para-militar). No segundo caso, as entidades representativas (UEE, UNE, etc.) em âmbito regional e federal encontram-se divididas acerca da política a seguir face ao governo e aos demais grupos sociais ⁽¹⁶⁾. Há que se ressaltar que, nesta etapa, a luta estudantil dirige-se primordialmente a objetivos que poderiam ser classificados de específicos: aumento do número de vagas, condenação dos acordos MEC-USAID, reconhecimento das entidades representativas dos estudantes, principalmente a UNE, etc. Isso, contudo, sequer é tolerado na maioria dos Estados. Ao contrário, de um modo geral as manifestações estudantis são violentamente reprimidas. Apenas a título de exemplo, já em fins de março de 1967 (o Presidente havia sido empossado em meados deste mês) ocorria uma repressão a passeata estudantil em Salvador ⁽¹⁷⁾. E será a repressão um elemento responsável pelo isolamento político a que se viu exposto o Presidente. De fato, ao lado de algumas críticas contra a inércia e falta de iniciativa

governamentais no campo econômico-financeiro, a repressão aos movimentos estudantis, operários e eclesiásticos, nas ruas e nas universidades, parece tornar-se relativamente autônoma em relação a um controle direto do governo, alijando Costa e Silva do grupo que inicialmente o sustentara ao nível militar: a linha-dura. O Presidente perde a liderança para seu Ministro do Interior, Albuquerque Lima, que inclusive é dos primeiros a defender a necessidade de reprimir o envolvimento político do clero. Albuquerque Lima, de outro lado, identifica-se com as críticas da linha-dura à ineficiência governamental. Desta liderança política surgirá a articulação da candidatura Albuquerque Lima à sucessão de Costa e Silva, como veremos no final deste capítulo.

As relações entre Igreja e Governo são marcadas por dois importantes fatos nesta etapa. Cerca de trezentos padres assinam e divulgam um documento, "Carta de Belo Horizonte", onde abordam inúmeros aspectos das suas relações com a hierarquia eclesiástica, bem como aspectos políticos e teológicos da "secularização". O documento aponta para a emergência de um "materialismo prático" na vida cotidiana, derivado da luta pelo sustento: "trabalhar para ganhar dinheiro, para manter a família. Aceitar horas extras para ganhar mais. Aceitar injustiças, humilhações para não perder o emprego e continuar ganhando. Essa luta não materializa demais o homem? Não cria um materialismo prático?". Em segundo lugar, os padres criticam os estímulos à filantropia burguesa, que "com isso procurariam (as burguesias) livrar-se da consciência de culpa e do reconhecimento de sua responsabilidade pelo desnível entre seu padrão de vida e a miséria circundante". A seguir, o documento se volta contra a con

vência da Igreja com "a brutal exploração da população, e a tentativa ilusória de resolver casos individuais de miséria e doença". Em quarto lugar, os padres criticam a exploração comercial da religiosidade popular através do comércio de instrumentos de penitência e salvação: "Perguntamos se isto não justifica a acusação de que a religião é o ópio do povo". O documento aborda ainda as relações entre padres e bispos: "Constatamos que as linhas mestras da pastoral renovada vêm de cima para baixo, vêm prontas (...) Não se estimulam iniciativas, experiências novas e mais originais. Não se favorece um espírito de busca. Tudo está predestinado. Há mais executores que criadores. Somos mais objetos da pastoral que sujeitos". Finalmente, os padres se comprometem a ter uma presença mais ativa junto ao povo, sensibilizar-se com seus valores e a buscar novas formas de sustento: "Que se apóie e faça crescer a experiência de padres no trabalho, como missão assumida pela hierarquia" (18).

O segundo fato que marca as relações da Igreja com o governo é a prisão de sacerdotes e diáconos em Volta Redonda, em novembro de 1967 (19). O Bispo desta cidade, D. Valdir Calheiros, ganha notoriedade por defender religiosos que eram procurados pelo Exército, acusados de atividades políticas "subversivas" no Estado do Rio de Janeiro. A partir destes fatos, acentua-se a tendência ao afastamento progressivo e radicalização política nas relações da Igreja com o governo, na medida em que a luta oposicionista encontra eco nos setores de cúpula da Igreja, especialmente a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). De fato, a Comissão Central da CNBB divulga documento de solidariedade aos padres envolvidos em questões políticas,

especialmente os de Volta Redonda: "Não podemos deixar de expressar nossa solidariedade aos irmãos bispos, sacerdotes e leigos quando incompreendidos e injustiçados em sua autêntica atuação apostólica. Especialmente os nossos amados sacerdotes, que nos tem manifestado sua angústia e inquietações, enviamos uma palavra de ânimo: 'É-nos grato conhecer seu modo de pensar, sempre que apresentado objetivamente e com dignidade (....) Vale a pena aceitar o desafio que a realidade nos impõe de descobrir as soluções mais adequadas à índole do nosso povo. Somem as suas energias às nossas e às dos demais irmãos no sacerdócio. Juntos poderemos muito'". O final do documento apresenta uma advertência: "Não cometamos a loucura de provocar o desespero da juventude pelo endurecimento de posições (....) Se é esta a hora dos jovens, não nos atrasemos ao encontro marcado pela História. Marchemos juntos para um futuro que se apresenta promissor para o Brasil. Fugamos às ilusões da violência. A violência pode parecer a solução mais fácil, mas não será a mais construtiva" (20).

A oposição representada pela organização sindical reivindica basicamente a revogação do arrocho salarial e estabelece contatos inter-setoriais, como o Movimento Inter-sindical Anti-arrocho (MIA) (21), sem que isso implicasse numa ampla mobilização de bases. Contudo, as ameaças de greves são instrumentos de reivindicações dos sindicatos nas ocasiões de negociação salarial. Na próxima etapa veremos que ocorre um re-dimensionamento da luta sindical, em que pese a manutenção de certos padrões organizacionais e de orientação.

As relações entre o Executivo e o Legislativo são precárias nesta etapa, posto que o primeiro não consegue estabelecer

um controle pleno sequer sobre os setores arenistas. De outro lado, a oposição parlamentar utiliza frequentemente o recurso das Comissões Parlamentares de Inquérito, como instrumento de controle sobre as atividades governamentais. Algumas CPIs se destacam neste contexto, como as que investigaram a penetração do capital estrangeiro na imprensa brasileira, a questão da valorização do dólar e a venda de terras a estrangeiros (22). Ao mesmo tempo, parlamentares governistas e da oposição compõem uma frente com a finalidade de impedir a aprovação de certos projetos do Executivo, de natureza econômica, bem como pleiteam que o Presidente abandone a legislação por decreto em matérias daquela natureza (23). Esse é o caso específico do projeto que dava ao Executivo a prerrogativa de estabelecer orçamentos plurianuais e que, contudo, só foi decidido através de decreto fundamentado no AI-5. Ainda com referência a oposição parlamentar e partidária, o MDB se bateu, durante todo esse primeiro período, pela revogação da legislação da Segurança Nacional e pelo re-estabelecimento das eleições diretas, além da concessão de anistia aos presos políticos e aos cassados (24).

Inicialmente, como vimos, o governo Costa e Silva parecia apoiar-se numa composição política heterogênea que comportava inclusive um setor aparentemente oposicionista: a Frente Ampla. De fato, a "oposição" da Frente Ampla é algo bem específico. Identificada com os setores "duros", contou com o seu apoio enquanto se manteve numa oposição ao governo, em termos das insuficiências e realizações governamentais. A passagem da "oposição ao governo" para a "oposição ao regime" se processa na medida em que a Frente Ampla (que buscava fundamentar-se nas possi-

bilidades de articular politicamente os antigos setores liberais, os grupos reunidos em torno do "capital nacional" e setores médios urbanos) vê seu espaço político restringido pela conjugação de: a) a política econômica governamental de favorecimento do capital estrangeiro; b) a repressão empreendida pelo governo contra as manifestações de setores médios urbanos (ao lado da mobilização política do sindicalismo); c) o fato de que, cada vez mais claramente, a definição do poder restringia-se ao âmbito militar, reforçando o aspecto de segurança da política governamental.

Ao se colocar numa oposição ao regime, a Frente Ampla perde o apoio daquele setor militar que passa a expressar-se pelo ministro Albuquerque Lima. Deste modo, o principal articulador da Frente Ampla, Lacerda, passa de uma situação em que era considerado como possível integrante do esquema político de Costa e Silva (divulgou-se, inclusive, que Lacerda chefiaria a delegação brasileira junto à ONU) ⁽²⁵⁾ para a de um elemento desvinculado inclusive das tendências dos "duros", especialmente após seu apoio ao jornalista Hélio Fernandes. Tendo escrito artigos sobre Castelo Branco, logo após a morte do ex-Presidente, este jornalista foi confinado em Fernando de Noronha: Lacerda considerou o confinamento "politicamente uma estupidez e uma imoralidade que envergonha o País" ⁽²⁶⁾. É a partir daí que o movimento liderado por Lacerda perde o espaço político que ocupava inicialmente, bem como deixa de contar com todos os expoentes políticos que tentara reunir, como Jânio Quadros. A Frente Ampla acabará por limitar-se à divulgação de seu manifesto de constituição e à atividade política personalista e isolada de

seu criador: "Ninguém, nem militar nem paisano, nem mulher nem homem, nem velho nem moço, pode dizer que está satisfeito por viver num país em que a pretexto de evitar o comunismo se faz a proliferação da estupidez; e para combater a alegada corrupção de alguns se converte a corrupção em instituição permanente e inatacável, protegida pela força, pela falsa Constituição (...) Por isso, afirmo que o regime vigente é o regime que institucionalizou a coação e a corrupção, transformando-as em base da nacionalidade (...) Nosso país está transformado numa nação de opereta, com um general fazendo o papel de ditador bonachão(...) Na medida em que ajudei esses aventureiros a tomarem o poder, tenho o dever de mobilizar o povo para corrigir esse erro do qual, com a melhor das intenções, participei" (27). Contudo, se politicamente a Frente Ampla começa a esgotar-se a partir de um acontecimento como o confinamento de um crítico violento de Castelo Branco é que, na verdade, representava a mobilização de certas forças sociais que também entram em declínio. Talvez de modo difuso, a Frente Ampla pretendia falar em nome de uma burguesia nacional ao propugnar uma política econômica independente da ajuda externa, que deveria nortear-se pela justiça social: deste modo, acena também com a "representação" política das classes trabalhadoras. O fechamento da Frente Ampla em abril de 1968, logo após a morte do estudante Edson Luís em uma manifestação estudantil reprimida pela polícia da Guanabara, será apenas a confirmação do isolamento paulatino a que foi relegado aquele movimento político.

2 - A centralização militar do poder

A ampla mobilização popular decorrente da morte do estudante na Guanabara teve um efeito de dupla dimensão no processo político desta segunda etapa (abril/68 - dezembro/68): um redimensionamento da luta política de estudantes, operários, etc., quanto aos objetivos e organização ao mesmo tempo em que se acentuam a repressão policial-militar (especialmente às manifestações de rua) e a centralização dos comandos das forças regionais e auxiliares nos altos escalões das Forças Armadas.

Na verdade, a repressão ao movimento estudantil evidencia a existência de inúmeras facetas no processo de centralização do poder. A primeira relaciona-se com a existência de uma "Frente civilista" que se propunha fornecer uma alternativa de apoio político ao governo Costa e Silva, que se traduziria na possibilidade de alguma mobilização popular através de líderes políticos expressivos (como Faria Lima, prefeito de São Paulo) e na resistência em abrir mão das decisões sobre o aparelho repressivo estadual (é o caso específico de Abreu Sodré, governador de São Paulo). No último caso, o governador paulista garantia a realização de passeatas quando estas já haviam sido proibidas oficialmente pelo Ministério da Justiça e oficiosamente pela Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional. Mesmo contra pressões e advertências dos órgãos de segurança, Sodré permite a realização de uma manifestação operário-estudantil na Praça da Sé, em 1º de Maio. Ainda após esta manifestação, da qual

foram expulsos o governador e comitiva (e substituídos no palan que oficial pela liderança operária e estudantil) a repressão em São Paulo continua sendo acentuadamente menos intensa que nos ou tros grandes centros. Na verdade, a articulação da (ã falta de melhor termo) "Frente Civilista" torna evidente o processo de centralização militar do poder, na medida mesma em que se confi gura como uma tentativa de impedir seu pleno desenvolvimento, a través da mobilização política de alguns dos principais governa dores.

A composição desta "Frente Civilista", formada pelos go vernadores Sodré e Viana Filho e pelo prefeito Faria Lima, sur ge como uma possibilidade de articulação de apoio político não propriamente ao Presidente, mas a um determinado programa. É pos sível inclusive que a "Frente Civilista" mantivesse vínculos es treitos com a Escola Superior de Guerra que, ao contrário do go verno anterior, não fazia parte da sustentação política de Cos- ta e Silva. Não é possível reconstruir uma plataforma que te ria orientado esse movimento, pois a defesa de algumas posições se modifica segundo certas conjunturas políticas. Ainda, certas posições são assumidas individualmente. Faria Lima, por exem- plo, manteve uma constante crítica à repressão policial dos mo vimentos estudantil e operário, mesmo na etapa anterior ⁽²⁸⁾, as sim como defendeu as eleições diretas (em todos os níveis) e a revisão das punições políticas, chegando inclusive a iniciar a articulação de sua candidatura ao governo de São Paulo ⁽²⁹⁾. So dré, após advogar a sucessão de Costa e Silva por um Civil ⁽³⁰⁾, defende a necessidade de mobilizar politicamente o eleitorado a través de uma "boa administração", tornando secundária a questão

do tipo de eleição (direta ou indireta) e de sucessor presidencial (civil ou militar) ⁽³¹⁾. Os esforços destes dois políticos são adicionados aos de Luís Viana Filho, governador da Bahia e ex-ministro da Casa Civil do governo Castelo Branco. O governador baiano pretendeu organizar um movimento de "pacificação nacional", cujo ponto básico seria o reconhecimento da Revolução como fato histórico-político irreversível ⁽³²⁾.

A segunda faceta do processo de centralização do poder ao nível militar diz respeito ao papel e função política do Conselho de Segurança Nacional, especialmente sua Secretaria Geral. A chefia deste órgão era ocupada pelo Ministro-Chefe da Casa Militar General Jaime Portela, a quem foram atribuídas as primeiras ordens de repressão militar às manifestações de rua ⁽³³⁾. Havendo tramitado no Legislativo em fevereiro e março de 1968, o projeto governamental que ampliava as funções da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional é regulamentado pelo Presidente em outubro, quando a repressão e o processo de centralização que examinamos se encontravam num ponto alto. O novo regulamento subordina à Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional praticamente todo o planejamento governamental, na medida em que a política de segurança nacional - definida sobre um conceito estratégico nacional - condiciona todas as atividades políticas e administrativas do governo ⁽³⁴⁾. A Secretaria Geral é organizada em sub-chefias especializadas no tratamento de questões centrais da segurança nacional: Assuntos Políticos, Assuntos Econômicos, Assuntos Psicossociais, e, por último, de Mobilização e Assuntos Militares. Assim, à primeira sub-chefia cabe a análise dos fatores de política interna e externa ligados à seguran

ça nacional, a indicação de áreas de segurança, a negociação de fronteiras, etc; à segunda, o desenvolvimento econômico em geral e as políticas setoriais (transportes, energia, mineração, telecomunicações, etc.); à terceira, os aspectos da segurança relacionados à educação, ideologia, arte, ciência, sindicalismo, migrações, opinião pública, imprensa, religião, etc; finalmente, à sub-chefia de Mobilização e Assuntos Militares cabe a coordenação das informações relacionadas ao funcionamento da Secretaria Geral e das ligações deste órgão com o Serviço Nacional de Informações, Estado Maior das Forças Armadas, Ministérios Militares e de Relações Exteriores ⁽³⁵⁾. A propósito desta nova regulamentação, o jornal O Estado de São Paulo, em editorial intitulado "Por que ditadura?", considera que "as coisas foram previstas para que nada, absolutamente nada, possa processar-se no País à margem da vigilância estreita dos elementos da esdrúxula Secretaria do Conselho de Segurança. Assim, nas áreas indispensáveis à segurança nacional, caber-lhe-á tudo o que diga respeito à concessão de terras, venda de terras a estrangeiros, abertura de vias de transporte e instalação de meios de comunicação, construção de pontes, estradas internacionais e campos de pouso; e ainda o estabelecimento ou exploração de indústrias que interessem à segurança nacional (...) Pergunta o sr. marechal Costa e Silva: por que ditadura? Por tudo isso, sr. presidente da República! Pela intromissão do chefe do Executivo em todos os setores da vida nacional através desse novo instrumento forjado pela própria Presidência! (...) O secretário geral do Superministério da Segurança Nacional é o chefe do Gabinete Militar da Presidência da República e todas as subchefias, segundo determina o regulamento ora aprovado, serão exercidas obrigatoriamente

te por oficiais com posto equivalente a coronel e possuidores, no mínimo, do Curso de Comando e Estado-Maior. A bom entendimento..." (36) Na verdade, essa situação criada pela nova regulamentação da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, significa a operacionalização - nos mais diversos níveis - do poder político que se transferira para o âmbito do aparelho militar e que agora se centraliza nestes dois órgãos, não na Presidência da República. Esta situação torna-se mais clara com a sucessão de Costa e Silva, quando a Presidência se configura numa "representação" destes fenômenos que continuaremos examinando.

A terceira faceta - ou terceiro aspecto - deste processo de centralização é a "federalização das forças regionais", isto é, a integração - pela subordinação funcional e organizacional, e, por isso, política - das forças militares estaduais ao comando militar federal. Isto ocorre, em primeiro lugar, através da regulamentação (cujo planejamento se dá em fins de 1968) segundo a qual os comandos das polícias militares deveriam ser exercidos por oficiais do Exército e, em segundo lugar, por legislação que torna privativo a oficiais do Exército o exercício das secretarias estaduais de segurança. Desta forma, tanto o comando das forças estaduais quanto o tratamento das questões de segurança nos Estados ficam submetidos aos comandos centralizados das Forças Armadas. Acrescente-se que se cria também um órgão federal, subordinado ao Estado Maior das Forças Armadas, que centraliza o controle das Polícias Militares, a Inspeção Geral das Polícias Militares. Disso decorrem as séries de operações conjuntas (Marinha, Exército, Aeronáutica, Polícia Militar, Polícia Federal, etc.) visando à repressão das passeatas e que

se acentuam especialmente a partir de abril, após a morte do estudante Edson Luis, no Rio.

O exame do quarto e último aspecto da centralização do poder ao nível militar - a configuração do "Sistema" em decorrência da vitória política dos generais sobre os capitães e coronéis - remete-nos para o último período do gov. Costa e Silva. Antes, porém, devemos analisar outras características desta segunda etapa. Como vimos, esta etapa se segue à superação das novas alianças que deveriam sustentar politicamente o segundo go-verno revolucionário. No início de abril, ao decretar o fecha-mento da Frente Ampla, Gama e Silva (Ministro da Justiça) afir-ma que o governo deverá "baixar os atos normativos que conside
rar indispensáveis, dentro ou fora da lei, para preservar o pro
cesso revolucionário (...) e caminhar para a implantação de uma verdadeira democracia" (37), o que aponta - embora de forma ge-nérica - para a predisposição governamental a alterar, se neces-sário, o precário quadro institucional. As violências policiais praticadas nas repressões que se seguem à primeira morte de um estudante, em abril, contribuem para a mudança do caráter da lu
oposicionista. De fato, a partir de acontecimentos da área uni
versitária, e tendo o movimento estudantil como uma espécie de vanguarda, a luta contra o regime ganha intensidade ao ultrapas-sar os limites das reivindicações tão somente acadêmicas, ganhan
do as ruas e articulando movimentos que até então mantinham seu caráter setorial. A existência de uma nova orientação política fica clara - ao menos quanto ao movimento estudantil - pelas i
númeras manifestações de solidariedade a grevistas operários, es
pecialmente nas greves de Contagem e Osasco, assim como na par-

participação de estudantes e operários nas mesmas assembléias e, finalmente, pela participação conjunta em alguns movimentos políticos.

Uma das características do movimento estudantil nesta etapa é o estabelecimento de uma luta que visava o reconhecimento oficial de suas entidades (União Nacional dos Estudantes, União Estadual de Estudantes - em diversos Estados -, UME - União Metropolitana de Estudantes) como interlocutores únicas e válidas com o governo, o qual chegou a promover encontros (fracassados) das lideranças estudantis com o Ministro da Educação e com o próprio Presidente. Neste sentido, e em função da divisão política que também o atingia, o movimento estudantil realiza vários congressos clandestinos da UNE, apoiado pelo aberto envolvimento de outros setores, como o clero católico. Esse apoio ao movimento estudantil se traduziu tanto na acolhida de congressistas em recintos eclesiásticos quanto pela adoção de reivindicações caras aos estudantes, exemplificada pelas sugestões do Conselho Universitário da PUC de Minas Gerais (presidido por D. Serafim Fernandes) ao governo federal: a) adoção de uma política de tolerância para com o movimento estudantil; b) garantia de livre manifestação do pensamento e do exercício do direito de reunião dos estudantes; c) que se evitem as prisões de estudantes; d) que o governo federal melhore a qualidade do ensino superior (38).

Na verdade, é em função do movimento estudantil que se expressam as principais correntes oposicionistas. De outro lado, como já dissemos no início desta seção, é também com relação ao movimento estudantil que se desnudam e se esclarecem al-

guns processos militares de centralização do poder. A invasão da Universidade de Brasília por tropas do Exército, quando ocorreram inúmeras prisões e se cometeram vários tipos de violência contra estudantes e parlamentares, é não apenas um exemplo privilegiado mas um acontecimento importante por situar-se na confluência das tendências acima apontadas. A invasão se dá num momento em que o governo sofria claras pressões de setores "duros" no sentido de alterar o quadro institucional pelo seu "endurecimento": em junho, a pedido do reitor Caio Benjamin Dias forças policiais ocuparam a Universidade de Brasília e os estudantes se refugiaram nas dependências da Câmara Federal, onde se realizava um congresso de parlamentares da América Latina. Em fins de agosto, tropas militares invadem a Universidade e Costa e Silva designa Garrastazu Medici, chefe do SNI, para presidir as sindicâncias sobre as violências policiais ocorridas durante a última invasão. O relatório do general Medici não incrimina os comandantes militares da invasão da Universidade de Brasília e sua posição, enquanto chefe do SNI, ganha relevo e nova dimensão em relação aos principais setores militares que examinamos até aqui. E veremos, na análise da próxima etapa, que a definição da sucessão de Costa e Silva por Medici ocorrerá em nome da coesão das Forças Armadas; as investigações sobre a invasão da Universidade de Brasília apenas apontam para uma força emergente no quadro político-militar - o setor especificamente repressivo - cujas vozes mais autorizadas passam a localizar-se no SNI (39).

Neste contexto, o deputado Márcio Moreira Alves pronuncia um discurso sobre a atuação das Forças Armadas na repressão aos movimentos de oposição; pressionado por um grande número de

oficiais, o governo solicita e não consegue licença (da Câmara, após procedimento jurídico definido pelo Supremo Tribunal Federal) para processar o deputado. A edição de novo Ato Institucional (AI-5) e o fechamento do Congresso culminam um processo político em que, do ponto de Vista das relações do Executivo com o Legislativo, nem mesmo os setores governistas na Câmara e no Senado estavam sob pleno controle. De fato, não apenas na votação do "caso Márcio Moreira Alves" um número expressivo de arenistas se colocou contra a orientação governamental, (houve mesmo um movimento para que deputados arenistas abandonassem as comissões técnicas em represália à liderança governista, que afastara nove parlamentares da Comissão de Justiça que haviam se manifestado contra a licença), mas também em várias outras atividades nas Comissões Parlamentares de Inquérito e na votação de projetos (alguns de autoria do governo) aos quais o Executivo atribuía grande importância. É o caso específico daquele que possibilitava ao Executivo o estabelecimento de orçamentos econômicos pluri-anuais, que vinha desde a etapa anterior e que só terá solução por uma legislação acentada no Ato 5. (janeiro de 1969). Quanto as CPIs, elas foram talvez o principal instrumento de luta do Legislativo para preservar o controle sobre certas áreas de decisão. Por outro lado, o Congresso é o palco privilegiado de expressão dos conflitos sociais, o que, por sua vez, é um elemento agravante na suas relações com o Executivo. As pressões canalizadas pelos diversos setores oposicionistas se cristalizaram na organização (já referida) de várias CPIs, como as que investigaram as violências policiais, a evasão de cientistas, ocupação da Amazônia, etc. (40). Mas a liderança arenista, através do Presidente da Câmara, José Bonifácio, não per

mite a composição de CPI para funcionamento externo àquela Casa, negando assim a constituição de uma que observaria os trabalhos da Conferência dos Exércitos Americanos, no Rio (41).

Já apontamos o envolvimento político do clero ao lado das forças sociais de oposição ao regime. Assim como o movimento estudantil, a Igreja também conhece uma radicalização de seus setores e uma grande movimentação de seus grupos de direita. É o caso da TFP - Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade que denuncia sistematicamente a politização do clero, a "secularização" da Igreja e a renovação teológica. Não se conhece praticamente as características desta organização, a não ser por seus aspectos exteriores; de fato, pouca coisa - apenas trabalhos jornalísticos - se escreveu sobre a TFP. Contudo, nesta etapa parece que ela adotou (ou incrementou) aspectos para-militares, após ganhar destaque com o desfile "medieval" de seus adeptos em busca de assinaturas de populares contra a "infiltração comunista no clero". No caso do movimento estudantil, surgem algumas organizações - formalmente compostas por estudantes - identificadas com a Revolução e que se propunham enfrentar a UNE, UEE, etc. Citamos apenas o exemplo da Vanguarda Revolucionária, que surge na Faculdade de Direito do Largo São Francisco como um movimento anti-comunista e Revolucionário: "Somos revolucionários e com isso queremos dizer que tendo cerrado fileiras em 1964 para o advento de uma Revolução Democrática, malgrado reconhecendo os inúmeros erros em que incorreu o Movimento de 31 de Março, em especial no campo da educação, que mais diretamente nos diz respeito, nem por isso voltamos agora nossas costas a essa Revolução e nos transformamos num

bando de anarquistas a agitar a vida ordeira e pacífica do povo de São Paulo e do Brasil em arruaças e depredações inconsequentes, em "tomadas de faculdades" e em guerrilhas urbanas sem nenhum resultado sadio, as quais já começam a produzir as primeiras vítimas" (42).

As divisões no meio universitário explodem em outubro nas lutas de rua entre estudantes da Universidade Mackenzie e da Filosofia da USP; e o governador Sodrê demonstra ter perdido o controle sobre as decisões ligadas à segurança ao promover a prisão de cerca de 720 estudantes que participavam de um congresso da UNE em Ibiúna. Ao nível do próprio governo, no entanto, as críticas do Ministro do Interior - Albuquerque Lima - à ineficiência administrativa e à participação política do clero, bem como o envolvimento daquele militar na definição da sucessão de Costa e Silva expressam uma Crise sob a qual se esconde uma luta entre setores hierárquicos e políticos das Forças Armadas, especialmente do Exército. Albuquerque Lima havia redimensionado sua atuação política na tentativa de consolidar uma liderança política: seus pronunciamentos - frequentes nesta conjuntura - reforçam a idéia da irreversibilidade da Revolução, da retomada dos objetivos não atingidos por esse movimento e da necessidade de repressão especialmente ao clero: "É um contra-senso - pensar-se que a Revolução está estagnada. Ela prosseguirá, dez anos se necessário, ou tantos quantos o forem, para implantar as reformas necessárias, sejam culturais, econômicas, agrícolas ou políticas (...). Nós não seremos demasiado fracos em entregar o poder aos que foram desalojados em março de 1964" (43). Sobre a retomada dos objetivos revolucionários: "apesar de não haver

atingido, a curto prazo, os objetivos a que se propôs, a Revolução de Março há de ser preservada em sua continuidade, mantida no tempo e no espaço, prosseguindo ao longo de dilatado período e atingindo, com sua mensagem e sua atenção, todos os recantos do território nacional, para realizar tudo aquilo que ainda não soube, ou, simplesmente, ainda não teve coragem de fazer" (44). O Ministro do Interior combate todos os setores que "insistem em transmitir à opinião pública numa proposital concepção distorcida de nós, militares, emprestando-nos injustamente qualidades de prepotentes e irrascíveis (...). A Igreja está-se prestando a isso, porque está dividida. Padres e freiras andam pela rua sem batina ou sem hábito como plaiboizinhos legítimos e tantam inocular nas mentes jovens pretensos conhecimentos de educação sexual (...). É preciso de uma vez por todas que compreendam os comunistas, os padres e os bispos da esquerda festiva, os que se intitulam de estudantes e que fazem o jogo de poderosos grupos econômicos, todos, enfim, que não querem a nova ordem que se tenta impor pela Revolução (as Forças Armadas) jamais permitirão a volta ao passado ou o estabelecimento de um regime antidemocrático, de esquerda ou de direita. Hão, sim, de conduzir o país ao seu grande destino (...) livre, mas com responsabilidades definidas sem licenciosidade, dentro dos princípios da moral e da razão" (45). As relações do governo com a Igreja eram críticas na ocasião destes pronunciamentos, com prisão de sacerdotes e o não comparecimento dos arcebispos de São Paulo e Belo Horizonte a homenagens que seriam prestadas a Costa e Silva naquelas capitais, além da ocorrência de atentados à residência de D. Helder Câmara (46).

Na verdade, o conflito entre Igreja e governo era não apenas político, mas assumia um caráter claramente ideológico, no interior do qual o general Albuquerque Lima procurou capitalizar as tensões - nas Forças Armadas - para o reforço de sua liderança militar. O Ministro do Interior dedicara boa atenção à polêmica com setores do clero, como as respostas às críticas de D. Fragoso à atuação de seu ministério no Nordeste: o bispo é qualificado como "grande polemista da miséria" e "suscitador de problemas sociais" e seu trabalho definido como "pastoreio da miséria" (47). Na mesma ocasião, a CNBB divulga um trabalho ("A doutrina da segurança nacional à luz da doutrina da Igreja") que analisa o pensamento político da Revolução; ao lado de outros documentos e pronunciamentos das principais lideranças, a Igreja define sua visão do momento político: "nossa atitude, dentro da missão da Igreja, é de serviço e solidariedade e comunhão com o sofrimento e as aspirações do povo, e de estímulo aos esforços que vem sendo realizados pelo progresso de nosso país (...) Não concordamos com o desrespeito aos direitos fundamentais do homem, principalmente ao direito de livre expressão e reunião, ao direito de justa remuneração e de defesa. Apelamos para a solidariedade e capacidade criadora de todo nosso povo, quer governantes quer governados, certos de que podem encontrar soluções originais para o nosso desenvolvimento" (48).

Como veremos adiante, a Igreja será um dos setores mais diretamente atingidos pela configuração plena do processo que examinamos até aqui.

3 - A definição do 'Sistema'

O processo de centralização militar do poder atinge seu ponto decisivo após a edição do Ato Institucional nº 5 (que dá início à última etapa do governo Costa e Silva). As prerrogativas do Executivo, definidas por este estatuto, colocam nas mãos do Presidente um amplo campo de decisões: com a finalidade expressa de garantir a continuidade da Revolução - o mais significativo é que o AI-5 não tem prazo de extinção - permite ao Executivo a decretação do Estado de Sítio, do recesso do Congresso, da intervenção nos Estados, da suspensão de direitos políticos e cassação de mandatos; o AI-5 - mais significativamente - elimina o estatuto do habeas corpus para os crimes definidos como ligados à segurança nacional. Na verdade, a Constituição de 67 fica subordinada ao poder definido por esse Ato que, para muitos casos, pode ser aplicado "sem as limitações previstas na Constituição".

A edição do AI-5 sugere, para os analistas políticos, uma referência obrigatória a um conjunto de procedimentos, órgãos, instituições e funções militares que seriam os responsáveis pela definição dos aspectos mais relevantes do processo político pós-64. Embora existam diferenças conceituais, é comum uma noção entre estes analistas: a de que esse conjunto informal - o 'Sistema' - resulta do movimento militar que derrubou o governo constitucional de Goulart e que, 'desde então', decide sobre os passos mais importantes da Revolução. Em outras pala-

bras, o Sistema - fruto da Revolução - caracteriza-se como uma espécie de comitê político das Forças Armadas no processo político, a partir de abril de 64.

Ainda, é mais ou menos comum atribuir-se ao Sistema um caráter de homogeneidade política que, a nosso ver, precisa ser melhor definido. Como podemos depreender da análise que fizemos até aqui, é pouco provável que qualquer composição política comportasse aquele caráter de homogeneidade e, menos razoável - ainda, que todo o processo político - desde abril de 1964 - tivesse resultado da ação definidora de um sistema. Na verdade, o Sistema - à falta de melhor termo - configura-se tão somente a partir de dezembro de 1968, quando os altos escalões das Forças Armadas - após haverem "enquadrado" burocraticamente as manifestações políticas de inconformismo dos escalões intermediários - criam um sistema de consultas e canalização de pressões e tomam a palavra em nome da organização militar, determinando a segurança como ponto central da política nacional e ponto de apoio da presença política dos militares. Assim, compreende-se que o Serviço Nacional de Informações - o órgão de segurança 'por excelência' - tenha assumido papel preponderante no conjunto dos demais organismos militares, definindo inclusive os "presidenciais", além de a sua posse (controle, melhor dizendo) se constituir num elemento estratégico na definição militar do poder.

Dois fatores advindos das etapas anteriores encontram solução no final do governo Costa e Silva e contribuem decididamente para a composição do Sistema: as tensões políticas entre escalões diversos (especialmente no Exército) e a sucessão presidencial.

O primeiro fator pode ser enunciado como uma luta "estamental" entre altos escalões e setores intermediários, no qual sobressai a atuação política da Vila Militar (Rio) e da ESAO - Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Talvez mais do que uma luta estamental, estejamos perante a definição de uma tensão política que perdurou nas Forças Armadas especialmente no período do pós-guerra: chefia e liderança. De fato, a chefia deriva de um estatuto que coloca o oficial no exercício de um cargo que lhe garantirá a obediência dos subordinados em razão dos pontos básicos da organização militar: disciplina e hierarquia. Ainda que a disciplina seja impositiva, que não envolva qualquer caráter de adesão individual às normas tais como são interpretadas, e levadas à prática pela chefia, resta sempre um espaço a ser preenchido por uma liderança: em certos casos, liderança e chefia podem ser desempenhadas pela mesma pessoa, o que talvez se configure menos frequente e pouco provável. A história recente tem conhecido casos de líderes desprovidos de chefia, embora seja bem menos expressivo o número de chefes que conseguiram estabelecer uma liderança que resistisse ao não-exercício das funções de chefia: Estillac Leal, Lott e - na época que estamos examinando Albuquerque Lima tipificam os fenômenos a que nos referimos rapidamente nesta seção. Sua liderança ultrapassa os limites definidos pelo exercício da chefia, ainda que esta signifique as funções mais altas na hierarquia militar ⁽⁴⁹⁾. E, no caso de Albuquerque Lima, a liderança política no meio militar não pode ser atribuída a uma chefia (tal como a temos tratado aqui), mas a posições defendidas na administração federal através do Ministério do Interior, e de um modo geral atribuídas à "jovem oficialidade".

No início de novembro de 1968 os capitães-alunos da ESAO divulgam um documento que expõe a sua visão de uma problemática geral do Exército. Destacamos alguns de seus pontos: inicialmente, os capitães combatem a formação de "fidelidades" em relação a oficiais superiores - "julgamos que é natural a formação de equipes de trabalho, mas sempre subordinadas ao fato de que o soldado serve ao Exército, e não ao homem" (50). A este fator estaria ligada a falta de motivação vocacional e material - para a carreira militar; de outro lado, permanecem inúmeros problemas "crônicos" de organização, para cuja solução os capitães propõem uma mudança na operacionalidade ("instrução adequada" e "reaparelhamento material") e a eliminação de despesas de unidades administrativas já desgastadas: "Esta operacionalidade deve ser conseguida em termos brasileiros e realísticos, quer no aspecto material, quer no de segurança, adaptando-a ao conceito nacional e suas necessidades estratégicas". Os capitães abordam também a questão do ensino e do preparo profissional do militar, indicando uma ampla defasagem entre o estágio inicial (AMAN - Academia Militar de Agulhas Negras) e a ESAO: havendo diminuído a procura de alunos pelas vagas da AMAN, esta escola alterou seus critérios de admissão promovendo o ingresso sem concurso de alunos melhor classificados no último ano das escolas secundárias, o "que trará, inevitavelmente ao longo da carreira, uma ausência de filosofia profissional somada a outros erros que bem configuram o aviltamento do militar. Abrem-se desta forma, portas fáceis a elementos comunizados, como há pouco se verificou". Na ESAO, "é ponto pacífico que a maioria esmagadora dos oficiais que passam por esta Escola, julgam não ser atingida sua finalidade, ser deficiente e pouco objetiva sua instrução e que

a teorização dos assuntos leva a acreditar em sua inoportunidade (...) Enquanto o manual de ensino preconiza normas de instrução na Escola, os fatos cotidianos não comprovam sua aplicação (...) No Exército urge adaptar as condições de ensino às necessidades práticas, e ordená-lo numa sucessão de outros cursos de tal forma que se completem na formação profissional". O documento aborda alguns temas diretamente ligados à definição do poder nas Forças Armadas: "não se pode atribuir uma responsabilidade, que não é nossa na exigência contínua de coesão em torno dos chefes, para levarmos a termo obras revolucionárias, quando neles reside a possibilidade de provocar e conduzir mudanças que resolvem o problema". Os capitães referem-se também à infiltração comunista no movimento estudantil e ao envolvimento político dos sacerdotes que "se afastam da pregação do amor e da não violência e advogam a luta armada entre irmãos para conquistar o poder". Afirmam que o militar necessita de um ideal e da satisfação de suas necessidades materiais ("colocados diante de nossa realidade não temos nem uma coisa nem outra") e sugerem que, levando-se em conta a situação econômica do país, dever-se-ia estabelecer uma "economia de guerra" que lhes garantisse vencimentos "à altura das necessidades mínimas, pelo menos. Se para isso for preciso reduzir gastos inúteis, que se o faça. Pretendeu-se sustentar a segurança nacional com militares que, proletarizados, constituirão um fator de insegurança num paradoxo sempre cedentes".

As reações de Albuquerque Lima e Lira Tavares a esse documento evidenciam uma importante divisão política no interior do agrupamento militar. Enquanto que o Ministro do Exército pro

curou encaminhar burocraticamente a análise e as repercussões do documento dos capitães, numa tentativa de encampar as críticas e sugestões apresentando-as como preocupação antiga (e já em estudos) da alta oficialidade, o Ministro do Interior radicaliza tanto as posições políticas do documento quanto as sugestões de caráter econômico, preconizando a intensificação da reforma agrária (51). Resulta daí que o processo de centralização atinge a própria equipe ministerial e Albuquerque Lima se retira do Ministério do Interior, denunciando a situação política que "propicia e coonesta uma verdadeira escalada dos grupos econômicos poderosos, em detrimento mesmo das empresas nacionais, sobre as áreas de influência e decisão na formulação da política econômico-financeira do País. Essa escalada, além de trazer danosas consequências sócio-administrativas, em última análise compromete e nega a pureza dos princípios revolucionários, doravante irremediavelmente enredados em impenetrável teia de equívocos" (52).

Na verdade, Lira Tavares escolhera a via da chefia, à qual atribuía, em última instância, o direito e a oportunidade, de decidir sobre os problemas discutidos pelos capitães; Albuquerque Lima, por seu lado, procurara capitalizar para o reforço de sua liderança as insatisfações que ficaram evidentes no documento. A decisão - em nome da coesão - significa a predominância dos altos escalões sobre os intermediários, que haviam se manifestado contra inúmeras medidas governamentais - política e econômicas - durante todo o governo Costa e Silva. Ao lado dos capitães, os coronéis (especialmente os responsáveis por IPMs) tinham mantido uma relativa coesão política sobre os principais temas políticos do período. Deles partiram pressões contra o re

vigoramento do legislativo, contra o "amolecimento revolucionário" do governo e no sentido de uma luta decisiva contra as organizações de esquerda que se haviam encaminhado para a luta armada. Seu radicalismo era tão publicamente manifesto, que, mesmo após alguns grupos de esquerda haverem entrado na luta armada e clandestina, as ações mais diretas (assaltos a bancos, explosão de bombas, etc.) eram atribuídas tanto à esquerda quanto à direita. E alguns coronéis haviam sido punidos tanto por se articularem politicamente (convocando, inclusive, ministros para reuniões reservadas) quanto por se manifestarem sobre temas políticos, isto é, temas que eram afeitos aos altos escalões. A sucessão presidencial é o outro fator que encontra sua solução nesta terceira etapa e que também patenteia o funcionamento de um esquema corporativo de decisão entre os altos escalões das Forças Armadas. O afastamento de Costa e Silva do exercício da Presidência e a instituição de uma Junta Governativa, composta pelos três Ministros militares, revelam a existência de um processo de consultas entre os oficiais-generais das três Armas. São escassas as informações sobre essas consultas; de um modo geral, a imprensa se viu limitada a divulgar notícias oficiais sobre aquele processo. A nosso ver, contudo, há questões mais relevantes para o esclarecimento do caráter do "Sistema". E essas questões se revelam na escolha do General Medici para a sucessão de Costa e Silva.

De fato, o SNI - assim como a Secretaria Geral do CSN - ganhara um novo dimensionamento (entre os organismos estatais) na medida em que as Forças Armadas se envolviam diretamente na repressão aos movimentos esquerdistas, alguns dos quais atuando na clandestinidade. O General Medici havia dirigido o SNI du-

rante os dois primeiros anos do governo Costa e Silva, de onde saiu para comandar o III Exército, sediado em Porto Alegre. Em setembro de 1969, o impedimento de Costa e Silva coincidiu com o sequestro do embaixador americano no Brasil, Charles Elbrick, realizado por uma ação conjunta da Ação Libertadora Nacional (ALN) e Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Forçado às negociações, o governo - a Junta Governativa - liberta (mandando-os para o México) quinze presos políticos indicados pelos sequestradores, após divulgar as mensagens das duas organizações políticas (53).

A consulta a cerca de 240 oficiais-generais (e não a aproximadamente 13.000 oficiais intermediários) das três Armas (54) de certo modo elimina as possibilidades de uma revisão dos rumos até então definidos pela Revolução, pois o nome do General Albuquerque Lima contava com o apoio da "jovem oficialidade" e, no confronto com as possíveis plataformas dos "presidenciáveis", seu programa de governo talvez representasse uma inovação significativa. A escolha do Alto Comando das Forças Armadas se realizou sobre uma lista elaborada pelo Alto Comando do Exército, da qual constavam Medici, Orlando Geisel e Murici, to dos generais-de-exército (55). A escolha de Medici foi sustentada por Orlando Geisel na reunião do Alto Comando das Forças Ar madas (56), o que resultou em duas consequências imediatas: em primeiro lugar, o "grupo castelista" manteve - no governo seguinte - posições relevantes, como as de Orlando Geisel (Ministério do Exército) e Ernesto Geisel (presidência da Petrobrás); em segundo lugar, teve um caráter de uma imposição significativa dos altos escalões (que foram obrigados a negociar as suas

posições) em relação aos níveis intermediários, eliminando as possibilidades políticas de expressão dos jovens oficiais através do Gen. Albuquerque Lima (que, aliás, foi relegado a um ostracismo político). Desta forma, conseguiu-se a unidade através do reforço de uma política de repressão aos novos movimentos políticos; o grupo que sobe ao poder aparece sobretudo como uma alternativa a uma divisão tanto entre os altos escalões, como entre estes e a jovem oficialidade.

Propositalmente, deixamos para esta etapa (dezembro/68 a outubro/69) a abordagem da configuração do "Sistema", para a qual nos pareceu fundamental dedicar maior atenção às tensões inter-escalões, das quais os documentos dos capitães oferece um bom exemplo. Dissemos acima que aquelas tensões se decidem em nome da coesão das Forças Armadas, em função da qual também se definirá a sucessão presidencial. Na verdade, a coesão torna-se um valor político fundamental especialmente porque, na vitória dos generais sobre os escalões intermediários, ficou patente que esta coesão é frágil ou inexistente. Neste sentido, a Junta Militar (os três ministros militares) que assume o poder executivo com o impedimento de Costa e Silva decreta um ato institucional (nº 17) que prevê o afastamento temporário (transferência para a reserva) de oficiais que venham a atentar contra a coesão das Forças Armadas ⁽⁵⁷⁾. Esta extensão de controle sobre a própria organização militar tem algumas consequências muito significativas, que passamos agora a examinar.

Em primeiro lugar, o controle não assegura uma homogeneidade política dos escalões intermediários em relação aos altos oficiais, nem mesmo entre os altos escalões. Em outras pa-

lavras, "controle" tem o significado de dominação política, pa-
ra cuja manutenção a "expressão do dissenso" pode ser institu-
cionalmente punida (AI 17, já referido). Trata-se, portanto, da
definição dos escalões que deveriam expressar o poder: atengin-
do-se uma definição (pelos altos escalões) configura-se o Siste-
ma, sem, contudo, a implantação da homogeneidade política que
lhe é atribuída pelos analistas políticos ⁽⁵⁸⁾. A expressão cor-
porativa da unidade não exclui a divisão política, o que é ates-
tado pelos processos de sucessão de Costa e Silva e Medici.

Em segundo lugar, torna-se difusa a definição do poder
através do Sistema, na medida em que não se processa por insti-
tuições "regulares". Consequentemente, criam-se novas áreas de
não-controle, algumas envolvendo diretamente a atuação das For-
ças Armadas (como a ação conjunta das três Armas, polícias esta-
dual e federal, etc., configurada na Operação Bandeirante, em
São Paulo) na violação metódica dos princípios constitucionais,
que definem os direitos políticos do cidadão. De outro lado, o
envolvimento de militares em organizações para-militares (CCC -
Comando de Caça aos Comunistas) também evidencia a existência de
setores que escapam ao controle dos altos escalões. Como todos
estes aspectos se relacionam diretamente à política repressiva,
a violação constante dos direitos humanos passa a significar u-
ma ação organizada e dirigida pelas Forças Armadas como insti-
tuição, na medida em que as oposições a ela - e certamente há o-
posições, exemplificadas anteriormente por Bevilacqua e Mourão
Filho no STM - encontram pouca ou nenhuma expressão dentro e fo-
ra da organização militar. Neste final de governo, as ativida-
des do Esquadrão da Morte e a morte de um auxiliar de D. Helder

Câmara - padre Henrique - denunciavam a existência daquelas áreas que se tornaram praticamente infensas a qualquer controle por parte do Estado (59).

Em terceiro e último lugar, configura-se ao nível estadual o que chamamos provisoriamente - talvez se deva achar um melhor termo - de nova política dos governadores. Referimo-nos - por oposição à I República - à subordinação das políticas estaduais em relação ao poder centralizado ao nível federal. Segundo Fernando Pedreira, os governadores, "mesmo os melhores, são de fato mais fracos e mais carentes de substância que os interventores do Estado Novo, e isto por uma razão muito simples. O presidente da República é, ao mesmo tempo, chefe do Governo e chefe da Revolução. Os governadores representam o chefe do Governo; o chefe da Revolução é naturalmente representado pelos comandantes de Exércitos e de regiões; pelos militares, em uma palavra. Por mais corretos e disciplinados que sejam os chefes militares, por mais que se esforcem para não interferir e não fazer sombra, o fato é que esta realidade implícita do regime não escapa nem mesmo dos mais desatentos. Os governadores são meros agentes administrativos de um poder que eles não chefiam e nem sequer representam plenamente. A função essencial do aparelho do Estado, que é manter e garantir a ordem e a segurança internas, não está em suas mãos, não depende deles" (60). De um modo geral, poder-se-ia sistematizar a nova política dos governadores através dos seguintes parâmetros políticos:

- aos comandantes militares cabe a representação do poder que deriva da presença hegemônica das Forças Armadas no aparelho de Estado, assim como a realização da política predominan

temente não-partidária. Isto é, não há razões para que os comandantes militares - representantes do poder que não se define pelo "partido do poder" - se restrinjam à problemática arenista, pois sua ligação com o "poder central" tem um caráter imediato, implicando em: a) a presença e atuação política dos comandantes significam - de um modo geral - a presença e atuação política do "poder central" nos Estados, seja no tocante ao governo federal, seja com relação ao "sistema" (é bom notar que nem sempre coincide o governo federal com o sistema) (61); b) aos comandantes cabe a preservação da "ordem e segurança interna" sem que a sua ação seja limitada (de qualquer modo) pelos governadores estaduais;

- aos governadores cabe - tão somente - a gerência administrativa dos interesses econômicos e políticos do Estado (canalizados pelo poder central) e o exercício da política partidária, cada vez mais restrita à tentativa de mobilização popular pela divulgação dos feitos governamentais (62); ainda, cabe aos governadores a conciliação das diversas heranças políticas dos antigos partidos, remanescentes na ARENA. É mediata a natureza de seus vínculos com o poder central e com a tecnocracia, pois subordinam-se às orientações dos organismos de planejamento de âmbito federal. Sua influência na definição do poder e nos rumos do regime é insignificante, praticamente nula;

- as "tecnocracias estaduais" de um modo geral representam a extensão dos controles da "tecnocracia central" aos principais órgãos administrativos dos Estados. Assim como os governadores, estão submetidas às orientações dos órgãos federais de planejamento e seus titulares muitas vezes são membros dos

grupos de técnicos que ocupam as principais funções do setor. Esse parece ser o caso do "grupo Delfim", no governo Medici. De um modo geral, as tecnocracias estaduais executam uma política não-partidária, em que pesem os objetivos político-partidários, de sua ação administrativa, especialmente em função das eleições.

4 - Os discursos de Costa e Silva

Na primeira etapa de seu governo, o Presidente Costa e Silva dedica atenção especial a alguns temas sobre os quais se definiria uma "filosofia administrativa". Assim como em Castelo Branco, esses temas centrais - variáveis nas épocas de um mesmo governo - denotam a importância que lhes foi atribuída no conjunto das considerações políticas. Aqui, os temas fazem transparecer um esforço de mudança de estilo político em relação ao governo anterior, ainda que essa mudança devesse processar-se dentro da "unidades revolucionária".

O primeiro elemento da "filosofia administrativa" do governo Costa e Silva é fornecido por um humanismo social que "levará o governo a ter por objetivo essencial o homem individualmente, como pessoa, como sensibilidade, como expressão intelectual e moral, e não apenas como uma abstração ou elemento numérico do corpo social" (63). Ainda segundo este conceito, que o

rienta a realização da tarefa governamental ("Nenhum homem fez jamais um governo. Nenhum governo faz uma Nação. O que faz a Nação é o povo"), é necessária a busca da adequação entre os objetivos democráticos e as necessidades revolucionárias e, de outra parte, da conciliação entre desenvolvimento e combate à inflação. Tanto no plano político como no econômico o governo em questão pretende uma identidade diversa da do seu antecessor. Politicamente, já se teria ultrapassado a fase punitiva (ou de exceção) do processo revolucionário ⁽⁶⁴⁾, o qual, no entanto, deveria permanecer como garantia da ordem e da liberdade: "De quanto acabo de afirmar, deve-se concluir que o exercício da Democracia é, desde já, um dos postulados do meu governo (conciliando) as invencíveis exigências do convívio democrático e as severas necessidades da Revolução. Revolução que, havendo salvado o País da subversão, do despotismo e do caos, não podia, nem pode ser malbaratada, posta de lado, como traste desgastado e envelhecido antes do tempo". Em outras palavras, caberia ao segundo governo revolucionário "manter o país entregue ao seu destino democrático e, ao mesmo tempo, resguardar e defender, denotadamente, todo o acervo das conquistas revolucionárias, evitando que tenhamos de enfrentar os mesmos riscos de 1964" ⁽⁶⁵⁾.

No plano econômico, o humanismo social significa uma ênfase maior na promoção do desenvolvimento e uma dedicação adequada à questão da inflação: "Tudo aquilo que se puder fazer, desenvolvendo o País sem agravamento da inflação, nós faremos. Mudou um pouco a ordem dos fatores - digamos assim. Ao invés de prioritariamente combatermos a inflação, nós, prioritariamente, teremos que desenvolver o país, contendo a inflação" ⁽⁶⁶⁾.

O segundo elemento da "filosofia administrativa" diz respeito ao caráter integrativo dos interesses de diversos setores da sociedade com os interesses do Estado no tocante ao desenvolvimento econômico e ao regime político. Essa integração deveria processar-se em três níveis complementares: no primeiro nível, estabelece-se a complementaridade dos interesses entre capital e trabalho, devendo ambos representar-se perante o Estado (segundo nível) através de associações imunes à pregação dos "agentes das lutas de classes": "quero as representações de classes livres, autênticas, fortes, na dinâmica do processo democrático, mas urge, ainda em seu próprio benefício, defendê-las do assalto permanente dos agentes da luta de classes, que nelas se infiltram com o fito de transformá-las em instrumento dócil a serviço dos extremistas (...) Em uma palavra, não quer o governo usar os sindicatos, mas é seu dever impedir que eles sejam usados pelos que pretendem a destruição do regime democrático" - (67). Esses dois primeiros níveis relacionam-se necessariamente através do Estado, na medida em que o Estado encaminha o atendimento de "interesses de classes que aparentemente se opõem: o empresário, de um lado, e os empregados, do outro" (68), através de entidades representativas (sindicatos) acopladas estruturalmente ao Estado. Mais do que interesses complementares, as classes sociais teriam - no governo Costa e Silva - iguais responsabilidades no tocante aos custos sociais do desenvolvimento econômico: "É chegado o momento de uma equitativa divisão de sacrificios em benefício geral do País; o povo - a grande massa de pobres - vem suportando carga superior às suas forças; impõe-se que parte deste peso mude de membros e recaia em compleições - mais aptas a suportá-lo. É imperioso que todos assumam parte

dos ônus gerais da Nação, por forma que os pobres emergjam das condições subumanas em que ora estão mergulhados e venham, por fim, a ter menos doenças, mais casas de moradia, mais escolas, algum conforto"⁽⁶⁹⁾. Uma atenção especial é dedicada à situação das classes médias, "porque houve uma descapitalização também do homem médio, a quem estamos vivamente empenhados em dar melhores condições de vida". Sobre isso o Presidente dá o seu próprio testemunho pessoal: "... a classe média no Brasil não é rica, mas muito pobre - eu que o diga como marechal, passando - muito mal com os meus vencimentos"⁽⁷⁰⁾.

O terceiro nível da integração Estado/classes/sindicatos diz respeito às relações entre o governo e o povo, mais especialmente a juventude. Já na sua primeira fala como Presidente, Costa e Silva diz cumprir o primeiro dever para com o povo, ao submeter-lhe seus "intuitos e as diretrizes formuladas para transferí-las à esfera da realidade, aos processos de ação de que pretendo valer-me, a fim de alcançar esse objetivo"⁽⁷¹⁾. Na verdade, Costa e Silva pretende que "essa conciliação - até devíamos tirar a expressão 'conciliação', esse entendimento perfeito entre o governo e as classes trabalhadoras e estudantis, existirá no meu governo por obrigação e não por favor. Porque é até desprimoroso se pensar que possa haver "desconciliação", que possa haver atritos, quando o governo tem que trabalhar e deve trabalhar para que essas duas classes prosperem e vivam em condições de ajudar o País". Ao governo cabe ainda uma disposição de dar o "bom exemplo" em relação aos estudantes: "Então, cabe a nós, do governo, que já estamos mais experimentados, mais vividos e mais maduros, compreender muitas irreverências dos jo

vens e encaminhá-los com paciência, com dignidade principalmente, para o bom caminho" (72).

No entanto, o governo espera dos estudantes uma espécie de voto de confiança, pois está empenhado na solução dos urgentes problemas educacionais: "devem reconhecer (os estudantes) que estamos empenhados em resolver o problema da Educação (...) mas não podemos ser intimidados. Não podemos ser pressionados, - porque nós sabemos o que estamos fazendo e não podemos aceitar desafios, quando estamos seriamente empenhados em resolver os problemas" (73).

O último elemento da "filosofia administrativa" do governo Costa e Silva baseia-se nas relações entre ordem e liberdade, questão que recebe um duplo tratamento: em primeiro lugar, as restrições à liberdade (impostas pelas necessidades revolucionárias) "não comprometem, aliás, nenhuma liberdade fundamental", mesmo porque "intelectuais, escritores, artistas, jornalistas, estudantes clamam, proclamam e reclamam, todavia, cada qual escreve, diz e brada o que entende, sem nenhuma interferência do governo" (74). Em segundo lugar, é impossível a vida em sociedade sem a preservação da ordem, pois "a ordem é um dos pressupostos da democracia". Contudo, segundo Costa e Silva, os direitos tem sido colocados em posição primordial em relação aos deveres, numa tentativa (em termos imediatos) de indispor a juventude contra o governo: "A consequência de tal situação é a necessidade de optarmos entre anarquia e autoridade. O regime democrático tem de ser conciliado com essa opção, para que possa ele próprio sobreviver. Nem existe nenhuma incompatibilidade entre os ideais democráticos e a autoridade em que deve es

tar investido qualquer governo digno desse nome" (75). E o Presidente faz uma advertência muito ao estilo do tratamento que te mos visto nesta primeira etapa: "Desejo alertar-vos - meus jovens patrícios - para que não vos deixeis iludir, para que não vos deixeis transformar em instrumentos, mais ou menos dóceis, daqueles que se insinuem como os únicos homens de bem, os únicos patriotas, os únicos senhores da verdade de todas as verdades" (76).

O encerramento da experiência política da Frente Ampla e o acirramento da oposição ao regime, cristalizada especialmente pelo movimento estudantil (como vimos, ocorre paralelamente, um conjunto de fenômenos políticos ao nível especificamente militar, como as pressões da jovem oficialidade por um "endurecimento" na repressão ao movimento estudantil) não apenas indicam a configuração de uma nova etapa política (que se estende até a edição do AI-5) como também sugerem algumas das questões principais dos discursos políticos de Costa e Silva.

Talvez o tema central desta segunda etapa seja fornecido pela idéia de que a Revolução continua. Não se trata exatamente da "irreversibilidade da Revolução" que aparece em Castelo Branco; neste, o não-retorno esteve cada vez mais ligado à idéia da coesão das Forças Armadas. Em Costa e Silva, a Revolução permaneceria como resultado da presença das Forças Armadas que estabeleceram uma nova ordem, "ordem que elas nos asseguram, para que tenhamos progresso. O panorama universal demonstra

mais que qualquer palavra ou discurso que o Brasil goza de uma situação privilegiada, graças à dedicação, à lealdade, ao sofrimento e à abnegação de nossas Forças Armadas (essa) é uma verdade axiomática, que não precisa demonstração" (77). Em outras palavras, a Revolução continua porque as Forças Armadas não abrem mão do exercício do poder.

Diferentemente de Castelo Branco, ainda, em Costa e Silva a opinião pública é uma das bases do governo revolucionário, apenas conturbada pela ação de uma minoria política (comunista) que apresenta os militares como criadores de uma ditadura. Essa minoria preferiria infiltrar-se especialmente entre os jovens : "usando de todos os ardis, conseguindo, inclusive, infiltrar-se dentro daquilo que a Nação tem de mais caro - a sua mocidade - intentam fazer voltar tudo quanto a revolução redentora de março de 1964 tem procurado banir de nossa terra - o caos; a exploração demagógica da miséria, da fome e da doença; a inoculação de idéias e doutrinas na escola, na fábrica e no campo; a comunização na cultura e o terrorismo cultural (...) e, sobretudo, no que diz respeito, mais de perto, o enfraquecimento da disciplina e da hierarquia" (78). Mas, as Forças Armadas avalisam a permanência da Revolução, "as Forças Armadas de um povo que adora a liberdade e que repele o arbítrio e a violência. São as Forças Armadas de um povo que odeia os preconceitos e os privilégios, que ama a Deus e sua Pátria, mas que preza, sobretudo, a sua maneira de ser e de viver absolutamente autênticas (...) A Nação toda é testemunha das ofensas e das provocações irresponsáveis, já intoleráveis, que lhe são frequentemente dirigidas pelos que parecem ignorar que elas constituem, exatamente, a ga-

rantia maior do regime de liberdade em que vivemos, graças, principalmente, à proteção de suas armas e da sua vocação anti-totalitária" (79).

A finalidade última da presença das Forças Armadas e da continuidade da Revolução seria a preservação do regime político (responsável pelos "quatro anos de estabilidade que o Brasil vem desfrutando" (80)) e a retomada do desenvolvimento econômico em bases estáveis: "temos a firme convicção de que este País, dentro em pouco, partirá para o desenvolvimento baseado em condições econômicas estáveis, para que tenhamos estabilidade política e social" (81).

As Forças Armadas assumem, neste contexto, uma nova dimensão no discurso político de Costa e Silva: de fato, é-lhes atribuída a base de todas as condições desejadas para a "performance" econômica e para o regime político, qual seja, a segurança. Costa e Silva chega mesmo a conceituá-las como "classes produtoras": "As Forças Armadas constituem uma de nossas classes produtoras. Produzem aquilo que mais vale, pois é a base sem a qual nada se poderia fazer de útil, ordenado e permanente: a segurança nacional. Com a segurança nacional garantida, temos a estabilidade política e social que garantirá ao Brasil a continuidade do esforço em favor de seu desenvolvimento. De nada valeria o trabalho dos técnicos e a nada serviriam os planos, nem o próprio esforço dos governantes, se o País não estivesse tranquilo e firme, como agora se encontra..." (82).

Já dissemos acima que a opinião pública aparece nos discursos como uma das bases políticas do segundo governo da Revo-

lução. A mobilização da opinião pública, de outro lado, é uma questão central para o Partido governista que, no entanto, encontra-se numa situação subordinada em relação à definição tanto do programa governamental quanto das características do regime. Numa Convenção Nacional da ARENA, Costa e Silva apresenta aos seus partidários um extrato de um documento que fundamenta a definição do Conceito Estratégico Nacional, a cargo do Conselho de Segurança Nacional: É evidente que apresentamos à consideração da ARENA, do partido que apóia o governo, um extrato, porque grande parte dele é de natureza ultra-secreta, como os senhores bem poderão verificar" (83). A mobilização da opinião pública deveria basear-se numa plataforma política derivada do Conceito Estratégico Nacional; "Tomai-o aos vossos cuidados, senhores convencionais, porque daqui ele deverá sair fortalecido pelo vosso apoio e revigorado politicamente pelo fato de se transformar num programa da ARENA. Levai-o aos vossos Estados e aos vossos Municípios. Levai-o ao povo, aonde quer que haja uma parcela da consciência nacional, acesa diante dos nossos problemas e atenta às soluções que eles reclamam" (84).

Como na etapa anterior, a juventude recebe um tratamento especial nos discursos de Costa e Silva. Já vimos que embora colocando-se numa situação de compreensão paternalista em relação aos "excessos" dos jovens, Costa e Silva não admitia as pressões para que o governo solucionasse as graves questões educacionais, as únicas com que ao Presidente parecia lícito a juventude preocupar-se. Os "excessos" sempre foram atribuídos por Costa e Silva à ação de "certos elementos que, de mistura com os

estudantes, lograram desfigurar-lhes os objetivos, a expressão e o comportamento" (85). Por esta razão, nem sempre seriam justas as reclamações contra os excessos cometidos por policiais nas repressões às manifestações estudantis. Costa e Silva afirma que seu governo deu constantes provas de compreensão das "aspirações juvenis" e que procura alcançar os seguintes objetivos com relação à política da Educação: "a) ouvir atentamente os estudantes; b) estudar-lhes as aspirações com o melhor espírito de harmonizá-las com os meios disponíveis no momento; c) oferecer-lhes melhores condições de preparação para a vida a que se destinam; d) assegurar-lhes plena liberdade de reunião e expressão, desde que o uso dessa liberdade não interfira no direito à igual liberdade de seus concidadãos, não perturbe a ordem pública e respeite os direitos alheios" (86). No entanto, Costa e Silva indica algumas consequências mais diretas da ação política estudantil, além dos limites à liberdade em razão dos direitos de terceiros ("A liberdade tem sempre os limites que a lei impõe em nome e por amor à liberdade dos outros ..."): "... é fácil declarar-vos que sô no mês de junho, em razão das 'passeatas estudantis', a arrecadação na Guanabara baixou de 9 para 3 e os prejuízos causados à arrecadação federal montaram a 40 milhões de cruzeiros novos (...). É desconhecido o valor dos danos ao comércio em geral" (87).

Costa e Silva também retoma o tema da colaboração entre governo e classes sociais para o desenvolvimento econômico; afirma que nenhuma classe compreendeu tanto a necessidade da privação temporária quanto as classes trabalhadoras, às quais, no entanto, reverteriam os benefícios futuros do desenvolvimento,

mesmo porque "os extremos da pobreza são incompatíveis com a Democracia" (88). O "desafio do desenvolvimento nacional" exige a participação conjunta das classes sociais e do governo: "Governo, homens de empresa e massas trabalhistas em ascensão não podem desconhecer-se, esquivar-se e opor-se uns aos outros, como adversários. Devem unir-se, aglutinar-se e compor-se num só pensamento, num só sentimento, numa só força" (89).

Finalmente, Costa e Silva atribui à Revolução o mérito principal de haver restabelecido a ordem constitucional e assegurado o pleno funcionamento do Congresso, bem como da Oposição. As democracias - a nova ordem, especialmente - não devem temer os "extremismos" (de direita ou de esquerda) e nem esperar que um chefe de Executivo tenha sempre a verdade, "pois só o povo a possui e comunica aos governantes através dos Partidos que o representam". Essa representação, assim como o exercício da vida democrática, deve dar-se num momento em que a Revolução "está viva, em plena vigência e continua intacta nos ideais e princípios que a motivaram e que a sustentam ainda" (90). A compatibilização do permanente estado revolucionário com a vigência das liberdades democráticas não deveria afastar o Presidente de seus propósitos, pois não será "compelido a tomar atitudes que não as ditadas pelas suas próprias convicções e a praticar atos que não sejam de sua própria determinação" (91).

E Costa e Silva anuncia os princípios que fundamentam esses propósitos e a própria continuidade da Revolução:

"Lei e Liberdade!

Liberdade e autoridade!

Autoridade e ordem!"

No entanto, a edição do Ato Institucional nº 5 como um imperativo do processo político da Revolução, que teria sido abandonada pelo seu próprio Partido e pelo Congresso, fornece o tema central dos discursos da última etapa (dezembro/68 - outubro/69). Na verdade, a nova situação institucional entra em confronto direto com o voluntarismo pelo qual Costa e Silva parecia pretender conduzir o processo político, o qual - de fato - se distanciava significativamente dos enunciados que apareciam a seu respeito nos discursos do Presidente.

Esse voluntarismo perde paulatinamente a sua força de expressão, na medida mesma em que Costa e Silva reconhece em outras áreas (alheias à vontade e ao controle do Presidente) a fonte da situação política que culminou com o AI-5: "... o governo foi obrigado a intervir e a tomar as medidas fortes, que reativassem a Revolução atingida (pela falta de) apoio de muitos deputados do partido majoritário, que mais valorizaram o prestígio de uma situação de exceção, do que aquilo que era justo e razoável (...). Por este motivo foi outorgado o Novo Ato Institucional" (93). Contudo, Costa e Silva se identifica como chefe supremo da Revolução e do governo: "Camaradas, quem vos fala em linguagem franca, direta, objetiva (...) é o vosso chefe supremo. De direito e de fato. E que não abrirá mão dessa honrosa prerrogativa" (94). Em resumo, "o governo tentou o caminho da tolerância e recebeu em troca a intolerância. Experimentou a unanimidade e passou por fraco. Procurou apoio político e viu-se traído pelo impatriotismo de não poucos. Foi demais. Diante de uma guerra revolucionária em marcha acelerada (com) tentativa de penetrar nas Forças Armadas - foi indispensável retomar o pro-

cesso revolucionário pelo fortalecimento do Executivo" (95). E Costa e Silva apresenta uma advertência amplamente significativa: "E, sempre que imprescindível, como agora, faremos novas revoluções, dentro da Revolução" (96).

Ainda como nas etapas anteriores, Costa e Silva ocupa-se das considerações acerca da compatibilização entre ordem e autoridade, ordem e liberdade, em outras palavras, democracia e Revolução. Reconhecendo no AI-5 a retomada do processo revolucionário e, portanto, o abandono do regime democrático que afirmara haver implantado na primeira etapa do seu governo, Costa e Silva indica o caminho da superação das dicotomias apontadas acima: um "governo para virtuosos". Em outros termos, o AI-5 concentrou uma nova gama de poderes no Executivo, mas o Presidente não os utilizará contra os "que nada devem". Os que não subvertem a ordem. Os que não se corromperam. Os que não prejudicam o povo: Os que ajudam na construção da grandeza do Brasil. Os que auxiliam os pobres a emergir das condições subumanas em que estão mergulhados. Os que ajudam na luta contra a miséria. Os de boa vontade. Os bons. Os patriotas". A força só seria utilizada para defender os "interesses maiores da nacionalidade" . (97). Portanto, "tranquilize-se a família brasileira, porque a a seu serviço haverei de exercer o poder. Não se tranquilizem, porém, os denegridores da moral, os dilapidadores do bem comum, os beneficiários da vida faustosa e fácil e do enriquecimento ilícito" (98). Apesar da nova situação que o AI-5 criou para o regime político, Costa e Silva se diz convicto de poder governar democraticamente, pois "não são as leis que fazem os déspotas e os tiranos, mas a tendência ou a vocação para a tirania e

para o despotismo é que os cria e os nutre" (99).

Governar "os de boa vontade", "os bons" e "os patriotas" certamente significa o reconhecimento de que o governo em questão não é representativo de toda a Nação; pois, se o fosse, não haveria necessidade - na lógica interna deste discurso - do reativamento das prerrogativas revolucionárias.

Pois, como temos visto até agora, a ideologia da Revolução pretendeu - ao nível de suas manifestações mais significativas, como em Castelo Branco e na Doutrina de Segurança Nacional, sobre a qual, manifestamente, procurou fundamentar-se enquanto ideologia superar a dicotomia (que teria existido, anteriormente) entre Nação e Estado. Na verdade, este se constituiu num dos mais graves problemas para os governos pós-64, os quais se apresentaram como representantes da Nação e promotores dos interesses nacionais.

Na linguagem militar, trata-se da falta de "coesão interna" da Nação acerca do tipo de Estado que foi erigido em nome de seus interesses.

CONCLUSÕES

A orientação que informou a redação deste trabalho o afastou significativamente das análises desenvolvidas pelos "brazilianists" e por alguns intelectuais brasileiros, baseadas nas noções de "elite de poder", "cultura política", etc. De outro lado, o trabalho se aproximou do esforço que vem sendo desenvolvido por uma parcela significativa de estudiosos brasileiros, que procuram compreender a presença política dos militares enquanto força predominante no aparelho de Estado como decorrente de fenômenos que se fundamentam ao nível das relações entre as classes sociais.

Tivemos a preocupação de, mantendo esse quadro geral para a análise dos fenômenos políticos pós-64, examinar os elementos do processo político dentro das Forças Armadas: procuramos demonstrar que a ação das Forças Armadas na direção política do Estado não pode dissorciar-se das tensões produzidas pelo enfrentamento político entre as classes e setores de classes, bem como dos "reflexos" produzidos por aquelas tensões no interior da instituição militar. Por sua vez, esses "reflexos" se desenvolvem com relativa autonomia, mesclando-se com as características próprias de organismo burocrático e político que são as Forças Armadas, assentadas na hierarquia e na disciplina. Por esta razão, a intervenção militar de 64, ao alterar profundamente as condições institucionais que regiam as relações políticas das classes sociais, desencadeou certos fenômenos intra-

militares cuja solução definiu o caráter corporativo da expressão política daquela instituição.

A desarticulação dos instrumentos de pressão das classes populares junto ao Estado é em parte responsável pelo surgimento de algumas "frentes oposicionistas", lideradas por setores tão representativos como a Igreja e o movimento estudantil. Esse fenômeno ganhou grande expressão nos dois primeiros governos da Revolução e é através dele - isto é, das "frentes oposicionistas" - que as possíveis representações dos distintos grupos e classes sociais (marginalizados no processo político e excluídos dos "frutos do desenvolvimento") buscam o caráter de interesse de classe. Isto, evidentemente, do lado das classes subordinadas. Quanto às classes dominantes, foi-lhes arrancado das mãos o aparato de difusão ideológica ao mesmo tempo em que os militares assumiram como sendo objetivos nacionais os interesses vinculados à reprodução do capital, em última análise, da própria dominação burguesa.

A conjuntura da crise de 1964 evidenciou os vínculos políticos estreitos de setores das Forças Armadas tanto com o golpismo da UDN (voltado à contenção do movimento político das classes populares) quanto com a política americana de contenção das políticas reformistas e/ou revolucionárias na América Latina. Esses dois pontos, aliás, são dos mais significativos na Doutrina de Segurança Nacional, mais propriamente nos fundamentos ideológicos que a sustentam. Assim também vimos que o movimento militar - e o regime político que gerou - representou o estabelecimento de condições institucionais à retomada do processo de desenvolvimento econômico, baseado este num novo modo

de acumulação.

Finalmente, a propagada unidade militar (ao nível político) foi (e continua sendo) constantemente negada ao nível político, na medida em que se refletiam na instituição militar (e, nelas, assumiam formas específicas) as tensões geradas no conflito dos interesses de classes.

NOTAS

Capítulo 1

- (1) Há uma bibliografia relativamente vasta sobre a FEB, de memórias e interpretações de seus próprios participantes a trabalhos jornalísticos e acadêmicos. Ver:

J. B. Mascarenhas de Moraes - A FEB pelo seu comandante, Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias, 2a. edição (sem indicação de local e data);

Maria de Lourdes Ferreira Lins - A Força Expedicionária Brasileira: uma tentativa de interpretação, São Paulo: Editoras Unidas, 1975.

Juarez Távora - Uma vida e muitas lutas (29 vol.: A caminhada no Antiplano) Rio: José Olympio, 1974 (especialmente o Capítulo XV: "Esforços pela redemocratização do Brasil").

Nelson Werneck Sodré - História Militar do Brasil, Rio: Editora Civilização Brasileira, 1968 (pg. 270-289).

Joel Silveira - As duas guerras da FEB, Rio: Editora Idade Nova, 1965.

Gen. Oswaldo Cordeiro de Farias - Alguns aspectos da ação da FEB, Rio: Ministério das Relações Exteriores, Divisão Cultural, 1949.

- (2) Gabriel Cohn - Petróleo e nacionalismo, São Paulo: Difusão

Européia do Livro, 1968, pg. 86 (grifado no original).

- (3) Idem; vejam-se as posições dos Generais Juarez Távora e Horta Barbosa acerca do petróleo, pg. 86-93.
- (4) Esta parte da exposição baseia-se na pesquisa realizada pelo Gen. Augusto Fragoso, apresentada na Conferência de abertura dos cursos de 1968: "A Escola Superior de Guerra: origem - finalidade - evolução", ESG, C-01-68. Este trabalho foi também publicado na Revista da ADESG, Ano XVIII, nº 132 (1969), pg. 7-40.
- (5) Idem, pg. 4-5.
- (6) Idem, pg. 6. Conforme Alfred Stepan, "porque os Estados Unidos tinham uma National War College, e porque a FEB tinha sido integrada às forças americanas na Itália, os brasileiros requisitaram uma missão americana para ajudar na formação da escola. Esta missão americana permaneceu no Brasil de 1948 a 1960. Significativamente, o CAEM (Centro de Altos Estudos Militares) do Peru não teve ajuda de oficiais americanos, e diferente do Brasil, o Peru enviou alguns de seus oficiais para participar de cursos civis de treinamento em problemas de desenvolvimento nacional tanto na Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina quanto para o Instituto Latinoamericano de Economia e Planejamento Social no Chile" - The Military in Politics: Changing patterns in Brazil, Princeton: Princeton University Press, 1971, pg. 175.
- (7) Gen. Walter de Menezes Paes - A Escola Superior de Guerra,

ESG, T 01-75, pg. 7.

- (8) Alfred Stepan, obra citada, pg. 177.
- (9) Idem, pg. 185.
- (10) "A Escola Superior de Guerra: origem - evolução - tendências", ESG, Cl-132-72, pg. 2.
- (11) Gen. Augusto Fragoso, obra citada, pg. 14-15 (grifos nossos).
- (12) Idem, pg. 15 (grifado no original).
- (13) Idem, pg. 18-19.
- (14) Idem, pg. 26-27; os dados referem-se a 1967. Ver também a reportagem publicada em O Estado de São Paulo, 21.8.67, última página: "ESG: 20 anos visando segurança".
- (15) Louis Althusser - Ideologia y aparatos ideológicos de Estado, Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974, pg. 30.
- (16) Florestan Fernandes - A Revolução Burguesa no Brasil, Rio: Zahar, 1975, pg. 296-297 (grifado no original).
- (17) Gen. Augusto Fragoso - obra citada, pg. 41 (grifado no original).
- (18) Além da obra mencionada de Nelson Werneck Sodré, ver Memórias de um Soldado, Rio: Editora Civilização Brasileira, 1967.

Ver também Moniz Bandeira - Presença dos Estados Unidos no Brasil (dois séculos de história), Rio: Editora Civiliza-

ção Brasileira, 1973.

- (19) "Antes mesmo da ênfase na guerra fria mudar nos Estados Unidos da guerra atômica para a revolucionária, a ESG se tornou o centro do pensamento ideológico referente à estratégia contra-revolucionária no Brasil. Desde que o Comunismo era visto como o inimigo, os Estados Unidos, como o maior país anti-comunista, era visto como o aliado natural". Alfred Stepan, obra citada, pg. 179.
- (20) Warren Dean - A Industrialização de São Paulo, São Paulo: Difusão Européia do Livro/Edit. USP, 1971, pg. 226/231.
- (21) Gen. Golbery do Couto e Silva - Geopolítica do Brasil, Rio: José Olympio, 1967, pg. 4.
- (22) Idem - Planejamento Estratégico, Rio: Biblioteca do Exército, 1955, pg. 21/22.
- (23) Idem, pg. 17/18 e 24/25.
- (24) Umberto Peregrino - "O pensamento da ESG" in Cadernos Brasileiros, nº 38, Nov./Dez. 1966, pg. 29.
- (25) Juarez Távora - "A Segurança Nacional, a política e a estratégia: conceituação e inter-relações", ESG, A-01-53, pg. 13 (grifado no original). O conceito de segurança nacional surge inicialmente nos Estados Unidos, o que leva o Gen. Juarez Távora a referir-se constantemente a autores americanos e a basear neles a sua argumentação. A propósito destes vínculos, embora não especificamente sobre Távora, Fernando Pedreira escreve: "Dir-se-ia que o Brasil não está

em guerra e que não há mesmo, no horizonte, risco visível de guerra próxima, envolvendo diretamente o Brasil. O conceito abrangente de segurança, entretanto, não surgiu no Brasil, não é uma resposta exclusiva ao caso brasileiro, nem se insere necessariamente no quadro clássico da guerra entre nações. Ao contrário, sua origem vem da teoria da "resposta flexível", oficializada nos Estados Unidos pelo presidente Kennedy e pelo secretário McNamara, e da política da "contra-insurreição", dela decorrente, desenvolvida pelos especialistas do Departamento de Defesa e estudada, entre outros, pelo coronel George Lincoln, professor de West Point, e pelo cientista política Neal Ronning..." As técnicas de contra-insurreição são "deliberadamente totalitárias, porque concebidas para enfrentar uma ameaça totalitária, em circunstâncias nas quais o adversário se confunde amiúde com a população local, o que o habilita a servir-se muitas vezes das instituições locais para os seus desígnios". Fernando Pedreira - Brasil política, São Paulo, DIFEL, 1975, pg. 35.

- (26) Gen. Golbery do Couto e Silva - Planejamento Estratégico, pg. 35.
- (27) Idem, pg. 29.
- (28) Idem - Geopolítica do Brasil, pg. 14.
- (29) Idem, pg. 76/77. No Governo Costa e Silva, o "Conceito Estratégico Nacional", documento preparado pelo Conselho de Segurança Nacional, define os seguintes Objetivos Nacionais Permanentes: a) democracia representativa: aperfeiçoa

mento do processo político em função dos "princípios fundamentais da Democracia"; b) integração nacional: manutenção da comunidade nacional, em termos econômicos, sociais, políticos, etc; c) integridade territorial: manutenção das atuais fronteiras do território nacional; d) paz social: manutenção da tranquilidade e harmonia na comunidade nacional, "pela prática efetiva da Justiça Social"; e) prestígio internacional: manutenção de um conceito elevado entre as nações e uma capacidade de influenciar decisões de política internacional; f) prosperidade nacional: alto nível de desenvolvimento econômico e "equitativa divisão do poder econômico"; g) soberania nacional: manutenção da independência da Nação - O Estado de São Paulo, 27.6.68.

(30) Idem, pg. 34/35.

(31) Idem, pg. 50.

(32) Gen. Humberto de Alencar Castelo Branco - "A Estratégia", Arquivo Castelo Branco, Pasta J/18.

(33) Gen. Golbery do Couto e Silva - Geopolítica do Brasil, pg. 231/232 (grifos nossos).

(34) Idem, pg. 247.

(35) Idem, 2a. ed., pg. 237.

(36) Gen. Augusto Fragoso - obra citada, pg. 39.

(37) Idem, pg. 41/42.

(38) Nicos Poulantzas - Poder político y clases sociales en el

Estado capitalista, México: Siglo XXI, 1971, pg. 259.

- (39) Idem, II Parte; Karl Marx - Las luchas de classes en Francia de 1848-50, Buenos Aires, Editorial Polêmica, 1972, pg. 54/55.
- (40) Juarez Távora - Organização para o Brasil, Rio: José Olympio, 1959, pg. 61.
- (41) Alberto Torres - A organização nacional (I Parte: A Constituição), Rio: Imprensa Nacional, 1914.
- (42) Cruz Costa - Contribuição à história das idéias no Brasil, Rio: Editora Civilização Brasileira, 1967, pg. 377 e 409.
- (43) Juarez Távora - obra citada, pg. 7 e 6, respectivamente (grifado no original).
- (44) Oliveira Vianna - Instituições políticas brasileiras, 2º Volume, Rio: José Olympio, 1949, pg. 215/216 (grifado no original).
- (45) Francisco Campos - O Estado Nacional, sua estrutura, seu conteúdo ideológico, Rio: José Olympio, 1940, pg. 17.
- (46) Idem, pg. 60.
- (47) Juarez Távora - obra citada, pg. 274 e 275 (grifado no original).
- (48) Alberto Torres - obra citada, pg. 241. Citado em Juarez Távora, obra citada, pg. 266.
- (49) Humberto de Alencar Castelo Branco - "Os meios militares -

na recuperação moral do país", Conferência na ESG, 19.5.55-
Arquivo Castelo Branco, Pasta J/41.

- (50) Idem, documento ao Ministro da Guerra ("Situação político-militar - exame e sugestões"), 22.10.63 - Arquivo Castelo Branco, Pasta L-2/18.
- (51) Sobre o caráter ideológico do interesse coletivo (ou interesse comum), ver: Karl Marx e F. Engels - La ideologia alemana, Buenos Aires: Ediciones Pueblos Unidos, 1973, pg. 34/35.
- (52) Louis Althusser - obra citada, pg. 8/9.
- (53) Humberto de Alencar Castelo Branco - "Os meios militares na recuperação moral do país".
- (54) Juarez Távora - Uma vida e muitas lutas (2º Volume: "A caminhada no Antiplano"), obra citada, pg. 231 (grifos nossos).
- (55) Aula Inaugural na ESG (3.3.75): "A influência da Escola Superior de Guerra no pensamento político e estratégico das elites brasileiras" - pg. 6/7 (grifos nossos).
- (56) Fernando Henrique Cardoso - O modelo político brasileiro, São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.
- (57) A propósito, ver as linhas gerais sugeridas para o fortalecimento do Poder Nacional, a longo prazo, em: Gen. Oswaldo Cordeiro de Farias - "Conceito Estratégico Nacional e diretrizes governamentais", ESG: C-017-52, pg. 16 e seguintes.

- (58) Oliveiros S. Ferreira - "Política externa a serviço de uma idéia messiânica", O Estado de São Paulo, 31.3.74.
- (59) "Introdução ao estudo da Segurança Nacional - I Parte" in Revista Brasileira de Estudos Políticos, nº 21, Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, julho de 1966.
- (60) "Ensaio sobre a doutrina política da Revolução", in O Processo Revolucionário Brasileiro, Brasília: AERP, 1969, pg. 14.
- (61) Gen. João Bina Machado, obra citada.
- (62) Michel Schooyans - Destin du Brésil, Gembloux (Bélgica): Ducoulot, 1973, pg. 85 (grifos nossos). Ver capítulo V: "Le manichéisme politique".
- (63) Gláucio Ary Dillon Soares - Sociedade e política no Brasil, São Paulo: DIFEL, 1973.
- (64) Carlos Lessa - Quinze anos de política econômica, Cadernos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (nº 4), Campinas: UNICAMP/Brasiliense, 1975, pg. 50 e 51.
- (65) Francisco de Oliveira - "A economia brasileira: crítica à razão dualista", Estudos CEBRAP 2, São Paulo: Edições CEBRAP, Outubro de 1972, pg. 43.
- (66) Carlos Lessa, obra citada, pg. 65.
- (67) Maria Conceição Tavares e José Serra - "Além da estagnação" in M. C. Tavares - Da substituição de importações ao capitalismo financeiro, Rio: Zahar, 1973 (2a. ed.), pg. 170.

- (68) Francisco de Oliveira, obra citada, pg. 59 (grifado no original).
- (69) Maria Conceição Tavares e José Serra - obra citada, pg. 173.
- (70) Fernando Henrique Cardoso - O modelo político brasileiro, obra citada, pg. 54-55.
- (71) Francisco C. Weffort - "Estado e Massas no Brasil" in Revista Civilização Brasileira, nº 7, Rio: Editora Civilização Brasileira, Maio 1966, pg. 156 (grifos nossos).
- (72) Francisco de Oliveira, obra citada, pg. 56 (grifado no original).
- (73) Moniz Bandeira, obra citada, pg. 420.
- (74) Ver as obras citadas de Moniz Bandeira (pg. 447-449) e N.W. Sodré.
- (75) José Stachini - A mobilização da audácia, São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1965.
- (76) Um exemplo pode ser visto nas narrativas da conspiração no Rio Grande do Sul, feitas por Mourão Filho.
Hélio Silva - 1964: golpe ou contragolpe?, Rio: Editora Civilização Brasileira, 1975, pg. 210-211. Ver também uma narrativa (depoimento) de Mourão Filho em José Stachini, obra citada.
- (77) T. Skidmore, Brasil: de Getúlio a Castelo, Rio: Paz e Terra, 1975 (3a. ed.).

- (78) Ver as obras citadas de Hélio Silva, N. W. Sodré, José Stachi^uchini e Moniz Bandeira.
- (79) O Estado de São Paulo, 30.3.69.
- (80) Arquivo Castelo Branco - Pasta L-2/18.
- (81) Idem, Pasta L-2/23.
- (82) Idem, Pasta L-2/26.
- (83) Hélio Silva, obra citada, pg. 337
- (84) Sobre a atuação de Castelo Branco no EME e sobre a estratégia da conspiração, ver Luís Viana Filho - O Governo Castelo Branco (2 volumes), Rio: Biblioteca do Exército/José Olympio, 1975, Tomo I, cap. 1 - "A luta contra o caos", especialmente pg. 13-14. Sobre os preparativos do golpe, ver Hélio Silva, obra citada.

Capítulo 2

- (1) Antônio Gramsci - Maquiavel, política e Estado Moderno, Rio: Civilização Brasileira, 1968, pg. 47.
- (2) Entrevista concedida ao autor: Rio, outubro de 1975.
- (3) Arquivo Castelo Branco, Pasta L-2/23.
- (4) Bilhete de Castelo Branco e Adalberto Pereira dos Santos - 31.1.64 - Arquivo Castelo Branco, Pasta L-2/36 (grifos nos sos).
- (5) Documento de oficiais ao Comandante da ESAO - 4.4.64, Arquivo Castelo Branco, Pasta L-2/34.
- (6) Sobre este ponto, ver: Luís Viana Filho, obra citada: Alfred Stepan, obra citada e Ronald Schneider, obra citada.
- (7) Fernando Henrique Cardoso, O modelo político brasileiro, - pg. 55.
- (8) No primeiro Ministério de Castelo Branco, dois ministros são políticos da UDN (Viana Filho e Milton Campos) e dois do PSD (Mauro Tibau e Daniel Faraco) - Luís Viana Filho, obra citada, pg. 62 e ss. Ver o artigo "Sobre o liberal-militarismo", de Oliveiros S. Ferreira - O Estado de São Paulo, 4.2.68.
- (9) Carta de Magalhães Pinto a Castelo Branco sobre a exploração de minérios por empresas estrangeiras, especialmente a

Hanna e DEMA - 16.10.64 - Arquivo Castelo Branco, Pasta N-3/1.

(10) Carta de Castelo Branco a Daniel Krieger, O Estado de São Paulo, 24.7.64.

(11) O Estado de São Paulo, 25.7.64.

(12) No artigo "Os vencidos ganham", Pedro Dantas afirma que a contra-revolução já se articulava e a Revolução se tornava cada vez mais inoperante, criticando a auto-limitação do Ato Institucional (O Estado de São Paulo, 19.6.64). O Articulista retoma o tema na edição de 8.9.64, do mesmo jornal.

(13) Editorial afirma que, havendo lógica política na Revolução, Lacerda será levado ao Alvorada pelo voto popular: "S. Excia é o candidato natural da Revolução, o único em condições de consolidá-la definitivamente" - O Estado de São Paulo, 1.8.64.

(14) Luís Viana Filho, obra citada, pg. 50/51.

(15) Idem, pg. 52.

(16) Carlos Estevam Martins - Brasil - Estados Unidos dos 50 aos 70, São Paulo: Cadernos CEBRAP, 9, 1972.

(17) Documento sem data e sem indicação de autores - Arquivo - Castelo Branco, Pasta P-2/10 (grifos, aspas e maiúsculas no original).

(18) Alfred Stepan - obra citada.

- (19) Thomas Skidmore - obra citada, pg. 377.
- (20) Idem, pg. 378.
- (21) Presidente Castelo Branco - "Aspectos da sucessão presidencial", sem data (escrito provavelmente em janeiro de 1966) - Arquivo Castelo Branco, Pasta P-2/4.
- (22) Luís Viana Filho, obra citada, pg. 390.
- (23) Alfred Stepan, obra citada, pg. 257.
- (24) Fernando Henrique Cardoso, obra citada, pg. 66. Do mesmo autor, ver Autoritarismo e democratização, Rio: Paz e Terra, 1975, pg. 187 (Cap. VI - "A questão do Estado no Brasil").
- (25) O Estado de São Paulo, 16 e 20/10 e 26/11/66.
- (26) Revista Civilização Brasileira, nº 7, Rio: Civilização Brasileira, maio/66, pg.26 e 44-45, respectivamente (grifos no original).
- (27) O Estado de São Paulo, 3.5.66.
- (28) Idem, 2.6.66.
- (29) Idem, 19.6.66.
- (30) Cândido Mendes - "O governo Castelo Branco: paradigma e prognose" in DADOS, 2/3, Rio: IUPRJ, 1967, pg. 84.
- (31) Antônio Gramsci - obra citada, pg. 23.
- (32) Fernando Henrique Cardoso - Autoritarismo e democratização, pg. 203.

- (33) Cândido Mendes, obra citada.
- (34) De resto, este é uma questão já bastante difundida na literatura política brasileira. Além dos trabalhos de Fernando Henrique Cardoso, ver Celso Lafer, "Sistema político brasileiro: algumas características e perspectivas", mimeo, apresentado no Seminário Pós-graduado de Ciência Política do IUPRJ, Novembro de 1973.
- (35) "Considerandos" ao Ato Institucional - O Estado de São Paulo, 10.4.64.
- (36) Entrevista coletiva de Castelo Branco - O Estado de São Paulo, 16.5.64.
- (37) Discurso de Castelo Branco - O Estado de São Paulo, 16.4.64.
- (38) Idem, idem.
- (39) Idem, O Estado de São Paulo, 6.6.64.
- (40) Idem, idem.
- (41) Idem, O Estado de São Paulo, 16.4.64.
- (42) Idem, idem.
- (43) Idem, O Estado de São Paulo, 3.5.64.
- (44) Idem, O Estado de São Paulo, 16.4.64.
- (45) Idem, O Estado de São Paulo, 8.8.64.
- (46) Idem, idem. Acerca do "endurecimento do regime", mesmo alguns militares mais próximos a Castelo assumiram posição

diversa da do Presidente: "Estou hoje sinceramente convencido de que melhor teria sido a ditadura franca do que o regime adotado. Afinal os atos institucionais desvalorizam a legalidade dos tempos normais. Penso que sem Congresso, Assembléias Legislativas, governos estaduais eleitos, etc., mais rapidamente se operaria a limpeza necessária nos planos político, administrativo, econômico, social e educacional e se implantariam as reformas de estrutura colimadas do que com a manutenção daqueles órgãos. Sei que seria necessário atentar para as repercussões exteriores das ações da Revolução triunfante. Contudo, julgo que poderíamos correr o risco". Documento do General Dêcio Escobar (Ministro interino da Guerra, por ocasião da viagem de Costa e Silva à Europa) a Castelo Branco, comentando o documento de autoria do Presidente, "Aspectos da sucessão presidencial"; Arquivo Castelo Branco, P-2/5, 1.2.66.

- (47) General Humberto de Alencar Castelo Branco - "Os meios militares na recuperação moral do país" (Conferência na Escola Superior de Guerra), Arquivo Castelo Branco, Pasta J/41.
- (48) Discurso de Castelo Branco - O Estado de São Paulo, 8.8.64.
- (49) Idem, O Estado de São Paulo, 14.2.65 (grifos nossos).
- (50) Idem, O Estado de São Paulo, 1.10.65.
- (51) Idem, idem.
- (52) Idem, O Estado de São Paulo, 1.1.65.

- (53) Idem, O Estado de São Paulo, 7.8.65.
- (54) Idem, na diplomação dos estagiários da ESG (17.12.66) in Discursos 1966, Brasília: Secretaria de Imprensa da Presidência da República, pg. 80 (sem indicação de data).
- (55) Idem, idem, pg. 54.
- (56) Idem, aula inaugural na ESG, 13.3.67 - Discursos 1967, Brasília: Secretaria de Imprensa da Presidência da República, pg. 63 (sem indicação de data).
- (57) Idem, idem, pg. 64.
- (58) Idem, idem, pg. 61.
- (59) Idem, idem, pg. 68.

Capítulo 3

- (1) Humberto de Alencar Castelo Branco - Discursos 1967, obra citada, pg. 89 (grifos nossos).
- (2) O Estado de São Paulo, 1.12.67
- (3) Idem, 22.3.67
- (4) Idem, 17.3.67 (grifos nossos).
- (5) Idem, idem - ver também as advertências de Jarbas Passarinho publicadas em O Estado de São Paulo, 24.10.67 e 22.12.67.
- (6) Declaração de Abreu Sodré, governador de São Paulo - O Estado de São Paulo, 30.12.67.
- (7) Ver item 3, do capítulo 2.
- (8) O Estado de São Paulo, 18.3.67.
- (9) Idem, 28.3.67.
- (10) Idem, 18.3.67.
- (11) Idem, 1.2.68.
- (12) Idem, 19.3.67 - Artigo: "A posição da Sorbonne".
- (13) Idem, 25.5.67 e 28.6.67.
- (14) Idem, 3.6.67. Na intervenção em São Domingos, cerca de 1200

soldados brasileiros lutaram ao lado de 30000 americanos (número que - no final - chegou a 14000), 250 hondurenhos, 200 paraguaios, 170 nicaraguenses e 20 costarriquenhos - Veja, nº 56, 1.10.69 (Entrevista: General Meira Mattos).

- (15) Idem, 6.4.67 - discurso de Costa e Silva sobre Política Externa. Sobre este tema, e para todo o período pós-64, ver "Política externa a serviço de uma idéia messiânica", artigo de Oliveiros S. Ferreira publicado em O Estado de São Paulo, 31.3.74. Do mesmo autor, ver "Evolução da política internacional do Brasil", publicada na edição de 26.10.75 do mesmo jornal.
- (16) Polop e PCB se manifestaram contra a orientação política - predominante na UNE - O Estado de São Paulo, 10.10.67.
- (17) Idem, 30.3.67 - Nesta etapa, o mesmo jornal noticia represão a estudantes em Brasília (21.4.67 e 3.3.68), Belo Horizonte (28.4 e 3.6.67), Rio (25.5.67, 29 e 30.3.68 e 5.4.68) e São Paulo (4.7 e 27.10.67; 6.4.68).
- (18) As citações são extraídas de O Estado de São Paulo, 27.10.67.
- (19) Idem, 17, 18, 23, 24 e 30.11.67; 1, 2, 9, 15, 16 e 19.12.67.
- (20) Idem, 1.12.67.
- (21) Para uma apreciação do Movimento Intersindical Anti-arrocho, bem como sobre os limites da "renovação" sindical, ver Francisco C. Weffort - Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco, 1968, Cadernos CEBRAP nº 5, São Paulo: CEBRAP, 1972, pg.70 a 75.

- (22) O Estado de São Paulo, 12.4.67, 1.6.67 e 24.11.67, respectivamente.
- (23) Idem, 27.11.67.
- (24) Idem, 4 e 11.6.67.
- (25) Idem, 17.6.67.
- (26) Idem, 23.7.67.
- (27) Idem, 28.1.68.
- (28) Idem, 11.8.67.
- (29) Idem, 20.12.67 e 26.11.67, respectivamente.
- (30) Idem, 1.8.67.
- (31) Idem, 30.12.67.
- (32) Idem, 7.2.68 e 7.3.68.
- (33) Idem, 30.3.68 - informação atribuída ao Deputado José Bonifácio, Presidente da Camara.
- (34) Sobre o Conceito Estratégico Nacional e seus pontos principais, ver O Estado de São Paulo, 24.8.68. No primeiro capítulo já vimos que, ao nível das formulações teóricas, a Doutrina de Segurança Nacional propugnava a subordinação que é apontada aqui.
- (35) O Estado de São Paulo, 1.10.68.
- (36) Idem, 5.10.68 (grifado no original).

- (37) Idem, 6.4.68 (grifos nossos).
- (38) Idem, 9.5.68.
- (39) Idem, 23.6.68, 4.9.68 e 1.10.68.
- (40) Idem, 23.5.68, 9.8.68 e 28.9.68.
- (41) Idem, 25.9.68.
- (42) Idem, 20.10.68 - Manifesto da Vanguarda Revolucionária.
- (43) Palestra no Círculo Militar de São Paulo - Idem, 15.10.68.
- (44) Palestra no Instituto Militar de Engenharia - Idem, 4.10.68 (grifos nossos).
- (45) Idem, 15.10.68 (grifado no original).
- (46) Idem, 3.10.68 e 12.12.68 - No caso de São Paulo, foi cancelada a missa que D. Agnelo Rossi - Arcebispo da cidade - celebraria pelo aniversário do Presidente.
- (47) Idem, 19.7.68.
- (48) Documento final da Assembléia Geral da CNBB e "A doutrina da segurança nacional à luz da doutrina da Igreja" - Idem, 21.7.68.
- (49) Sobre esses tópicos, ver os artigos de Oliveiros S. Ferreira publicados em O Estado de São Paulo, 3 e 10.11.68.
- (50) Esta e as demais referencias ao "Manifesto dos Capitães" são retiradas de O Estado de São Paulo, 1.11.68 (grifos - nossos).

- (51) Idem, 9.11.68; ver também o artigo "Os capitães e o Rubi-
cão do General Albuquerque", de Oliveiros S. Ferreira, pu-
blicado em O Estado de São Paulo, 24.11.68.
- (52) Discurso de Albuquerque Lima na transmissão do cargo de
Ministro do Interior - Idem, 1.2.69.
- (53) Veja nº 53, 56 e 57 (10.9, 1.10 e 8.10.69, respectivamen-
te). O manifesto das duas organizações - ALN e MR-8 - foi
divulgado amplamente pela imprensa, pois esta era uma das
condições para a libertação do Embaixador Elbrick. Inicial-
mente, o documento diz da finalidade dos inúmeros "atos re-
volucionários já levados a cabo": o levantamento de fundos
e de armas "para a luta pela derrubada da ditadura". "Na
verdade, o rapto do embaixador é apenas mais um ato de guer-
ra revolucionária que avança a cada dia e que este ano ain-
da iniciará a sua etapa da guerrilha rural (...) Aparecere-
mos onde o inimigo menos espera e desaparecemos em seguida,
desgastando a ditadura, levando o terror e o medo para os
exploradores, a esperança e a certeza da vitória para o
meio dos explorados (...) Saibam todos que essa é uma luta
sem trêguas, uma luta longa e dura que não termina com a
troca de um ou outro general, mas que só acaba com o fim
do regime dos grandes exploradores e com a construção de
um governo que liberte os trabalhadores de todo o País da
situação em que se encontram (...) As conversações só se-
rão iniciadas a partir de declaração públicas e oficiais
da ditadura de que atenderá as exigências. O método será
sempre público por parte das autoridades e sempre imprevis-
to por nossa parte" (O Estado de São Paulo, 5.9.69). Foram

libertados quinze presos: Gregório Bezerra, Wladimir Palmeira, José Ibrahim, João Leonardo da Silva Rocha, Ivens Marchetti, Flávio Tavares, Ricardo Villasboas Sá Rego, Rolando Fratti, Roberto Galhardo Zanconato, Ricardo Zarattini, Onofre Pinto, Maria Augusta Carneiro, Argonauta Pacheco da Silva, Luís Travassos e José Dirceu (Veja, 10.9.69).

(54) Idem, nº 57 (8.10.69).

(55) O Estado de São Paulo, 30.9.69.

(56) Idem, 7.10.69.

(57) Ato Institucional nº 17 (14.10.69): "... Art. 1º - O Presidente da República poderá transferir para a reserva, por período determinado, os militares que hajam atentado, ou venham a atentar, comprovadamente, contra a coesão das Forças Armadas, divorciando-se, por motivos de caráter conjuntural ou objetivos políticos de ordem pessoal ou de grupo, dos princípios basilares e das finalidades precípuas de sua destinação constitucional.

Parágrafo único. A sanção prevista neste Artigo aplicar-se-á quando, em face dos antecedentes, do valor próprio e dos serviços prestados à Marinha, ao Exército, à Aeronáutica e à Revolução, for de presumir-se que o militar assim punido possa vir a reintegrar-se no espírito e nos deveres próprios da instituição militar..." - Constituição da República Federativa do Brasil, organização, notas remissivas e índices por Juarez de Oliveira e Marcus Cláudio Acquaviva - São Paulo: Edição Saraiva, 1974, pg. 131.

(58) Há várias definições de "Sistema" por alguns dos principais jornalistas políticos do Brasil - Jornal da Tarde, - 14.12.72 (Arquivo de O Estado de São Paulo, Pasta 52.193). Evandro Carlos de Andrade: "... as decisões políticas fundamentais não são produto de tendências ou preferências pessoais do Presidente da República. É evidente que ele age em consonância com as forças que imprimem os atuais rumos à Nação e entre os quais domina amplamente a componente militar (...) O conjunto dessas forças, do qual emerge a figura isolada do Presidente da República - sem que com ela se confunda, porém, a concentração de todo o poder numa só pessoa - esse é o Sistema como entendo".

Carlos Chagas: "Sistema é sinônimo de Revolução, na medida em que os integrantes daquele determinam os rumos desta (...) Serã, doutrinariamente, o conjunto da opinião, do comportamento e das suspeições do meio militar que empalmou o poder (...) melhor seria defini-lo como o conjunto impessoal e que fundamenta e dá continuamente a tônica das grandes decisões nacionais (...) (o sistema) vai desde o ápice até a base da grande pirâmide constituída pela oficialidade (...) Na arte de interpretar o Sistema reside a grande força dos presidentes revolucionários. Castelo Branco e Costa e Silva, embora levados ao governo por decisão do Sistema, em determinados momentos entraram em choque com ele. Ganhou o Sistema, obrigando os dois presidentes aos Atos Institucionais números 2 e 5, que não queriam mas engoliram".

Ewaldo Dantas Ferreira: "... a palavra sistema é um eufemismo. Foi convencionado para designar esta coisa amorfa,

insípida, incolor, inodora, ligeiramente apavorante e razoavelmente poderosa que é o centro de decisão política do Brasil (...) Foi para atender a uma crise que o Exército interveio. Interveio, implantou um novo sistema de domínio sobre a sociedade e alterou todo o quadro existente até aquele momento".

Carlos Castello Branco: "O Sistema é, em suma, a suprema vontade da Revolução e inclui o conjunto de órgãos, aparelhos e pessoas que realizam o processo revolucionário e lutam pela preservação da sua unidade e por sua continuidade (...) Ele tem uma diretriz, que é a segurança nacional, diapasão pelo qual se aferem os diversos itens dos programas políticos e de governo".

- (59) Sobre o assassinato do padre Henrique, ver O Estado de São Paulo, 29.6.69. No período de 15.11.68 (quando observamos a primeira referência ao Esquadrão da Morte) a 30.10.69 - (posse do Presidente Médici), há, no mínimo, dez referências de crimes atribuídos a essa organização, e noticiados neste jornal. Por ocasião do período pré-eleitoral de 1974, o General Perí C. Bevilacqua enviou uma carta ao Jornal do Brasil e à Tribuna de Imprensa; neste documento, Bevilacqua defende a concessão de anistia ampla e generalizada aos atingidos por condenação - em processos políticos - pelos governos instaurados pela Revolução de 64. Na impossibilidade de transcrevê-la integralmente ("Nota - Esta carta não foi publicada pelo "Jornal do Brasil"; a "Tribuna de Imprensa", que também a recebeu, ia publicá-la na íntegra, havendo para isso feito a respectiva composição tipogrâfi

ca: a Censura impediu a publicação e apropriou-se do original. Rio, 23 de outubro de 1974. Pery Bevilacqua"), destacamos dois de seus pontos centrais: "Acredito nas forças imanentes da História e por isso não tenho dúvida de que o Brasil voltará um dia à posse de si mesmo e à dignidade de um Estado de Direito. Voltará, assim, - e já está voltando, aos poucos à Democracia que é, antes de tudo, um sistema de convivência com dignidade e, portanto, com liberdade e se baseia no voto livre do cidadão. (...) Ela (a democracia) só vive em clima de Justiça e respira pelos pulmões da liberdade de imprensa e de liberdade da tribuna parlamentar, alicerçada esta na imunidade dos representantes do Povo por palavras, votos e expressões no exercício do mandato". "Possivelmente, haverá entre nós opositores à idéia da anistia, por um exame insuficiente da questão: paradoxalmente, são contrários à medida apesar de serem interessados em sua própria impunidade, por terem responsabilidade, direta ou indireta, em crimes políticos ocorridos no País, nos últimos dez anos. No interesse geral, deverão ser por ela beneficiados mesmo ao arrepio de sua vontade, precisam eles de anistia mais do que de pão p'ra boca. Ela virá viabilizar, nas melhores condições possíveis, a redenção política e democrática do Brasil".

- (60) O Estado de São Paulo, 20.7.75 - Artigo "Revolução, justiça e polícia", grifado no original. Parece-nos que um exemplo claro desta dependência dos governadores foi dado, recentemente, pela crise política em torno da morte do jornalista Wladimir Herzog em São Paulo (outubro-novembro de 1975)

assim como pela cassação dos mandatos de dois deputados do MDB de São Paulo (Nelson Fabiano e Marcelo Gato), quando o governador Paulo Egídio se empenhara pessoalmente por uma outra solução política - O Estado de São Paulo, 7.1.76.

- (61) Mais uma vez nos referimos ao exemplo da nota anterior, quando o Comando do II Exército parecia representar uma oposição ao Presidente Geisel. Posteriormente, o afastamento deste Comando - em decorrência da morte do operário Manoel Fiel Filho - teve inteira independência em relação ao governo estadual.
- (62) Significativamente, o governo Geisel pretende revigorar este aspecto, através do ressurgimento da Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) da Presidência da República - O Estado de São Paulo, 1.1.76.
- (63) O Estado de São Paulo, 17.3.67 - discurso de Costa e Silva na primeira reunião ministerial.
- (64) Ver notas 1, 2 e 3 deste capítulo.
- (65) O Estado de São Paulo, 17.3.67.
- (66) Idem, 1.4.67 - entrevista coletiva de Costa e Silva (grifos nossos).
- (67) Idem, 2.5.67 - discurso de Costa e Silva sobre o Dia do Trabalho, lido por Jarbas Passarinho (Ministro do Trabalho) na sede do Sindicato dos Portuários de Santos.
- (68) Idem, 1.4.67 (grifos nossos).

- (69) Idem, 17.3.67.
- (70) Idem, 1.4.67 (grifos nossos).
- (71) Idem, 17.3.67.
- (72) Idem, 1.4.67.
- (73) Idem, 18.5.67 - discurso de Costa e Silva em São Paulo.
- (74) Idem, 23.12.67 - discurso de Costa e Silva na Universidade Federal da Paraíba.
- (75) Idem, idem.
- (76) Idem, idem.
- (77) Idem, 25.5.68 - discurso de Costa e Silva na Vila Militar (grifos nossos).
- (78) Idem, 3.10.68 - Discurso de Costa e Silva na sede do II Exército.
- (79) Idem, idem, (grifos nossos).
- (80) Idem, 25.5.68.
- (81) Idem, idem.
- (82) Idem, 3.10.68 (grifos nossos).
- (83) Idem, 27.6.68.
- (84) Idem, idem, (grifos nossos).
- (85) Idem, 29.6.68 - discurso de Costa e Silva a participantes do Projeto Rondon.

- (86) Idem, idem.
- (87) Idem, 9.8.68 - discurso de Costa e Silva na Assemblêia Legislativa do Amazonas (grifos nossos).
- (88) Idem, 3.10.68 - discurso de Costa e Silva em reunião promovida pela FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, em São Paulo.
- (89) Idem, idem.
- (90) Idem, 4.10.68 - discurso de Costa e Silva em reunião da ARENA, em São Paulo.
- (91) Idem, idem.
- (92) Idem, idem.
- (93) Idem, 17.12.68 - discurso de Costa e Silva na ECEME-Escola de Comando e Estado Maior do Exército.
- (94) Idem, idem, (grifado no original).
- (95) Idem, 28.12.68 - discurso de Costa e Silva em homenagem que lhe foi prestada pelas Forças Armadas.
- (96) Idem, 17.12.68 (grifos nossos).
- (97) Idem, 28.12.68 (grifado no original).
- (98) Idem, 19.12.68 (grifos nossos).
- (99) Idem, 28.12.68 (grifos nossos).

BIBLIOGRAFIA

ALTHUSSER, Louis - Ideologia y aparatos ideológicos de Estado, Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

BANDEIRA, Moniz - Presença dos Estados Unidos no Brasil (dois séculos de história), Rio: Editora Civilização Brasileira, 1973.

BRAGA, Antônio Saturnino - "Introdução ao estudo da Segurança Nacional - I Parte" in Revista Brasileira de Estudos Políticos, nº21, Belo Horizonte; Universidade Federal de Minas Gerais, julho de 1966.

CAMPOS, Francisco - O Estado Nacional, sua estrutura, seu conteúdo ideológico, Rio: José Olympio, 1940.

CARDOSO, Fernando Henrique - Autoritarismo e democratização, - Rio: Paz e Terra, 1975. - O modelo político brasileiro, São Paulo: DIFEL, 1972.

CASTELO BRANCO, Gen. Humberto de Alencar - "A Estratégia", Arquivo Castelo Branco, Pasta J-18. - "Aspectos da sucessão presidencial", s/d, Arquivo Castelo Branco, Pasta P-2/4. - Bilhete ao Gen. Adalberto Pereira dos Santos, 31.1.64, Arquivo Castelo Branco, Pasta L-2/36. - Discursos 1966, Brasília: Secretaria de Imprensa da Presidência da República (sem indicação de data). - Discursos 1967, Brasília: Secretaria de Imprensa da Presidência da República (sem indica-

ção de data). - "Os meios militares na recuperação moral do País", Conferência na ESG, 19.5.55, Arquivo Castelo Branco, Pasta J-41. - "Situação político-militar - exame e sugestões", 22.10.63 (documento ao Ministro da Guerra), Arquivo Castelo Branco, Pasta L-2/18.

COHN, Gabriel - Petróleo e nacionalismo, São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

CORREA, Gen. Antônio Jorge - "A influência da Escola Superior de Guerra no pensamento político e estratégico das elites brasileiras", Aula Inaugural na ESG, 3.3.75.

CRUZ COSTA - Contribuição à história da idéias no Brasil, Rio: Civilização Brasileira, 1967.

DEAN, Warren - A industrialização de São Paulo, São Paulo: Difusão Européia do Livro, Editora USP, 1971.

FARIAS, Gen. Oswaldo Cordeiro de - Alguns aspectos da ação da FEB, Rio: Ministério das Relações Exteriores, Divisão Cultural, 1949. - "Conceito estratégico nacional e diretrizes governamentais", ESG: C-017-52.

FERNANDES, Florestan - A Revolução Burguesa no Brasil, Rio: Zahar, 1975.

FRAGOSO, Gen. Augusto - "A Escola Superior de Guerra: origem - finalidade - evolução", ESG: C-01-68.

GRAMSCI, Antônio - Maquiavel, Política e Estado Moderno, Rio: Civilização Brasileira, 1968.

LAFER, Celso - "Sistema político brasileiro: algumas características e perspectivas", mimeo, apresentado no Seminário Pós-graduado de Ciência Política do IUPRJ, Novembro de 1973.

LESSA, Carlos - Quinze anos de política econômica, Cadernos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (nº 4), Campinas: UNICAMP/Brasiliense, 1975.

LIEUWEN, E., JOHNSON, J.J., ALBA, V., PYE, L. W. - Militarismo e política na América Latina, Rio: Zahar, 1964.

LINS, Maria de Lourdes Ferreira - A Força Expedicionária Brasileira: uma tentativa de interpretação, São Paulo: Editoras Unidas, 1975.

MACHADO, Gen. João Bina - "A Escola Superior de Guerra -origem-evolução - tendência", ESG: C1-132-72.

MARTINS, Carlos Estevam - Brasil-Estados Unidos dos 50 aos 70, São Paulo: Cadernos CEBRAP 9, 1972.

MARX, Karl - Las luchas de clases en Francia de 1848-50, Buenos Aires, Editorial Polêmica, 1972.

MARX, K. e ENGELS, F. - La Ideologia Alemana, Buenos Aires; Ediciones Pueblos Unidos, 1973.

MASCARENHAS DE MORAES, J. B. - A FEB pelo seu comandante, Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias, 2a. edição (sem indicação de local e data).

MEIRA MATOS, Gen. Carlos - "Ensaio sobre a doutrina política da Revolução" in O Processo Revolucionário Brasileiro, Brasi-

lia: AERP, 1969.

MENDES, Cândido - "O governo Castelo Branco: paradigma e prognose" in DADOS, 2/3, Rio: IUPERJ, 1967.

OLIVEIRA, Francisco de - "A economia brasileira: crítica da razão dualista", Estudos CEBRAP 2, São Paulo: Edições CEBRAP, Outubro de 1972.

OLIVEIRA, Juarez de e ACQUAVIVA, Marcus Cláudio (organização, notas remissivas e índices) - Constituição da República Federativa do Brasil, São Paulo: Edição Saraiva, 1974.

PAES, Gen. Walter de Meneses - A Escola Superior de Guerra, ESG: T 01-75.

PEDREIRA, Fernando - Brasil Política, São Paulo: DIFEL, 1975.

PEREGRINO, Umberto - "O pensamento da ESG" in Cadernos Brasileiros, nº 38, Nov./dez. 1966.

POULANTZAS, Nicos - Poder político y clases sociales en el Estado capitalista, México: Siglo XXI, 1971.

SCHNEIDER, Ronald M. - The political system of Brazil: emergence of a "modernizing" authoritarian regime, 1964-1970, Nova York/Londres: Columbia University Press, 1971.

SCHOOYANS, Michel - Destin du Brésil, Gembloux (Bélgica): Ducoulot, 1973.

SILVA, Gen. Golbery do Couto e- Geopolítica do Brasil, Rio: José Olympio, 1967. - Planejamento Estratégico, Rio: Biblioteca do Exército, 1955.

- SILVA, Hêlio - 1964: golpe ou contragolpe?, Rio: Civilização Brasileira, 1975.
- SILVEIRA, Joel - As duas guerras da FEB, Rio: Editora Idade Nova, 1965.
- SKIDMORE, Thomas - Brasil: de Getúlio a Castelo, Rio: Paz e Terra, 1975 (3a. ed.).
- SOARES, Gláucio Ary Dillon - Sociedade e política no Brasil, São Paulo: DIFEL, 1973.
- SODRÊ, Nelson Werneck - História Militar do Brasil, Rio: Civilização Brasileira, 1968. - Memórias de um Soldado, Rio: Civilização Brasileira, 1967.
- STACHINI, José - A mobilização da audácia, São Paulo: Editora Nacional, 1965.
- STEPAN, Alfred - The military in politics: changing patterns in Brazil, Princeton: Princeton University Press, 1971.
- TAVARES, Maria Conceição e SERRA, José - "Além da estagnação" in TAVARES, M. C. - Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro, Rio: Zahar, 1973 (2a. edição).
- TÁVORA, Juarez - "A Segurança Nacional, a política e a estratégia: conceituação e inter-relações", ESG: A-01-53. - Organização para o Brasil, Rio: José Olympio, 1959. - Uma vida e muitas lutas (29 vol.: A caminhada no Antiplano), Rio: José Olympio, 1974.
- TORRES, Alberto - A Organização Nacional (I Parte: A Constitui-

ção), Rio: Imprensa Nacional, 1914.

VIANA FILHO, Luís - O Governo Castelo Branco (2 volumes), Rio: Biblioteca do Exército/José Olympio, 1975.

VIANNA, Oliveira - Instituições Políticas Brasileiras, 29 volume, Rio: José Olympio, 1949.

WEFFORT, Francisco C. - "Estado e Massas no Brasil" in Revista Civilização Brasileira, nº 7, Rio: Civilização Brasileira, Maio 1966. - Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco, 1968, Cadernos CEBRAP nº 5, São Paulo: CEBRAP, 1972.